

Faculdade Batista Pioneira

Claiton André Kunz
Josemar Valdir Modes

Versão 1.0

Manual de Trabalhos Acadêmicos

ISBN 978-85-61118-03-7



9 788561 118037

MANUAL DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Versão 1.0

Dr. Claiton André Kunz
Me. Josemar Valdir Modes



Ijuí / RS
2016

K96m Kunz, Claiton André.
Manual de trabalhos acadêmicos / Claiton André Kunz, Josemar Valdir Modes. -
Ijuí: Faculdade Batista Pioneira, 2016.
110 p.

E-book
Versão 1.0
ISBN **978-85-61118-03-7**

1. Metodologia da Pesquisa. 2. Trabalhos Acadêmicos. 3. Resenha. 4. Resumo.
5. Artigo. 6. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Modes, Josemar Valdir. II.
Faculdade Batista Pioneira. III. Título.

CDU: 2:001.891

Aline Morales dos Santos Theobald
CRB10/1879



Manual de Trabalhos Acadêmicos está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

© 2016. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra
pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios
(eletrônicos ou impressos) sem a devida autorização dos autores.

Faculdade Batista
Pioneira

Rua Dr. Pestana, 1021 – Centro – Ijuí / RS – 98700-000
(55) 3332-2205 – faculdade@batistapioneira.edu.br
www.batistapioneira.edu.br

APRESENTAÇÃO

Um bom trabalho acadêmico depende do uso de bons métodos para a sua elaboração. Uma boa pesquisa científica é diretamente proporcional aos critérios e estratégias acadêmicas utilizadas. Este “Manual de Trabalhos Acadêmicos” procura ajudar você desde a pesquisa, leitura e coleta de dados, até a elaboração e apresentação dos diversos tipos de trabalhos acadêmicos, como fichas de leitura, resumos, resenhas, artigos, projetos e monografias.

A obra é fruto de aproximadamente 15 anos de atividades acadêmicas de seus autores, tanto nos seus estudos quanto nas suas atividades de docência em ensino superior. Não se pretende, de forma alguma, apresentar uma obra final sobre o assunto, tendo em vista que a área passa constantemente por reformulações e atualizações. Procurou-se ser o mais fiel possível às recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que regulamenta este tipo de atividades. Além disto, a obra está suscetível a constantes revisões e melhorias.

Um dos brasileiros mais bem-sucedido na sua atividade afirmou: “No que diz respeito ao empenho, ao compromisso, ao esforço, à dedicação, não existe meio termo. Ou você faz uma coisa bem-feita ou não faz” (Ayrton Senna). Na área acadêmica não será diferente! Por isso, uma boa metodologia será fundamental para que o esforço do pesquisador produza um trabalho “bem-feito”.

O desejo dos autores é que este Manual de Trabalhos Acadêmicos seja útil para seus leitores e lhes sirva de incentivo para a elaboração de suas tarefas. Bom trabalho a todos!

Claiton André Kunz
Josemar Valdir Modes

SUMÁRIO

1. O ESTUDO CIENTÍFICO	7
1.1 Características de um trabalho científico	7
1.2 Apresentação de trabalhos.....	8
1.3 Conselhos Práticos	8
1.4 Ler e Saber Ler	9
1.5 Um Método de Leitura	11
1.6 Leitura Dinâmica	12
1.7 Memorização	12
2. FICHA DE LEITURA	14
3. RESUMO	16
3.1 Definição	16
3.2 Regras.....	16
3.3 Estrutura.....	16
4. RESENHA	18
4.1 Definição	18
4.2 Estrutura.....	18
5. ARTIGO CIENTÍFICO	21
5.1 Definição	21
5.2 Estrutura.....	21
6. PROJETO DE PESQUISA	24
7. BUSCA E AVALIAÇÃO DE FONTES	34
7.1 A Busca de Fontes	34
7.2 A Avaliação de Fontes	36
8. FICHAMENTO DO MATERIAL.....	37
8.1 O material para o fichamento.....	37
8.2 A ordem do fichamento	37
8.3 As formas do fichamento	38
8.4 O momento do fichamento	39
9. RELATÓRIO DE PESQUISA	40
9.1 Elementos pré-textuais	41
9.2 Elementos textuais.....	44
9.3 Elementos pós-textuais	49

10. MODELOS	54
10.1 Modelo de Ficha de Leitura	55
10.2 Modelo de Resumo	56
10.3 Modelo de Resenha	67
10.4 Modelo de Artigo	70
10.5 Modelo de Projeto Pesquisa	86
10.6 Modelo de Instrumento de Coleta de Dados	100
10.7 Modelo de Termo de Sigilo dos Pesquisadores.....	101
10.8 Modelo de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	102
10.9 Modelo de Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.....	104
10.10 Modelo de Termo de Ciência do Orientador	106
10.11 Modelo de Folha de Rosto	107
10.12 Modelo de Folha de Aprovação	108
10.13 Modelo de Sumário	109
10.14 Modelo de Texto de Monografia	110

1. O ESTUDO CIENTÍFICO

Diversas pesquisas têm demonstrado que entre duas pessoas com o mesmo nível mental, processos cognitivos semelhantes e o mesmo grau de escolaridade, a que se vale de um método de estudo apresenta melhor rendimento.

O professor, ao recomendar o método a dois alunos, irá constatar que o mesmo será usado de forma diferente por um e por outro. Os resultados estarão intimamente relacionados com a capacidade, o tipo de personalidade, o tipo de inteligência e com as experiências, vivência e hábitos de cada estudante.

1.1 Características de um trabalho científico

Seja qual for a natureza de um trabalho científico, ele precisa preencher algumas características para ser considerado como tal. Assim, um estudo é realmente científico quando:

- Discute ideias e fatos relevantes relacionados a determinado assunto, a partir de uma hipótese ou questão norteadora;
- O assunto tratado é reconhecível e claro, tanto para o autor quanto para os leitores;
- Tem alguma utilidade, seja para a ciência, seja para a comunidade;
- Demonstra por parte do autor o domínio do assunto escolhido e capacidade de sistematização, recriação e crítica do material coletado;
- Diz algo que ainda não foi dito ou revê a partir de uma ótica diferente;
- Demonstra com clareza os procedimentos utilizados, especialmente as hipóteses (que devem ser específicas, plausíveis, relacionadas com uma teoria e conter referências empíricas) com que se trabalhou na pesquisa;
- Fornece elementos que permitam verificar, para aceitar ou contestar, as conclusões a que chegou;
- Documenta com rigor os dados fornecidos, de modo a permitir a clara identificação das fontes utilizadas;
- A comunicação dos dados é organizada de modo lógico, seja dedutiva, seja indutivamente.
- É redigido de modo gramaticalmente correto, estilisticamente agradável, fraseologicamente claro e terminologicamente preciso.

Aprender a aprender e saber pensar, para intervir de modo inovador, são as habilidades indispensáveis do cidadão e pesquisador.

1.2 Apresentação de trabalhos¹

Um bom trabalho precisa apresentar as seguintes características:

- **Clareza:** o texto deve ser escrito para ser entendido. Um pensamento claro vai gerar um texto claro. A dificuldade do leitor pode estar na compreensão do assunto, nunca na obscuridade do raciocínio do autor.
- **Concisão:** o texto deve dizer o máximo no menor número possível de palavras. Deve-se sempre prezar por frases curtas e parágrafos breves.
- **Correção:** o texto deve estar grafado corretamente, pontuado adequadamente e ter a devida concordância em suas frases.
- **Encadeamento:** tanto as frases como os parágrafos devem estar encadeados de modo lógico e harmônico. É recomendável também que haja simetria na sua estrutura e dimensão.
- **Consistência:** os textos devem usar os verbos nos mesmos tempos, preferencialmente na voz ativa, e os pronomes nas mesmas pessoas. O autor deve escolher uma forma de tratamento própria (*eu, nós, o autor, etc*) e ficar nela ao longo de todo o trabalho.
- **Contundência:** o texto deve ir direto ao assunto, sem rodeios, e fazer afirmações fortes, impactantes.
- **Fidelidade:** o texto deve respeitar o objeto de estudo, as fontes empregadas e os leitores.
- **Conselhos práticos:** evite repetir palavras; evite redundâncias e generalizações; evite superlativos, aumentativos, diminutivos e adjetivos em demasia.

1.3 Conselhos Práticos²

Alguns conselhos práticos precisam ser considerados:

- Escreva frases breves e parágrafos curtos. Diga o que quiser no menor espaço que conseguir. Não alongue as frases com o uso abusivo de “o qual”, “cujo” e gerúndios. Você terá menos chances de parecer complicado.

¹ Adaptado de AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica**. Piracicaba: UNIMEP, 1997.

² AZEVEDO, 1997.

- Encadeie as frases e parágrafos logicamente, com cada frase ou parágrafo desembocando naturalmente no que vem a seguir. Você terá menos chance de parecer ter composto uma colcha de retalhos.
- Evite apelar para generalizações (como “a maioria acha”, “todos sabem”). Você terá menos chance de parecer superficial.
- Evite repetir palavras, especialmente verbos e substantivos. Use sinônimos. Você terá menos chance de parecer possuir um vocabulário pobre.
- Evite modismos linguísticos (como “em nível de”, “colocação”, etc.). Você terá menos chance de parecer um deslumbrado com o jargão universitário.
- Evite redundâncias. Cada frase deve ser produto de uma reflexão. Você terá menos chance de parecer apressado.
- Abstenha-se de superlativos, aumentativos, diminutivos e adjetivos em demasia. Você terá menos chance de parecer pernóstico (presunçoso).
- Faça poucas citações diretas; opte por reescrevê-las, creditando-as aos seus autores. Você terá menos chance de ser tido como um mero compilador.
- Use as notas de rodapé para definições e informações que, embora sucessivas, acabam truncando por demais o texto. Você terá menos chance de parecer óbvio.
- Lembre-se que você está escrevendo para um leitor real. Não vale a pena escrever para não ser lido.

1.4 Ler e Saber Ler³

Embora a leitura não seja a única forma de estudo, é sem dúvida uma das mais frequentes, daí a importância de um método próprio. A leitura é ensinada nas primeiras séries do Primeiro Grau, mas às vezes o aluno nunca chega a saber ler. Por saber ler entende-se a procura, a captação, a crítica, a retenção e a integração dos conhecimentos contidos na leitura, e isto se faz, em primeiro lugar, pela procura de ideias mestras, das ideias principais, chamadas também ideias diretrizes.

Cada parágrafo tem uma ideia principal, uma palavra-chave, um conceito fundamental. É essencial que o estudante se preocupe em descobrir qual é essa ideia diretriz, fio condutor do pensamento. Todavia, não é possível captar, hierarquizar, criticar,

³ Adaptado da apostila de metodologia da pesquisa de Jaziel G. Martins.

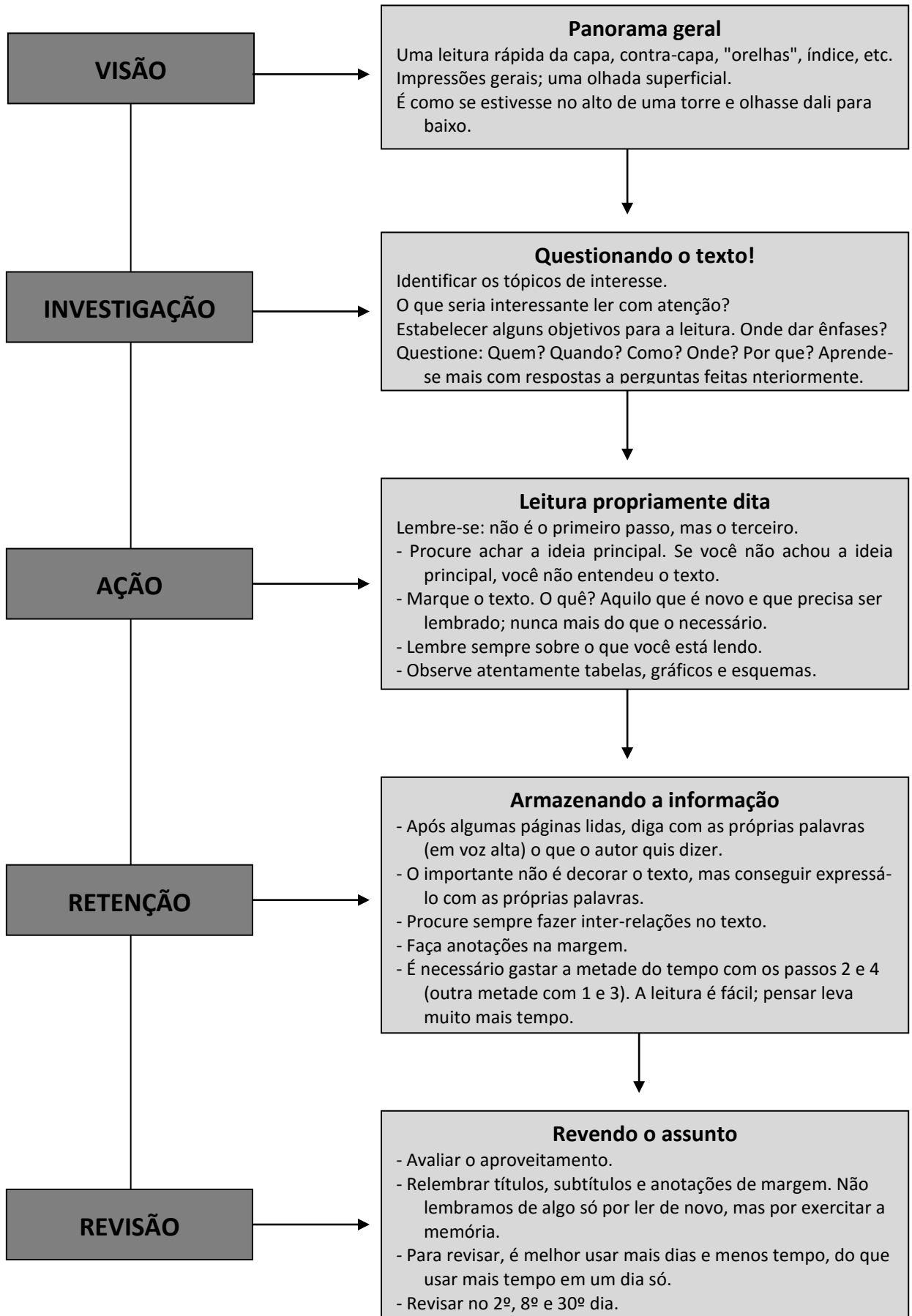
reter ou evocar ideias principais totalmente desvinculadas de detalhes ou pormenores importantes. Aquele que lê bem faz seus próprios resumos, mas procura acompanhar a montagem, o encadeamento e a articulação das ideias do autor. É importantíssimo discernir o principal do secundário, a ideia mestra dos detalhes menos importantes.

Sublinhar ajuda a colocar em destaque as ideias mestras, as palavras-chave e os detalhes importantes. O estudante que sublinha com método fica permanentemente atento à leitura; descobre o principal em cada parágrafo e o diferencia do acessório. Sua atitude o mantém concentrado e exercita seu espírito crítico durante a leitura. Algumas regras para sublinhar:

- Não sublinhar por ocasião da primeira leitura;
- Primeiramente, ler um ou mais parágrafos, retornando para sublinhar apenas as palavras ou frases essenciais que, desde a primeira leitura, foram consideradas importantes e, posteriormente, confirmadas como tais;
- Sublinhar apenas ideias principais e os detalhes importantes;
- Utilizar dois traços para as palavras-chave da ideia principal, e um único traço para os pormenores importantes;
- Reconstituir o parágrafo a partir das palavras sublinhadas: esta norma expressa a própria natureza e a finalidade do ato de sublinhar. Ao reler o que foi sublinhado é necessário que o aluno consiga a estrutura sintética e significativa do todo que leu;
- Assinalar com um sinal de interrogação, à margem, os pontos de discordância: o leitor pode não concordar com posições assumidas pelo autor, como também pode notar incoerência, interpretações tendenciosas de fontes e uma série de falhas, merecendo críticas. Tais fatos devem ser registrados pela utilização de um ponto de interrogação na margem do texto lido.

O estudante, ao adquirir a habilidade de sublinhar com inteligência, já terá dado um passo significativo no trabalho intelectual e perceberá como foi proveitosa a sua leitura. A forma normal de nossas leituras é ler, ler, ler... Um método que apresenta um melhor aproveitamento pode ser apresentado com os seguintes passos.

1.5 Um Método de Leitura



1.6 Leitura Dinâmica

Algumas sugestões podem ajudar você a melhorar a velocidade e a captação da sua leitura:

- **Concentração:** posição correta, atenção total, iluminação suficiente, incentivo à leitura (eu posso ler mais rápido, eu posso ler mais rápido...)
- **Cadeiras:** algo não muito confortável; cadeira dura mantém acordado. Ler em pé, é melhor ainda.
- **Pontos de fixação no texto:** numa linha de 8 a 10 cm, procure fixar a visão em torno de 4 vezes. Não muitas vezes mais, pois é perda de tempo, e não muitas vezes menos (pois a muita distância faz com que se tenha que retornar). Um campo de visão de 20 a 22 letras é bom.
- Não faça leitura silábica; mas de palavras inteiras. Olhe no centro da palavra, na sua parte superior.
- Procure as **palavras chaves**, aquelas que têm mais valor. Geralmente 1/3 das palavras do texto trazem o conteúdo do texto. Capte a estrutura do texto.

A prática diária dos exercícios é fundamental para que você atinja níveis satisfatórios de aproveitamento.

1.7 Memorização

1.7.1 Memorização de vocabulário (línguas)

Confeccione uma caixa arquivo com cartões de memorização. Os cartões devem possuir de um lado a palavra na sua língua e do outro o significado em português. A caixa pode possuir 5 "boxes", aumentando o tamanho a cada novo box.

Coloque os cartões novos sempre no box 1. Palavras memorizadas vão para o box 2. As demais permanecem. No dia seguinte faça o mesmo processo no box 1 e depois vá ao box 2. Deste, as palavras memorizadas vão para o box 3 e as que não se sabe, voltam para o box 1. Assim o processo deve acontecer: o que se conhece vai para frente; o que se esquece volta.

É você mesmo que dá o ritmo para o processo.

1.7.2 Luta contra o esquecimento

Nossa memória não é um roupeiro. Mas um músculo. Ela pode ser treinada. Quanto mais, melhor.

Sugestões:

- Você quer se lembrar? Esquecemos o que não queremos lembrar. Diga a si mesmo: "isso eu quero recordar!". Com essa disposição, duplicamos a concentração. É como a sensibilidade num filme. A memória tem funções seletivas!
- Quanto mais eu sei, mais fácil é aumentar o conhecimento. É mais fácil decorar outras coisas de uma mesma área que eu já sei.
- Pessoas diferentes recordam de forma diferente: precisamos captar as palavras com os sentidos certos: ouvidos (20%), olhos (30%), ouvidos e olhos (50%) e com ação e movimento (90%).
- Inter-relacione: devemos substituir recordação por pensamento. Relacionar o novo com o aprendido.
- Construa associações (espacial, temporal, por semelhança, por contraste, através de absurdo). Quanto mais absurdo melhor. Mas, cuidado.

Repetição ajuda a não esquecer (revisar no 2º, 8º e 30º dia).

2. FICHA DE LEITURA

A ficha de leitura é um instrumento através do qual se anotam dados bibliográficos de uma publicação, “acrescidos de um resumo de seu conteúdo... com uma apreciação ou avaliação deste conteúdo por parte de seu autor. O resumo do conteúdo pode ou não ser respaldado por apresentação de citações indiretas ou literais.”⁴ No caso de citações, elas devem vir acompanhadas pelo número da página correspondente. Exemplo: (p. 20). Sua principal função é atuar como fonte de pesquisa e retenção de informações para o aluno, e também como comprovação de leitura realizada para o professor. As fichas permitem a identificação de obras, o conhecimento de seu conteúdo e uma análise crítica da mesma.

Como dados bibliográficos entende-se todos relacionados á obra – título, subtítulo, tradutor, edição, editora, ano e número de páginas - e seu autor – nome completo, formação e outras obras escritas pelo mesmo.

Já com relação ao seu conteúdo, espera-se que o mesmo seja apresentado de forma sucinta (não excedendo 20 linhas), abordando a obra em seu aspecto geral. O número de linhas estipulado pode ser modificado de acordo com as necessidades da matéria estudada e das preferências do professor da mesma. Se o professor não fizer nenhuma observação, segue-se o padrão aqui apresentado. Ressalta-se a necessidade de comunicação entre o professor e o aluno diante da tarefa proposta para que ela atinja os objetivos esperados. Na dúvida, pergunte!

Na avaliação ou apreciação final o leitor poderá fazer a sua recomendação (ou não) da obra baseado nos assuntos de destaque com os quais concorda ou discorda, com base no estilo de escrita e na linguagem do autor e com base ainda no assunto abordado, sua relevância, abrangência e seguimento do mesmo ao longo do trabalho conforme proposto pelo autor.

Além destas três partes apresentadas acerca da ficha de leitura, destaca-se que em seu início deve apresentar a natureza do trabalho, a identificação da Instituição, do professor, da matéria e do aluno. Todas estas informações não devem exceder a uma lauda em word, a não ser que o professor requeira mais informações no trabalho. Quanto à formatação da página, ela segue as seguintes orientações:

⁴ STRECK, Gisela I. W.; LAUX, Núbia M. **Manual de normas para trabalhos científicos**: baseado nas Normas da ABNT. 2.ed. São Leopoldo: EST, 2009, p. 20.

- *Quanto ao estilo de escrita:* o texto e as descrições são todos no formato impessoal.
- *Quanto à formatação do texto:* o texto deve ser em fonte 12, espaçamento simples. As margens seguem o padrão dos trabalhos acadêmicos: 3 cm margem superior e esquerda; já a margem direita e inferior é de 2 cm. A primeira linha de cada parágrafo do texto deve ter um recuo de 1,5 cm. Os títulos são todos em fonte 14, caixa alta e negrito, com o espaçamento de 6 pontos antes e depois.

OBS: modelo na página 55 deste livro.

3. RESUMO

3.1 Definição

O resumo consiste no trabalho de condensação de um texto; é a redução aos elementos de maior importância do referido texto. É um recurso de aprendizagem, pois ajuda a captação, a análise, o relacionamento, a fixação e a integração daquilo que se está estudando. O resumo é formado por parágrafos completos e pode conter uma apreciação crítica no final.

3.2 Regras

- Não resumir antes de ler, de esclarecer todo o texto, de sublinhar e de fazer breves anotações à margem do texto. Isso por duas razões: a) quem faz o resumo enquanto lê, torna-se prolixo; b) resumo é trabalho de extração e não de criação, o que supõe fidelidade ao autor.
- Ser sucinto: o próprio nome já diz, é resumo; não se deve ser prolixo. O resumo deve conter aproximadamente 5% do original.
- Percorrer em especial as palavras sublinhadas e as anotações a margem do texto: primeiro, faz-se uma leitura geral corrida; segundo, faz-se uma segunda leitura com anotações e marcações, esclarecimentos de termos e conceitos; terceiro, o caminho já está pronto para um bom resumo, não havendo necessidade de se reler todo o texto de novo, bastando seguir as anotações e sublinhamentos.
- Havendo transcrição textual, usar aspas e fazer referência à fonte.
- Crítica ao autor: o resumo, embora marcado pelo caráter de objetividade e fidelidade à fonte, pode conter ao final uma crítica pessoal e certas anotações de caráter integrador.

3.3 Estrutura

As partes de um resumo não são destacadas por títulos ou capítulos; as divisões são verificadas naturalmente pela distribuição e sequência dos parágrafos. Esta é a constituição de um resumo:

3.3.1 Folha de rosto

Segue o modelo da folha de rosto padrão, exceto:

- No lugar do título, coloca-se a expressão: “Resumo do Livro (ou artigo, etc) de Cidade: Editora, ano. Número de páginas.”
- No lugar de “Trabalho apresentado...”, coloca-se “Resumo apresentado...”.

3.3.2 Parágrafo(s) Introdutório(s)

Aqui é apresentada a obra e sua importância, bem como o autor, suas linhas centrais de pensamento e qual o seu propósito pretendido.

3.3.3 Parágrafos do Resumo propriamente dito

Relata-se de forma breve os aspectos de maior destaque e relevância do texto, sempre relacionando uma frase com outra, uma questão com outra, um parágrafo com outro. Em tais parágrafos não se pode tecer opiniões, comentários; somente se apresenta as ideias e argumentações do autor da forma mais neutra possível.

3.3.4 Parágrafo(s) de Crítica/Conclusão

- a) Dá-se o parecer de apreciação da obra, recomendando-a ou não;
- b) Faz-se um juízo sintético sobre a obra quanto a estilo, apresentação, validade, linguagem, objetividade, clareza, etc;
- c) Averigua-se se o autor cumpriu com seu propósito e se conseguiu provar suas hipóteses.

OBS: modelo na página 56 deste livro.

4. RESENHA

4.1 Definição

A Resenha é

um tipo de redação técnica que inclui variadas modalidades de textos: descrição, narração e dissertação. Estruturalmente, escreve as propriedades da obra (descrição física da obra), relata as credenciais do autor, resume a obra, apresenta suas conclusões e metodologia empregada... e, finalmente, apresenta uma avaliação da obra e diz a quem a obra se destina.⁵

Ela é ao mesmo tempo, um instrumento de informação e de opinião. *Informação* porque retrata com exatidão o que o autor da obra quis expressar; *opinião* porque admite a interação do leitor com o conteúdo da mesma, destacando opiniões com as quais concorda ou refutando teses que não correspondam com a bagagem de informações acumuladas pelo leitor.

A **finalidade** da resenha é:

- Apresentar uma síntese das ideias fundamentais da obra, fazendo comentários sobre seu conteúdo, apresentação, estilo e relevância;
- Desenvolver a capacidade de interação da obra com o conhecimento já adquirido pelo autor, proporcionando uma mentalidade crítica e possíveis indicações ou contraindicações da obra;
- Divulgar a obra e seu conteúdo a leitores interessados no mesmo.

4.2 Estrutura

4.2.1 Extensão

Todo o texto da resenha deve variar entre 500 a 800 palavras (no máximo duas laudas em Word com fonte 12, espaçamento de 1,5 entrelinhas e parágrafos com recuo de 1,5 cm na primeira linha). As partes de uma resenha não são destacadas por títulos ou capítulos; as divisões são verificadas naturalmente pela distribuição e sequência dos parágrafos. As frases devem ser curtas, os parágrafos breves, apresentados de modo impessoal e sem muitos adjetivos. Havendo citações, podem ter no máximo 20 palavras destacadas com aspas (“”), e com a indicação da página, entre parênteses, de onde se

⁵ MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 145-146.

extraiu estas citações.

4.2.2 Folha de rosto

Segue o modelo da folha de rosto padrão para a Monografia, exceto:

- O título da resenha não é o título do livro; deve ser algo original e criativo, indicando uma ou mais peculiaridades do livro resenhado;
- No lugar de “Trabalho apresentado...”, coloca-se “Resenha apresentada...”.

4.2.3 Título e referência bibliográfica:

Na primeira folha do texto repete-se novamente o mesmo título criativo da resenha no alto, em caixa alta e centralizado. Logo abaixo do título, faz-se a referência bibliográfica da obra lida, à direita, ou seja, do meio da página até a margem direita, voltando a(s) outra(s) linhas sempre abaixo da terceira ou quarta letra do sobrenome do autor.

4.2.4 Introdução

Tem por objetivo:

a) contextualizar o autor e a obra no universo cultural, mostrando as origens da obra (quando, onde e por que o autor fez o estudo) e quem é o autor e sua autoridade na área em que escreve;

b) interessar o leitor pela resenha e pela obra em questão.

OBS: A extensão da introdução deve ser entre 10 a 20% da extensão total da resenha. É importante que se tenha um parágrafo de transição para o resumo propriamente dito.

4.2.5 Desenvolvimento

Tem por objetivo:

a) resumir o conteúdo geral da obra com comentários sobre o que o autor trata, se ele possui alguma característica especial, como o assunto foi abordado, se o autor tece conclusões ou não, onde estão e quais são as conclusões do autor, qual teoria lhe serviu de embasamento e qual o método utilizado.

b) destacar as linhas centrais do pensamento do autor.

OBS: A extensão deve variar entre 60 a 70% da resenha. Como fecho dessa parte, também é interessante colocar um parágrafo de transição para a crítica.

4.2.6 Crítica

A crítica tem por objetivo:

a) apreciar a obra, recomendando-a ou não ao leitor;

b) fazer sugestões ao autor e/ou editor quanto à apresentação e ao conteúdo. A extensão da crítica deve ficar entre 20 a 30% da resenha.⁶

c) A crítica deve apoiar-se em fatos, provas e argumentos consistentes. Afirmações genéricas pouco acrescentam.⁷

Itens que podem ser considerados na elaboração da crítica de uma obra:

- *Avaliar com relação à Edição*: a apresentação formal do livro (capa, folhas de rosto, impressão, etc); existência ou inexistência de índices, ilustrações, glossários, mapas, etc.; erros e acertos quanto à revisão textual;
- *Avaliar quanto ao Conteúdo*: erros e acertos quanto às informações veiculadas (datas, nomes, estatísticas, etc); seriedade da documentação (qualidade e atualidade das referências bibliográficas; uso crítico dos autores, etc); contradições; disposição do material (sequência lógica, organização equilibrada, etc); estilo simples, claro, conciso, linguagem correta;
- *Avaliar quanto às Ideias*: se as ideias são verdadeiras, criativas, originais; qual a contribuição dada pelo autor; se seus conhecimentos são novos, amplos; se a abordagem que ele faz é diferente; faz-se, então, um juízo sintético sobre a obra, avaliando os argumentos apresentados e, declarando a validade da obra;
- *Avaliar quanto à indicação da obra*: a quem ela é dirigida (especialistas, estudantes, leigos, grande público); e se recomenda ou não a leitura.

OBS: Modelo na página 67 deste livro.

⁶ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 205.

⁷ MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 155.

5. ARTIGO CIENTÍFICO

5.1 Definição

O artigo científico visa a publicação em revistas e periódicos correspondentes, com o objetivo de divulgar, para um público restrito, os resultados de trabalhos em áreas ainda inexploradas, trazendo novos conhecimentos e esclarecimentos para determinada área do conhecimento científico.⁸ Seu tema pode ser classificado como atual ou como novo dentro de sua área de estudo,⁹ recebendo a definição de original (se a pesquisa for inédita) ou de artigo de revisão (se a pesquisa for atual).

A **finalidade** do artigo é:

- a) abordar assuntos e temas novos ou atuais visando a reflexão e uma posterior pesquisa aprofundada na área em questão;
- b) publicação em periódicos ou revistas acadêmicas visando a aceitação e reação das ideias abordadas.

Diferenças entre o artigo e a monografia:

- a) O artigo é um trabalho mais sucinto, com restrição de páginas, enquanto que a monografia não tem um limite e permite esboçar o assunto com toda a profundidade necessária;
- b) No artigo expõe-se o relato de uma pesquisa contendo informações que provém da experiência do próprio autor do trabalho, sem a necessidade de uma fundamentação bibliográfica para todos os assuntos tratados, enquanto que a monografia é resultado de pesquisa em referencial teórico existente;
- c) O artigo visa a construção de informações, já a monografia a organização de informações já estabelecidas.

5.2 Estrutura

5.2.1 Extensão

Recomenda-se que os artigos contenham de 30 a 50 mil caracteres, incluindo os títulos, as notas e os espaços (com fonte 12, espaçamento de simples entrelinhas e com

⁸ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 208.

⁹ MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 203-204.

recuo de 1,5 cm na primeira linha de cada parágrafo) sendo vistos como necessários e suficientes para a elaboração de um artigo com embasamento teórico em determinada área do conhecimento. Sua estrutura abrange a folha de rosto, os elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

5.2.2 Folha de rosto

Segue o modelo da folha de rosto padrão de trabalhos acadêmicos, exceto que no lugar de “Trabalho apresentado...”, coloca-se “Artigo apresentado...”.

5.2.3 Elementos pré-textuais

- *Título e subtítulo* (se houver): Devem estar no topo do trabalho, centralizados e separados por dois-pontos (:). Os títulos são descritos com letras maiúsculas, fonte 16 e negrito. Já os subtítulos são descritos com letras minúsculas, fonte 12 e negrito.
- *Nome(s) do(s) autor(es)*: Ele(s) são alinhados à direita, logo após o título, com letras maiúsculas e em fonte tamanho 12. Um breve currículo do(s) mesmo(s) é adicionado em rodapé indicado por um asterisco, contendo um relato de sua graduação, atuação e endereços postal e eletrônico.
- *Resumo na língua do texto*: o resumo não deve ultrapassar 250 palavras e devem conter informações que permitam uma adequada caracterização do artigo como um todo. No caso de artigos científicos, o resumo deve informar o objetivo, a metodologia aplicada e os resultados principais. Seu texto contém o título RESUMO em fonte 14, maiúsculo e alinhado à esquerda, e a descrição do conteúdo em novo parágrafo com fonte 12, justificado, com recuo de 1 cm de ambas as margens. O espaçamento é simples. Apenas os novos títulos têm parágrafos com espaçamento de 06 pontos antes e depois. As margens superior, inferior e direita são de 2 cm e a esquerda de 2,5 cm – estes espaçamentos valem também para os elementos textuais e pós-textuais.
- *Palavras-chave na língua do texto*: devem ser apresentadas de 3 a 5 palavras-chave depois do resumo.
- *Resumo e Palavras-chave numa língua estrangeira* (opcional): visando a publicação, o artigo deverá conter a tradução do resumo e das palavras-chave para outra língua, preferencialmente o inglês.

5.2.4 Elementos textuais

- *Introdução*: Parte inicial do artigo que contém a delimitação do assunto tratado, os objetivos e outros elementos necessários para situar o tema do artigo. Sua principal função é chamar a atenção do leitor para o conteúdo. Sua descrição deve corresponder a 5% do tamanho de todo o trabalho.
- *Desenvolvimento*: É a parte principal do artigo. Contém a exposição ordenada e pormenorizada do assunto tratado. Divide-se em seções e subseções conforme o tema e o método. Seu conteúdo pode vir de considerações pessoais e de citações diretas ou indiretas. No caso de **citações**, deve-se mencionar o autor nas notas de rodapé com fonte 10. A primeira ocorrência da nota deve conter a descrição completa da obra e as repetições seguem ao padrão: SOBRENOME, data, página. As citações diretas com mais de três linhas devem ser transcritas em um só bloco, abaixo do texto, com recuo de 4 cm da margem esquerda, terminando no mesmo alinhamento estabelecido para a margem direita, com fonte 11. **Títulos** de capítulo são numerados com números arábicos, em fonte 14, alinhados à esquerda, negrito, e com a descrição em caixa alta; **subtítulos** são em fonte 13, com recuo de 1,5 cm, em letras minúsculas, negrito e com números arábicos; subsubtítulos são em fonte 12, com recuo de 1,5 cm, letras minúsculas, negrito e com números arábicos. O **texto** é todo no formato justificado, com recuo de 1,5 cm na primeira linha de cada parágrafo e margens conforme apresentado nos elementos pré-textuais.
- *Considerações finais*: parte final do artigo, na qual se apresentam as conclusões correspondentes aos objetivos e hipóteses. Seu conteúdo não pode ser superior a 10% do trabalho como um todo.

5.2.5 Elementos pós-textuais

- *Referências*: descrição completa de todas as obras usadas no trabalho e citadas no mesmo. Seguem padronização da ABNT.
- *Elementos facultativos*: dependendo do artigo, ele poderá necessitar de apêndice(s), anexo(s), ilustrações ou tabela(s). No caso da inserção de um destes elementos, ele deverá corresponder à formatação do restante do trabalho.¹⁰

OBS: Modelo na página 70 deste livro.

¹⁰ MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 203-204.

6. PROJETO DE PESQUISA

O projeto de pesquisa tem como objetivo levantar o máximo possível de subsídios antes da execução do relatório de pesquisa, para que, no momento da escrita, o autor esteja minimamente seguro da direção e das ênfases que deve tomar. Comparativamente pode-se dizer que o projeto de pesquisa é para o pesquisador o mesmo que uma planta é para um construtor. Quanto mais precisa for a planta de uma construção, mais objetivo e eficaz será o trabalho do construtor. Quanto melhor for o projeto de pesquisa, mais fácil será elaborar o texto final.

Há diferentes itens que podem compor um projeto de pesquisa. Aqui serão alistados os principais que se acredita podem auxiliar na pesquisa propriamente dita:

FOLHA DE ROSTO

SUMÁRIO

I - ASSUNTO

TÍTULO COMPLETO (em maiúsculas) do relatório final, mesmo que provisório. O título deve ser claro, objetivo e autoexplicativo. Deve abranger a proposta completa da pesquisa e pode conter um subtítulo, se necessário.

1.1 Delimitação

A delimitação consiste na indicação, de modo breve, do tema pesquisado. Esta indicação deve ser clara e precisa, tanto para o pesquisador quanto para o leitor. A delimitação deve definir claramente o campo do conhecimento a que pertence o assunto, bem como o lugar que ocupa no tempo e no espaço (Delimitação = área geral e específica + espaço geográfico + período cronológico).

1.2 Justificativa

1.2.1 Relevância

1.2.1.1 *Relevância Científica (Teológica)*: destacar os ganhos da ciência com a pesquisa, fazer uma previsão dos resultados e como a ciência será então beneficiada.

1.2.1.2 *Relevância Social (Eclesiástica)*: destacar os ganhos da sociedade em sendo

divulgado o trabalho e como poder-se-á mudar, melhorar ou simplesmente refletir sobre valores, problemas e/ou chegar a possíveis soluções para as situações encontradas.

1.2.2 Interesse

Identificar os fatores que levaram o pesquisador a inclinar-se pelo tema, fazendo uma análise da problemática, destacando o seu envolvimento e as necessidades imediatas para tal investigação.

1.2.3 Viabilidade

Destacar em termos gerais uma análise dos prós e contras na realização da pesquisa. Como se levantará o material bibliográfico, custos, dificuldades em termos de bibliografia em outras línguas além do português, como o pesquisador pretende enfrentar tais dificuldades ao deparar-se com elas.

2. FONTES

2.1 Natureza

Aqui se discute a natureza das fontes que serão empregadas (bibliográficas, entrevistas, pesquisa de campo, etc.), bem como as razões de sua escolha, sua importância e forma como serão utilizadas.

2.2 Classificação

Faz-se uma relação das fontes por ordem de prioridade.

2.3 Localização

O pesquisador fará um levantamento dos arquivos, bibliotecas e instituições que lhe servirão para a investigação. Deve-se destacar as dificuldades a serem transpostas, bem como o tipo de fontes que cada uma contém.

3. MÉTODO

3.1 Procedimentos

Aqui se apresentarão as etapas que serão seguidas durante a pesquisa. Destacando questões como coleta de dados, leitura de textos, fichas de leitura, avaliação de pesquisa, entrevistas, etc.

3.2 Problemas

3.2.1 Problema Central

Aqui o pesquisador irá apresentar o problema-chave da pesquisa, destacando-o em sua importância para a pesquisa. É a pergunta que a pesquisa pretende resolver. Esta pergunta precisa ser específica e bem clara. Deve-se lembrar que boas perguntas geram boas respostas.

3.2.2 Problemas Corolários

Provenientes do problema central podem/devem decorrer outros problemas que deverão ser devidamente destacados, diferenciados e apresentados. Assim como no problema central, este item também deve ser descrito em forma de perguntas.

3.3 Objetivos

Os objetivos constituem a finalidade de um trabalho científico, ou seja, a meta que se pretende atingir com a elaboração da pesquisa. São eles que indicam o que um pesquisador realmente deseja fazer. Sua definição clara ajuda em muito na tomada de decisões quanto aos aspectos metodológicos da pesquisa, afinal, temos que saber o que queremos fazer, para depois resolvermos como proceder para chegar aos resultados pretendidos. Os objetivos podem ser:

3.3.1 Objetivo geral

É a dimensão mais ampla pretendida com a pesquisa. O **objetivo geral** é tratado em seu sentido mais amplo e constitui a ação que conduzirá ao tratamento da questão abordada no problema de pesquisa, fazendo menção ao objeto de uma forma mais direta. O objetivo deve sempre iniciar com um verbo no infinitivo: “analisar”, “definir”, “determinar”, “verificar”, etc.

3.3.2 Objetivos específicos

Os **objetivos específicos** apresentam, de forma pormenorizada, detalhada, as ações que se pretende alcançar e estabelecem estreita relação com as particularidades relativas à temática trabalhada. Estes objetivos específicos definem metas específicas da pesquisa que sucessivamente complementam e viabilizam o alcance do objetivo geral.

3.4 Hipóteses

3.4.1 Hipótese Central

A hipótese central é uma resposta à pergunta do problema central que foi formulada acima. Toda hipótese é uma resposta provisória que o pesquisador oferece. O resultado da pesquisa pode negá-la ou confirmá-la.

3.4.2 Hipóteses Corolárias

As hipóteses corolárias são respostas às perguntas dos problemas corolários que foram formulados acima. Muitas vezes as hipóteses podem vir em forma de novas perguntas.

3.5 Abordagem

Aqui se fará uma análise e discussão dos métodos a serem utilizados na pesquisa, destacando cada etapa do trabalho. Como será lido, interpretado e organizado o material. Em outras palavras, é a explicação do procedimento e a indicação das ênfases que o trabalho terá.

3.6 Pesquisa de Campo¹¹

3.6.1 Objetivos

Neste espaço precisa-se fazer uma descrição detalhada dos motivos que levam o pesquisador a buscar os dados para o seu trabalho através desta metodologia de coleta. Deve-se esclarecer como os dados serão computados e analisados, podendo ser de ordem

¹¹ PESQUISA DE CAMPO é uma seção do Projeto de Pesquisa obrigatória apenas para os trabalhos que tiverem como proposta a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não. Para se fazer esta pesquisa de campo é necessário terminar o Projeto de Pesquisa dentro do primeiro mês de aulas de TCC I, afim de que o professor orientador possa encaminhá-lo ao Comitê de Ética em Pesquisa para análise ética. Como a Faculdade Batista Pioneira não tem comitê próprio, a análise será realizada por um comitê de outra instituição com a qual ela tem parceria. Em vida disso, a análise do projeto acarretará custos que são de inteira responsabilidade do aluno pesquisador. O cadastro da pesquisa deve ser feito no site da Plataforma Brasil, (<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>), pelo o professor que irá orientar o TCC como Pesquisador Principal, e o aluno será adicionado como equipe de trabalho. Ambos, professor orientador e aluno, precisam se cadastrar primeiro para poderem submeter o projeto. Além deste cadastro é também necessário criar o Currículo Lattes do professor e do aluno (<http://lattes.cnpq.br/>), pois a plataforma exigirá o currículo como anexo na hora da submissão. A não passagem pelo Comitê de Ética em Pesquisa faz com que a mesma não tenha caráter oficial e jamais poderá ser publicada. Segue o roteiro resumido para a submissão de um projeto ao Comitê de Ética em pesquisa: a) criação do Currículo Lattes do professor orientador e do aluno orientado; b) cadastro na Plataforma Brasil do professor orientador como Pesquisador principal e do aluno como auxiliar; c) criação do Projeto de Pesquisa e outros documentos necessários; d) submissão do projeto pelo professor orientador com a anexação dos documentos exigidos pela plataforma.

quantitativa – quando considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.) ou de ordem *qualitativa* - quando considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. Esclarece-se neste ponto também o formato da coleta de dados e o instrumento para o mesmo, que irá variar pelo tipo de pesquisa que se irá fazer (Modelo de Instrumento de Coleta de Dados na página 100). Além destes detalhes, cabe ao pesquisador também esclarecer quais os benefícios da pesquisa para os entrevistados e a forma como terão acesso a estas informações após a sua análise detalhada.

3.6.2 Público alvo

Precisa-se especificar aqui quem serão as pessoas entrevistadas, destacando sua idade, escolaridade, nível social pertencimento a determinados grupos ou não. Se a entrevista envolver alguma instituição, é obrigatória a consulta da disponibilidade desta coleta de dados e a autorização formal escrita repassada pelo representante da instituição ao pesquisador para anexação do documento na hora do cadastramento do projeto. É necessária também a descrição pormenorizada do horário, dia e local em que esta entrevista institucional irá ocorrer.

Cada pessoa entrevistada precisa receber o Projeto de Pesquisa impresso, o Termo de Sigilo dos Pesquisadores (este é utilizado apenas quando a pesquisa não é numa instituição - modelo anexo na página 101) preenchido e assinado, cópia da autorização da instituição (quando for neste formato) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para pessoas maiores de idade (modelo anexo na página 102) para ser preenchido e assinado ou o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido para entrevista com pessoas menores de idade (modelo na página 104) e ainda o Termo de Ciência do Orientador (modelo na página 106). A entrega e formulação destes documentos é obrigatória e o Projeto de Pesquisa precisa mencionar a existência deles e o manuseio dos mesmos.

Precisa-se esclarecer aqui ainda como os dados serão avaliados e manipulados, onde os arquivos originais da coleta dos dados serão armazenados e por quanto tempo até serem eliminados, quem fará a incineração dos mesmos, quando o resultado final será divulgado aos entrevistados e também assegurar ao entrevistado a possibilidade de desistência da pesquisa se em algum momento não forem respeitados os compromissos firmados.

3.6.3 Questões éticas

Precisa-se destacar no projeto qual o padrão ético que norteará a pesquisa. Neste espaço é obrigatória a citação de que a pesquisa obedece aos padrões éticos, conforme exigências da Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, destacando alguns aspectos, conforme o modelo de Projeto de Pesquisa na página 86.

3.6.4 Desenho da pesquisa

É uma visão preliminar e ampla dos propósitos, domínios conceituais, metodológicos e perguntas da pesquisa. O desenho da pesquisa é classificado de diversas maneiras, a partir da sua abordagem, que leva em consideração: **a) a natureza do objeto** - 1. Institucional: análise de organizações, de costumes e mores; 2. Histórica: análise de processos de transformação, de constituição e reprodução de instituições, sociedades, valores ou estruturas sociais; 3. Atitudinal: estudos de opinião e de disposições dos indivíduos tendo em vista a conduta social; 4. Axiológica: estudos de ideologias e valores sociais; ou 5. Estrutural: análise de estruturas sociais; **b) a padronização e forma de abordagem**: estudos quantitativos ou qualitativos; **c) segundo o modus faciendi**: 1. Descrição densa (etnografia); 2. Estudos de caso; 3. Estudos de comunidade; 4. Documental; 5. Biográfica; 6. *Surveys amostrais*; 7. Análise de dados agregados; **d) segundo o tipo de uso do tempo**: 1. Estudos transversais que visam caracterizar um determinado aspecto de uma população num momento dado do tempo e que podem ser: *estudo experimental clássico*: Grupo experimental é especialmente criado (submetido a um estímulo ou situação) para ser comparado a um grupo de controle (privado do estímulo); *estudos quase-experimentais*: Grupos similares (ou emparelhados) no ponto de partida que se diferenciam por participar (ou não) de uma dada ação; e *estudos de indivíduos-típicos*: unidades de observação escolhidas por serem representativas de uma situação/condição. 2. Estudos Longitudinais que visam caracterizar as transformações de fenômenos no tempo e podem ser: *estudos de séries temporais* (estudos de tendências): repetição de análises de tipo transversal em

momentos distintos e significativos para o estudo; *estudo tipo painel*: sucessivas enquetes realizam-se com uma mesma amostra de indivíduos em momentos significativos de tempo; e *estudo de coorte*: grupo definido por haver partilhado um mesmo tipo de experiência; e **e) segundo os objetivos do estudo**: 1. *estudos exploratórios* - voltados para formular um problema mais preciso de pesquisa ou para o desenvolvimento de novas hipóteses, com planejamento flexível de pesquisa e máxima amplitude possível da observação. Suas limitações: maior risco de erro e dificuldades de comparabilidade com outros estudos; 2. *estudos descritivos* - estão voltados para apresentar precisamente características de uma situação ou grupo, sendo mais específicos e organizados que os estudos exploratórios. Seus resultados com frequência são de tipo “diagnóstico” e estão comprometidos com a precisão das caracterizações; e 3. *estudos explicativos* - supõem que as medidas sejam, além de precisas e confiáveis, construídas a partir de modelos que permitam demonstrar relações de causalidade, sendo por isto mesmo construídos com base na lógica das explicações científicas.

3.6.5 Riscos

Como a própria Resolução Nº 466 prevê em seu V (quinto) artigo, toda a Pesquisa de Campo com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados. Precisa-se neste espaço destacar os riscos que variam de acordo com a situação e a dimensão da pesquisa.

3.6.6 Benefícios

Precisa-se destacar os benefícios que a Pesquisa de Campo trará para os entrevistados, para o pesquisador e também para a comunidade em geral.

3.7 Observação Participante

É o processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo. Deve-se documentar TUDO o que acontece através nas notas de campo.¹²

¹² **Nota de Campo** é a descrição de atividades, eventos, pessoas, interações (quem falou com quem), utilização de ferramentas, coisas ouvidas, sentidas, e outros fenômenos relevantes para a pesquisa; há a necessidade de ser concreto - documentar as coisas com o maior nível de detalhe possível; separar observações, “transcrição das falas” das impressões/comentários/observações.

6. PLANO PRELIMINAR

Aqui se apresenta o esboço incluindo as divisões e subdivisões da pesquisa. Recomenda-se um encontro com o orientador de conteúdo antes da finalização do esboço.

INTRODUÇÃO

1. PRIMEIRO CAPÍTULO

1.1 Primeiro Sub-ponto

1.2 Segundo Sub-ponto

1.3 Terceiro Sub-ponto

2. SEGUNDO CAPÍTULO

2.1 Primeiro Sub-ponto

2.2 Segundo Sub-ponto

2.3 Terceiro Sub-ponto

3. TERCEIRO CAPÍTULO

3.1 Primeiro Sub-ponto

3.2 Segundo Sub-ponto

3.3 Terceiro Sub-ponto

CONCLUSÃO

7. REVISÃO DE LITERATURA

A Revisão ou Levantamento de Literatura é a localização e obtenção de documentos para avaliar a disponibilidade de material que subsidiará o tema do trabalho de pesquisa. Este levantamento é realizado junto às bibliotecas ou serviços de informações existentes. Essa etapa do processo da pesquisa acadêmica demonstra o reconhecimento do aspecto cumulativo do conhecimento científico produzido acerca de determinado assunto. Ao final o seu resultado é apresentado como um texto que reúne e discute informações encontradas no corpo literário sobre o que foi pesquisado, apresentando as devidas referências.

8. GLOSSÁRIO

O glossário é constituído pela lista de termos pouco conhecidos, de sentido obscuro ou de uso muito restrito, acompanhados de definição e ordenados alfabeticamente. Como a Pesquisa de Campo será analisada por um Comitê de Ética que não é da área teológica, é imprescindível que que faça uma explicação dos principais termos que aparecem na mesma.

9. REFERÊNCIAS

Aqui se faz uma listagem preliminar das obras que serão utilizadas, com os dados bibliográficos de cada livro. A sequência dos dados é a seguinte:

SOBRENOME, Nome. **Título da obra:** subtítulo (se houver). Tradução de [Nome do tradutor]. [x].ed. Cidade: Editora, ano. n° p.

Exemplo:

SHEDD, Russell P. **A felicidade segundo Jesus:** reflexões sobre as bem-aventuranças. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1998. 127 p.

OBS: Modelo de Projeto de Pesquisa na página 86 deste livro.

7. BUSCA E AVALIAÇÃO DE FONTES

O trabalho científico exige que as ideias descritas no papel tenham um respaldo de fontes reconhecidamente aceitas. Daí tem-se a necessidade de conhecer fontes de pesquisa que contenham as informações necessárias e que sejam ao mesmo tempo de renome para a pesquisa, o que implica em uma avaliação séria das mesmas.¹³ Esta avaliação pressupõe um período de intensa leitura e demanda de tempo disponível para o trabalho. Não há como realizar uma pesquisa sem tempo para consultar o material necessário.¹⁴

7.1 A Busca de Fontes

Como as fontes são essenciais num trabalho acadêmico, precisa-se saber onde encontrá-las. Os principais lugares são: bibliotecas, internet, livrarias e editoras, indicadores individuais, pesquisa de campo e entrevistas.

7.1.1 As Bibliotecas

As Bibliotecas com seus acervos são os principais lugares de busca para o embasamento teórico da pesquisa. Nelas encontram-se armazenadas informações nos mais variados tipos de recipientes, tanto impressos como digitais. É importante saber diferenciar as obras e seus respectivos valores. O fato de estar em uma biblioteca necessariamente não classifica o livro como sendo útil e recomendado para a pesquisa. Alguns detalhes precisam ser observados com relação a escolha dos materiais usados num trabalho: o autor e sua vida relacionados ao momento da escrita da obra e a editora e sua ideologia.

7.1.2 A Internet

Com o uso constante da internet, as possibilidades de recursos para pesquisa crescem a cada dia que passa. Não fazer uso de materiais postados em meio eletrônico representa uma perda gigantesca em termos de possibilidade de pesquisa e conseqüentemente de enriquecimento de conteúdo. Mas é claro que estas fontes carecem de uma análise muito mais profunda do que as bibliográficas. Procurar por instituições reconhecidas que postam materiais e levar em conta seus autores faz toda a diferença nesta hora.

¹³ MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 43-44.

¹⁴ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 133.

Veja alguns exemplos de possibilidades de pesquisa na internet:

Bibliotecas	www.biblioteca.pucpr.br www.umesp.com.br www.est.edu.br/biblioteca www.unijui.edu.br/biblioteca
Editora nacional	www.paulus.com.br www.vidanova.com.br
Livraria Internacional	www.christianbook.com www.amazon.com
Revista Eletrônica:	www.revista.batistapioneira.edu.br www.ensaiosteologicos.fbp.edu.br www.metodista.br/correlatio www.teologiasbrasil.com.br www3.est.edu.br/publicacoes/estudos_teologicos www.teologica.br/theo_new/pagina.php?p=artigos.php www.teologiahoje.ftsa.edu.br/v1 www.revistatheos.com.br/ www.teologiaycultura.com.ar/ www.periodicos.pucminas.br/ www.metodista.br/revistas/revistas-metodista
Acervos digitais	www.periodicos.capes.gov.br/ www.dominiopublico.gov.br/ www.scielo.org/

Assuntos nos localizadores diversos de páginas da internet.

7.1.3 Livrarias e Editoras

O berço dos livros e demais publicações precisa ser consultado também. Nem todas as cidades dispõem destes recursos, mas, onde o acesso é possível vale a pena a consulta, uma vez que se tem acesso às últimas edições e ainda consegue-se manusear a obra (fator impossível em compras pela internet).

7.1.4 Indicadores Individuais

Além dos locais tratados acima também existem aqueles que aqui estão sendo classificadas como indicadores individuais. Isto por que, mesmo que possam ser encontrados

nos locais já tratados, eles em si são indicadores de fontes em potencial. Este é o caso dos catálogos das editoras, bibliografias e, dentro de livros, teses, dissertações e monografias, as referências bibliográficas, os índices de citações bíblicas, os índices remissivos e o próprio sumário da obra.

7.2 A Avaliação de Fontes

Alguns cuidados devem ser tomados durante o trabalho de classificação das fontes utilizadas na obra, sob o risco de colocar em perigo o valor da pesquisa em si. As fontes não possuem todas o mesmo valor e o pesquisador não pode utilizá-las de forma indiscriminada, ao contrário, deve fazer um julgamento adequado de cada uma antes de empregá-las.

Atenção especial deve ser dada ao tipo de material consultado e nos autores. Com certeza um artigo utilizado, por exemplo, em um manual geral, ou em um breve dicionário de assuntos variados, tem boas chances de ter menos valor do que um artigo especializado, escrito por um autor de renome na área do conhecimento pesquisada.

Também deve haver muito cuidado ao utilizar fontes da internet, de autores praticamente desconhecidos, ou de livros e revistas que visivelmente defendem um ponto de vista não compatível com a pesquisa científica. Sempre é bom lembrar, nem tudo o que está escrito, gravado ou filmado (TV), tem autoridade em si.

Isto não quer dizer que o pesquisador não possa lançar mão destes tipos de fontes, muitas vezes elas podem ser até mesmo a base para a apresentação dos resultados da pesquisa. O que o pesquisador deve fazer, de forma clara, nestes casos, quando consideradas de pouco valor científico, é utilizá-las como exemplos negativos e demonstrar, claramente, sua posição contra elas.

8. FICHAMENTO DO MATERIAL¹⁵

O fichamento adequado do material encontrado e selecionado nas fontes pelo pesquisador é fundamental para o sucesso de seu trabalho. O esforço empregado neste processo, certamente, resultará em bons dividendos ao final da obra. Um bom fichamento manterá o pesquisador no rumo de suas pesquisas não permitindo que se desvie de seus objetivos iniciais e facilitará o relatório final, a composição do trabalho em si, como será entregue ao público.

Visando apresentar algumas sugestões de como se pode levar a efeito um bom fichamento, descomplicado ao máximo, mas útil, aqui estarão sendo abordadas as questões do material adequado, da ordem adotada, das formas e do momento em que ele deve ser feito.

8.1 O material para o fichamento

O termo fichamento indica fichas, o que não é muito adequado para o que sugerimos neste ponto. Contudo, o termo é bem conhecido e lembra anotações, o que vem mais ao caso. Assim, ninguém precisa se preocupar em adquirir fichas, procurar saber qual o tamanho delas, ou qual o material que seria mais apropriado para este trabalho. O principal aqui é que o pesquisador armazene as informações encontradas nas fontes, aquelas que ele julgou, ainda que em princípio, carecendo de uma análise mais séria, o que será feito mais tarde, de certa importância para sua pesquisa.

8.2 A ordem do fichamento

A ordem do fichamento deve ser a mesma do esboço provisório do trabalho que será feito. Ou seja, partindo-se do esboço provisório o pesquisador organiza o registro dos dados selecionados para, mais tarde, de posse destes dados já selecionados dentro de suas partes, utilizá-los como base para o relatório final, o escrito de cada parte da obra.

Por exemplo: Digamos que um esboço provisório conste destas partes que seguem:

Introdução

Capítulo 1 (título)

Capítulo 2 (título)

Capítulo 3 (título)

¹⁵ Elaborado pelo Dr. Antônio Renato Gusso.

Conclusão

Referências

Com um esboço provisório em seis partes como este acima o pesquisador necessita de seis espaços nos quais fará o registro dos dados que forem selecionados durante sua pesquisa.

Cada local de apontamentos deverá trazer em seu início o número e o título do capítulo ou parte do trabalho a que seu conteúdo se destina. Por exemplo, levando-se em consideração o esboço acima, o primeiro local será marcado com o número 1 e o título “Introdução”. O segundo, por sua vez, será marcado com o número 2, o que indica a ordem de sequência do arquivamento, o número e o título do capítulo 1, e assim por diante até que todas as partes do esboço tenham um espaço próprio que lhes seja correspondente. Também não haverá nenhuma dificuldade se o esboço for um pouco mais complexo utilizando subpontos, como segue no exemplo abaixo, tendo cada uma das divisões o seu próprio espaço para os apontamentos, inclusive cada subponto:

Introdução

1. Capítulo

1.1. Primeiro ponto do capítulo 1

1.2. Segundo ponto do capítulo 1

2. Capítulo

2.1. Primeiro ponto do capítulo 2

2.2. Segundo ponto do capítulo 2

2.3. Terceiro ponto do capítulo 2

Conclusão

Referências citadas

8.3 As formas do fichamento

O fichamento, normalmente, é feito por meio de citações, recortes e cópias. As citações dividem-se em diretas e indiretas e diferem apenas na forma que são transcritas. As citações diretas devem aparecer entre aspas, citadas literalmente, palavra por palavra como se encontra no original e, as indiretas, devem aparecer transmitindo apenas as ideias que estão na fonte que é citada.

Um exemplo de fichamento de uma citação direta pode ser o seguinte:

Nunca é demais lembrar, que em última análise, uma palavra isolada não

possui um significado seguro; necessita de um contexto para esclarecê-la, ou melhor ainda, para determinar o seu sentido exato.¹⁶

Uma citação de forma indireta, por exemplo, poderia ficar assim no fichamento:

A palavra Israel é utilizada na Bíblia com pelo menos nove significados diferentes.¹⁷

Observações:

1) Junto à citação no fichamento deve aparecer o sobrenome do autor e o ano da obra, o que ajudará na identificação da fonte mais tarde. Também, imediatamente após o fichamento da citação, a referência completa da obra de onde ela foi tirada deve ser igualmente transcrita no local próprio, na divisão que tem o título “Referências”.

2) Como já foi dito, também podem entrar no fichamento cópias e recortes. Elas devem ser arquivadas na posição que o esboço preliminar lhe aponta.

8.4 O momento do fichamento

O único requisito para que se possa iniciar o fichamento é a determinação de um esboço preliminar. Isto estando pronto o pesquisador deve iniciar imediatamente, enquanto vai pesquisando deve ir anotando o que percebe ser importante. Deve, inclusive, estar atento ao seu redor, pois a informação que pode vir a fazer diferença pode estar em qualquer lugar.

Obs.: O fichamento requer paciência e trabalho duro, contudo, depois de feito, facilitará em muito o trabalho final, o relatório escrito, o qual o pesquisador elaborará seguindo a ordem de seu material agora pronto, de fato, o mesmo de seu esboço.

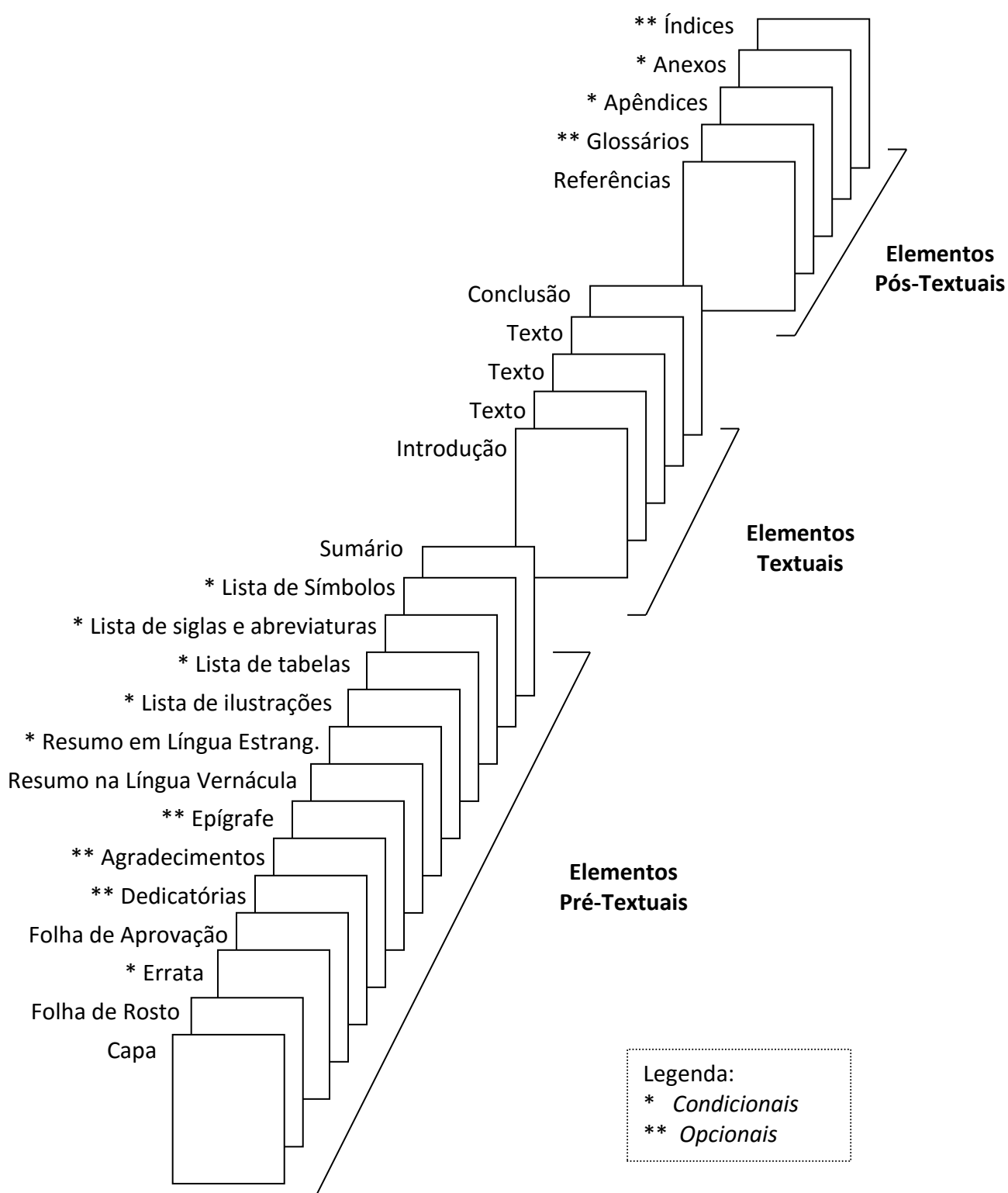
¹⁶ GUSSO, 2005, p. 64.

¹⁷ GUSSO, 2007, p. 68-72. Perceba que nesta breve citação está contido o conteúdo geral de cinco páginas da obra citada.

9. RELATÓRIO DE PESQUISA

Toda monografia, dissertação ou tese deve apresentar uma sequência lógica e metodológica. Além do corpo central do trabalho, existem alguns elementos que antecedem o trabalho e outros que sucedem o mesmo.

A seguir um modelo dos elementos que fazem ou podem fazer parte de um trabalho.



9.1 Elementos pré-textuais

9.1.1 Capa

A capa serve como uma espécie de proteção do trabalho. É recomendada apenas para trabalhos maiores. Em pequenas monografias, a folha de rosto é suficiente. Na capa deve constar o nome do autor do trabalho no alto da página, o título do trabalho no centro da página e a cidade e o ano (de depósito) no rodapé da página.

9.1.2 Folha de Rosto

É a página que contém os elementos essenciais para a identificação do trabalho. Deve constar de:

- **Nome do autor** ou responsável intelectual do trabalho (centralizado e em caixa alta)
- **Título principal do trabalho:** deve ser claro e preciso, identificando o seu conteúdo (centralizado em letras maiúsculas e negritas, e com fonte entre os tamanhos 20 a 26)
- **Subtítulo:** se houver, deve ser evidenciada a sua subordinação ao título principal, precedido de dois pontos (centralizado, imediatamente após o título, com fonte entre 20 e 26, seguindo o padrão do título)
- Indicação do **tipo de trabalho**, disciplina e grau ou título pleiteado (à direita, com espaçamento simples entrelinhas e fonte 12)
- **Nome da instituição** (centralizado, em letras maiúsculas, na parte inferior)
- **Local** da entrega da monografia ou tese (centralizado em letras maiúsculas, na parte inferior)
- **Data** (ano) da entrega da tese ou monografia (na última linha centralizada).

OBS: Modelo na página 107 desta apostila.

9.1.3 Folha de Aprovação

É a folha de aprovação para trabalhos acadêmicos, indicando o nome dos orientadores e a aprovação pelos membros da banca examinadora com os respectivos nomes.

OBS: Modelo na página 108 deste livro.

9.1.4 Folhas Opcionais

9.1.4.1 Dedicatória

Página onde o autor dedica o trabalho a uma ou mais pessoas ou lhes presta alguma homenagem. É importante refletir sobre

9.1.4.2 Agradecimentos

Página que o autor utiliza para agradecer a pessoas e/ou instituições que colaboraram de maneira relevante para a elaboração do trabalho.

9.1.4.3 Epígrafe

Página onde o autor inclui uma citação, que corresponda a ideia central do trabalho ou uma das ideias ali defendidas. Podem ocorrer epígrafes também no início de cada parte ou capítulo do trabalho. Deve vir entre aspas e com citação do autor da frase.

9.1.5 Resumo na Língua Vernácula

O resumo consiste na apresentação concisa dos pontos relevantes de um texto. Deve ressaltar o objetivo, o método, os resultados e as conclusões do trabalho. Recomenda-se que resumos de teses tenham até 500 palavras (monografias devem ter até 250 palavras). Deve-se dar preferência ao uso da terceira pessoa do singular.

O resumo deve ser composto por uma sequência corrente de frases e não uma enumeração de tópicos. Deve-se evitar o uso de parágrafos, bem como o uso de frases negativas, símbolos, gírias, fórmulas, etc, que não sejam absolutamente necessários. O resumo deve ser seguido das palavras representativas do conteúdo do trabalho, isto é, palavras-chave e/ou descritores.

9.1.6 Resumo em Língua Estrangeira

No caso de dissertação ou tese, o resumo deve obrigatoriamente ser apresentado em idioma de divulgação internacional (em inglês *Abstract*, em castelhano *Resumen*, em francês *Résumé*, em alemão *Zusammenfassung*, por exemplo). Seu objetivo é dar acesso internacional ao documento para ser pesquisado, se houver relevância em consultá-lo. No caso de monografias é opcional. Devem constar também as palavras-chave, na língua.

9.1.7 Listas

As listas a seguir devem constar no trabalho conforme a necessidade:

9.1.7.1 Lista de Ilustrações

Página que contém a relação de figuras, desenhos, gráficos, mapas e ilustrações existentes no trabalho. Genericamente são chamadas de “figuras” e devem ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Exemplo: Fig. 1, Fig. 2, etc. Na lista deve aparecer a indicação de numeração, título completo e página onde está inserida.

9.1.7.2 Lista de Tabelas

Página que contém a relação das tabelas existentes no trabalho, com indicação da numeração, título completo e página onde está inserida.

9.1.7.3 Lista de Siglas e Abreviaturas

Página que contém a relação das siglas e abreviaturas, seguidas das palavras correspondentes escritas por extenso.

9.1.7.4 Lista de Símbolos

Página que contém a relação de símbolos existentes no trabalho. Símbolos são sinais que substituem o nome de uma coisa ou de uma ação. Nesta relação deve constar o significado de cada símbolo.

OBS: outras listas podem ser acrescentadas conforme a necessidade e natureza do trabalho.

9.1.8 Sumário

O sumário é a enumeração das principais divisões, seções e outras partes de um documento na mesma ordem lógica em que a matéria aparece no corpo do trabalho. Não se deve confundir “sumário” com “índice”, que é a enumeração por ordem alfabética ou sistemática dos elementos contidos numa obra.

O sumário é graficamente disposto de tal maneira que as divisões mais importantes fiquem mais próximas da margem esquerda. Nem todos os subtítulos deverão obrigatoriamente aparecer no sumário, cabendo ao autor indicar as principais divisões de acordo com o critério de relevância e coerência. A subordinação dos itens deve ficar clara na apresentação tipográfica. O sumário deve incluir a indicação de páginas.

OBS: Modelo na página 109 deste livro.

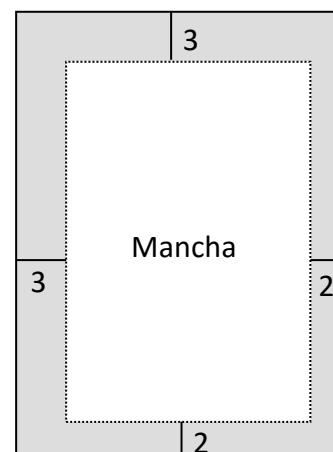
9.2 Elementos textuais

Algumas padronizações gerais:

Papel: para trabalhos científicos, o papel deve ser necessariamente a folha A4 (210 x 297 mm), branca.

Margens: as margens obedecem às seguintes medidas:

- Esquerda: 3,0 cm
- Direita: 2,0 cm
- Superior: 3,0 cm
- Inferior: 2,0 cm



Chamamos de mancha o espaço compreendido entre estas margens e que será utilizado para a edição dos textos.

- **Fonte:** a fonte utilizada para edição de texto deve ser bem legível, em cor preta. Podem ser utilizadas as fontes Times New Roman, Arial, Courier New ou Calibri. O tamanho da fonte é 12, podendo variar no caso de títulos, citações e notas de rodapé. Podem ser utilizados os diversos recursos disponíveis para fins de destaque de texto (sublinhado, negrito, itálico, sobrescrito, subscrito, etc.). Nestes casos, deve-se estabelecer padrões definidos para cada tipo de destaque, obedecendo-os até o final do trabalho.
- **Espaçamento:** Todo o texto deve ser digitado em espaço 1,5, exceto os casos indicados (citações, notas de rodapé, etc).
- **Número de página:** Todas as páginas, com exceção da capa, devem ser contadas. Páginas com título não recebem número, embora sejam devidamente contadas. O número pode aparecer na margem superior direita (preferencialmente) ou na margem inferior centralizada.

9.2.1 Introdução

É a apresentação da pesquisa. Serve para colocar o leitor dentro do espírito da mesma. O leitor precisa já de início ter uma visão clara do assunto que será tratado, para que tenha uma boa perspectiva para entender o que é apresentado. A introdução deve ser breve (representa cerca de 5% da obra), objetiva e conter basicamente as seguintes informações:

- Definição, delimitação e conceituação do assunto;

- Natureza do assunto (o que se sabe e controvérsias sobre o assunto);
- Importância do assunto e contribuição da pesquisa para o atual momento;
- Definição do problema central da pesquisa;
- Objetivo da pesquisa;
- Metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa;
- Definição e conceituação de termos fundamentais da pesquisa;
- Possíveis limitações da pesquisa.

OBS: Deve-se evitar a todo custo tecer conclusões neste espaço.

9.2.2 Texto (Corpo)

9.2.2.1 Títulos

Os títulos de capítulo, bem como da introdução, conclusão e referências bibliográficas, devem aparecer em letras maiúsculas e negritas, à margem esquerda do texto. Os títulos de capítulos devem vir numerados em letras romanas. Todo título deve iniciar uma nova página (a qual não pode ser numerada, mas que faz parte da contagem).

Os subtítulos devem vir em negrito com iniciais maiúsculas. Deve haver um pequeno deslocamento em relação ao título (1 cm). A numeração deve vir em números arábicos.

Os “sub-subtítulos” também vem em negrito com um deslocamento um pouco maior (2 cm), e a numeração segue de acordo com os subtítulos.

Deve-se observar 06 pontos de espaçamento antes e depois de cada título, destacando-os do texto.

Exemplo:

1. INTERPRETAÇÃO DE MILAGRES – Fonte 14

1.1 Definição de milagres – Fonte 13

1.1.1 Milagres como ação divina – Fonte 12

1.1.1.1 Exemplo de milagres – Fonte 12

9.2.2.2 Parágrafo Padrão

O parágrafo padrão de um texto monográfico deve conter o alinhamento justificado (ambas as margens) com deslocamento de 1,5 cm na primeira linha. O espaçamento das entrelinhas do parágrafo deve ser de “1,5 linha”.

9.2.2.3 Citações

As citações podem ser de três tipos:

a) Diretas ou Formais: quando transcrevem fielmente as palavras textuais de outro autor. Devem, portanto, ser transcritas exatamente como encontradas na fonte literária, inclusive quanto a sua ortografia, pontuação e apresentação gramatical. No caso de algum erro (tipográfico, ortográfico ou gramatical) deve-se utilizar a expressão SIC entre parênteses (sic). SIC significa “sem interferência no contexto”. Por exemplo:

“O Brazil (sic) é um país do terceiro mundo”.

Estas citações devem vir entre aspas, quando contiverem até 3 linhas, inseridas no próprio parágrafo padrão. Neste caso, quando parte do texto citado contiver aspas, deve ser transformado para apóstrofe (‘...’).

Se contiverem mais linhas devem vir em parágrafo separado, tipograficamente destacadas. O destaque deve ser em forma de um recuo de 4 cm, a partir da margem esquerda, juntamente com um destaque na letra (tamanho da fonte 11). Em qualquer caso a citação formal deve ser devidamente identificada na nota de rodapé.

b) Indiretas ou Sintéticas: quando por síntese pessoal, reproduz-se fielmente as ideias de outro autor. Estas citações não precisam de destaque tipográfico, mas precisam ser identificadas com nota de rodapé.

c) Mistas: ocorrem no caso de uma síntese de um texto conter alguns termos ou expressões textuais tiradas de algum documento. As aspas ou destaque tipográfico devem aparecer apenas nas partes extraídas da fonte externa.

Pode existir ainda a citação de citação, quando a ideia é citada pelo autor do documento lido, porém sendo de um outro autor (do qual não se teve acesso ao original).

Nas citações podem ocorrer também os seguintes casos:

- Supressões: devem ser indicadas com [...]
- Acréscimos, interpolações ou comentários: devem ser indicados por []
- Destaques: indicados por grifo negrito ou itálico.

9.2.2.4 Notas de Rodapé

Toda citação, seja formal, sintética ou mista, direta ou indireta, deve apresentar a referência de onde foi retirada. Isso deve ser feito na nota de rodapé ou então em forma de nota de referência ao final do trabalho.

Além de referenciar a citação, a nota de rodapé serve também para esclarecer termos utilizados no corpo do texto, apresentar provas adicionais, ampliar a discussão do corpo do texto, etc. A numeração destas notas deve ser única e consecutiva, alcançando todo o capítulo ou toda a monografia. A chamada da nota deve ser em algarismos arábicos sobrescritos. Ex: “O Brazil (sic) é um país de terceiro mundo”.²¹

Na primeira vez em que uma obra é citada nas notas de rodapé, deve-se fazer a referência completa da mesma. Exemplo:

¹ MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010, p. 203-204.

Nas demais vezes que a obra for repetida nas notas cita-se apenas o SOBRENOME (em caixa alta), o ano e a página. Exemplo:

² MEDEIROS, 2010, p. 203-204.

Há ainda a possibilidade das seguintes abreviaturas nas notas de rodapé:

³ *Apud* POHL, 2014, *passim*.

⁴ Cf. RIENECKER, 2012, p. 35 et. seq.

Na nota 3, *Apud* significa que a nota é encontrada em tal obra, sendo uma citação de citação (citado por, conforme, segundo). Também na nota 3, a expressão *passim* significa que o assunto é tratado pelo autor citado em todo o seu documento, não sendo identificada uma página específica.

Na nota 4, a expressão Cf. significa “confira” ou “confronte”. Também na nota 4, a expressão et. seq. significa “seguinte” ou “que se segue”.

OBS: As notas podem aparecer em forma de **notas de referência** no final do trabalho, ao invés de notas de rodapé. A metodologia é a mesma. Frequentemente é utilizada em casos quando ocorrem muitas notas explicativas longas.

9.2.2.5 Tabelas

Algumas observações quanto ao uso de tabelas no decorrer de um trabalho:

- O título deve ser o mais completo possível, dando indicações claras e precisas a respeito do conteúdo. Se for um fato estatístico, deve indicar a natureza do fato, o espaço geográfico e a referência no tempo a que o fato corresponde.
- As tabelas devem ter numeração independente de outras ilustrações e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Tanto o número quanto o título devem vir sobre a tabela.
- Quando for necessário “deitar” uma tabela na página, a rotação deverá ser no sentido anti-horário.
- Tabelas devem ser preparadas de tal forma que o leitor possa entendê-las sem que seja necessário recorrer ao texto para a sua compreensão. Os comentários serão apenas referenciais e não explicativos.
- Tabelas e quadros possuem uma pequena diferença. Tabelas conjugam palavras e números, enquanto que quadros conjugam apenas palavras.
- Tanto tabelas como quadros devem ser colocados próximos do local em que foram mencionados no texto e referenciados por seus devidos números. Sempre que possível devem vir logo após o parágrafo em que são, pela primeira vez, mencionados no texto; caso contrário, são inseridos na página seguinte à sua citação, e devem ser comentadas no texto.

9.2.2.6 Ilustrações

Ilustrações compreendem mapas, gráficos, figuras, fotos, etc. Devem aparecer o mais próximo possível do lugar que são mencionadas no texto, respeitando-se a apresentação tipográfica e o aspecto estético. As ilustrações têm numeração própria e não devem ser indicadas pelas palavras “abaixo” ou “acima”. A numeração deve vir abaixo da figura e é seguida pelo título da mesma.

Sempre que possível a legenda da figura deverá conter as informações necessárias para torná-la compreensível, sem necessidade de referência ao texto.

9.2.3 Conclusão

É a análise final do trabalho escrito. O autor deve apresentar de forma clara, objetiva e ordenada as deduções apuradas no desenvolvimento da pesquisa. Estes dados

apresentados visam demonstrar os resultados e/ou implicações das referidas deduções. Na conclusão deve-se retomar o que foi apresentado e proposto na introdução, tentando avaliar o impacto da pesquisa sobre aquela perspectiva. A conclusão não pode conter novos dados, nem resultados comprometidos ou passíveis de discussão. Pode-se, sim, apresentar sugestões para pesquisas futuras sobre o assunto.

Em síntese, é a apreciação sucinta ou comentário acerca da importância, validade e contribuição do estudo para a área do saber a que se propõe o trabalho. Faz-se uma retomada do enunciado na introdução, das conclusões chegadas em cada parte do desenvolvimento, apresentando propostas e lançando desafios para futuras investigações. A conclusão deve representar cerca de 5% do conteúdo da obra.

OBS: Modelo de página de texto de monografia, na página 110 deste livro.

9.3 Elementos pós-textuais

9.3.1 Referências

Os elementos essenciais e complementares da referência devem ser apresentados em sequência padronizada. A pontuação deve ser igualmente uniforme para todas as referências. Deve ser alinhada à esquerda sem recuo ou deslocamento de linha. Deve ser redigida em espaço simples e separada por espaço de 06 pontos antes e depois.

Modelo Padrão:

SOBRENOME, Nome. **Título:** subtítulo. Indicação de responsabilidade. Edição. Local: Editora, data. Descrição física.

Observações:

- O **sobrenome** do autor vem primeiro, em letras maiúsculas, seguido do(s) **nome(s) ou iniciais**. Se houver dois autores, ambos os nomes podem aparecer separados por “;”. Caso sejam mais autores, coloca-se o primeiro (principal), seguido da expressão “et. al.”.
- Em seguida vem o **título da obra** que pode estar em negrito ou itálico. Entretanto, o padrão adotado deve ser uniforme até o final. Em caso de obras em outra língua pode-se usar dois destaques. Somente a primeira palavra do título e os nomes próprios devem vir em maiúsculas.
- Se houver **subtítulo**, deve vir logo após ao título, separado por dois pontos (:). Tudo em letra minúsculas, exceto nomes próprios.

- A **indicação de responsabilidade** deve mencionar o tradutor da obra, logo após a expressão “Tradução de”. Todos os nomes de tradutores devem constar, na forma normal. Pode indicar também o ilustrador, crítico, pessoa responsável pela atualização, etc.
- Indica-se a **edição**, quando mencionada na obra, a partir da segunda. Deve vir em algarismos arábicos seguida de ponto e da abreviatura “ed.”. Indica-se emendas e acréscimos à edição de forma abreviada (rev., aum., atual., etc.)
- O **local** deve ser indicado conforme aparece na obra. Quando houver dois locais, ambos devem ser mencionados. Quando o local não aparece mas pode ser identificado, indica-se entre colchetes. Não sendo possível determinar o local, utiliza-se a expressão “sine loco”, abreviada entre colchetes [S.l.].
- A **editora** deve ser indicada após o local, separada de dois pontos (:). Deve-se suprimir elementos de natureza jurídica ou comercial, desde que dispensáveis à sua identificação. Quando a editora não é identificada, deve-se indicar a expressão “Sine nomine”, abreviada entre colchetes [s.n.]. Na falta de local e editora, ambas as expressões aparecem entre colchetes [S.l.: s.n.].
- A **data** deve ser indicada em algarismos arábicos, separada da editora por uma vírgula (,). Se não houver indicação da data, registra-se entre colchetes uma data aproximada. Ex: [1971 ou 1972], [1969?], [entre 1906 e 1912], [ca. 1960], [197-], [197-?], etc.
- A **descrição física** da obra registra o número da última página, conforme a forma utilizada (letras, algarismos romanos ou arábicos), seguida da abreviatura “p.”. Quando a obra for publicada em mais de uma unidade física, deve-se indicar a quantidade de volumes, seguida da abreviatura “v.”

Exemplo:

HÖRSTER, Gerhard. **Introdução e síntese do Novo Testamento**. Tradução de Valdemar Krober. 2.ed. Curitiba: Esperança, 1999. 197 p.

Mais algumas observações quanto à ordenação:

- A ordenação das obras deve ser alfabética.
- Quando na ordenação das referências o nome do autor se repetir

sucessivamente, pode ser substituído nas referências seguintes a primeira, por um traço (equivalente a seis espaços) e ponto.

SHEDD, R. **Disciplina na igreja**. São Paulo: Vida Nova, 1995. 92 p.
_____. **Escatologia do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1989. 105 p.

Alguns modelos diferentes:

Parte de um documento:

AUTOR DA PARTE. Título da Parte. In: SOBRENOME, Nome. **Título**. Local: editora, data. Descrição física.

MAYER, R. Escritura. In: COENEN, L; BROWN, C. **Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2000, p. 685-693.

Entidade coletiva:

NOME DA ENTIDADE COLETIVA. **Título**. Local: editora, data. Descrição física.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo**. São Paulo: USP, 1993. 386 p.

Evento:

NOME DO EVENTO, numeração, ano e local da realização. **Título do documento**. Local: editora, data. n° p.

SIMPÓSIO BRASILEIRO DE REDES DE COMPUTADORES, 13., 1995, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 1995. 655 p.

Publicações periódicas:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. **Título da publicação**, Local, volume, número, página, data.

MARQUES, Mario Osorio. Os professores e a dinâmica curricular da escola. **Espaços da Escola**, Ijuí, v. 4, n. 20, p.27-33, abr/jun 1996.

BOLETIM GEOGRÁFICO. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. Trimestral.

Publicações em meio eletrônico:

SOBRENOME, Nome. **Título do documento**. Local, data. Disponível em: <<http://www.página da internet.htm>>. Acesso em: data.

SILVA, I. G. **Pena de morte para o nascituro**. São Paulo, 19 set. 1998. Disponível em: <<http://www.providafamilia.org./pena-morte-nascituro.htm>>. Acesso em: 19 set. 1998.

KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. São Paulo: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

Autoria Desconhecida:

TÍTULO da Obra. Local: editora, data. Descrição física.

DIAGNÓSTICO do setor editorial brasileiro. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 1993. 64 p.

Observação:

Bibliografia: A bibliografia respeita a mesma metodologia utilizada para as referências bibliográficas. A diferença encontra-se no objetivo de uma e de outra. As referências bibliográficas alistam todos os livros utilizados pelo autor do trabalho em questão, enquanto que a bibliografia é uma seção destinada ao registro das publicações que tratam do mesmo assunto, mesmo que não consultadas pelo autor. O propósito é mostrar ao leitor do trabalho as obras que podem ser consultadas sobre o assunto em questão, desde as mais antigas até as mais recentes.

8.3.2 Apêndices e Anexos

A ABNT os define como “matéria suplementar que se junta ao texto de um livro (monografia) como esclarecimento ou documentação, embora não constitua parte essencial da obra”.

Classifica-se como “Apêndice” o texto ou documento elaborado pelo autor, a fim de complementar sua argumentação, sem prejuízo da unidade nuclear do trabalho. Já o “Anexo” é um texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração.

Podem, portanto, ser anexados modelos de formulários, entrevistas, questionários-modelo, ou questionários respondidos (se não houver problema de sigilo), fotografias,

cartas, estatísticas, tabelas com dados, detalhes de cálculo. Tudo aquilo que é necessário, mas que não caiba na fluência do texto. Recomenda-se utilizar fotocópias, para evitar o extravio de originais.

A monografia pode conter tantos apêndices ou anexos quantos forem necessários, evitando-se o excesso ou que estes ultrapassem o volume do próprio corpo do texto. Os mesmos devem ser identificados por meio de letras maiúsculas consecutivas (ANEXO A, ANEXO B, etc.) e seus respectivos títulos. No trabalho, após as considerações finais, deve-se inserir uma folha em branco com o cabeçalho ANEXO ou ANEXOS (ou APÊNDICE/S), centrado no papel. Na sequência virão os anexos devidamente ordenados e titulados, na mesma ordem em que foram mencionados no texto.

9.3.3 Glossário

O glossário é constituído pela lista de termos pouco conhecidos, de sentido obscuro ou de uso muito restrito, acompanhados de definição e ordenados alfabeticamente. No caso de dissertações e monografias é comumente dispensável, sendo, de certa forma, substituído pelas notas de rodapé ou notas de referência após a conclusão do trabalho.

9.3.4 Índices

Lista de palavras ou frases, ordenadas segundo determinado critério, que localiza e remete para as informações contidas no texto.

10. MODELOS

FICHA DE LEITURA
FACULDADE BATISTA PIONEIRA
CURSO DE BACHARELADO EM TEOLOGIA

Professor: Dr. Claiton André Kunz

Disciplina: Evangelhos

Aluno: Josemar Valdir Modes

1 - DADOS BIBLIOGRÁFICOS E BIOGRÁFICOS

KUNZ, Claiton André. **Ações parabólicas:** uma análise do ensino de Jesus através de suas ações. São Leopoldo: EST, 2007. 83 p.

O autor é pastor batista, formado como Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Batista de Ijuí, atual Faculdade Batista Pioneira, onde é o coordenador acadêmico, professor e vice-diretor. Leciona na área de Novo Testamento e Língua Grega. É Mestre em Novo Testamento pela Faculdade Teológica Batista de SP e Mestre em Bíblia pela Escola Superior de Teologia de São Leopoldo.

2 - SÍNTESE DO TEXTO LIDO

O autor inicia sua obra destacando características das ações parabólicas, a saber: a diferença das parábolas relatadas (que tem como característica a narrativa, comunicar e ao mesmo tempo ocultar uma mensagem) das ações parabólicas (que, como o nome expressa, são atitudes de alguém visando enfatizar o ensino e chamar a atenção para quem fala), o uso de um objeto/ato numa representação de uma realidade superior e o seu uso em toda a Bíblia inclusive no Antigo Testamento.

Logo após o autor retrata os aspectos formais das ações parabólicas. Dentre estes aspectos destaca-se sua forma literária que geralmente compreende uma narrativa e diálogo na terceira pessoa com fatos relatados no tempo passado e presente. A intencionalidade do autor também merece destaque para que se atinja a interpretação correta do texto que leva em conta seu contexto, a própria questão dos símbolos e seus usos e a análise do texto no original.

O autor termina a sua obra destacando uma ação parabólica: *a maldição da figueira* (Mc 11.12-14, 19-26; Mt 21.18-22) aplicando a ela os princípios hermenêuticos apresentados na obra.

3 - AVALIAÇÃO GERAL DA OBRA

A obra é altamente recomendada para estudantes da Bíblia, principalmente a intérpretes da Palavra de Deus, pelos seguintes fatores:

- a) Sua linguagem e estilo são de fácil compreensão e reproduzem um conteúdo que pode ser assimilado por todas as pessoas que gostam do estudo aprofundado das Escrituras;
- b) Apresenta normas de hermenêutica para o contexto de ações parabólicas, mas que também despertam o estudante da Bíblia a fazer uma análise cuidadosa dos textos observando regras que auxiliem no processo;
- c) Traz um estudo sobre a maldição da figueira que pode ser usado e apresentado como um estudo bíblico na igreja, sendo desta forma um material prático;
- d) Alerta o leitor para as diferentes características literárias dos textos bíblicos e o induz a um estudo mais cuidadoso das Escrituras.

CLAITON ANDRÉ KUNZ

Resumo do livro **Senso crítico**: do dia-a-dia às ciências humanas, de David W. Carraher.

São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 163 p.

Resumo apresentado para cumprir as exigências da disciplina de Metodologia da Pesquisa do Curso de Bacharelado em Teologia, ministrada pelo professor Josemar Valdir Modes.

SENSO CRÍTICO

Do Dia-a-dia às Ciências Humanas

David William Carrher, em sua obra *Senso Crítico*, trata das questões relativas ao pensamento crítico e sua função no dia-a-dia das pessoas e também na pesquisa científica. Fala da argumentação, da lógica, das falácias, do uso de conceitos, da análise crítica, e, finalmente, da pesquisa crítica.

O autor inicia afirmando que um indivíduo dotado de senso crítico é aquele que possui a capacidade de analisar e discutir problemas, inteligente e racionalmente, sem aceitar, de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias. O senso crítico refere-se a habilidades já desenvolvidas (e não apenas potenciais), presumivelmente através de leitura, reflexão e da própria prática.

Um pensador crítico apresenta características como: curiosidade intelectual e questionamento; habilidade de pensar logicamente; habilidade de perceber a estrutura de argumentos; a tendência de perceber além do que é dito explicitamente; uma consciência pragmática para reconhecer e apreciar os usos práticos da linguagem como meio de realizar objetivos e influir sobre os outros; uma distinção entre questões de fato, de valor e questões conceituais; e a habilidade de penetrar até o cerne de um debate, avaliando a coerência de posições e levantando questões que possam esclarecer a problemática.

Fala então da curiosidade intelectual que envolve a forma de tratar de problemas na vida diária e profissional. Quem utiliza o senso crítico irá questionar e analisar as coisas não porque alguém exige que o faça, mas porque ele mesmo quer compreender. Esta curiosidade intelectual implica num investimento do indivíduo durante muito tempo para que possa compreender os fatos profundamente. Assim, ele precisa de tolerância, predileção por questões conflitantes, honestidade intelectual, disposição de reformular questões diante de novas informações e questionar as opiniões, e também adotar perspectivas amplas, examinando as questões sob diferentes perspectivas.

No primeiro capítulo, é tratada da questão da argumentação na vida diária e nas ciências humanas. Para começar as questões são resolvidas de maneira bem diferente nestas duas esferas. A forma de raciocinar é muito diferente entre leigos e cientistas. Muitas vezes responde-se a perguntas sem esclarecer nada. Na verdade, todos têm direito a opiniões, mas o simples fato de se ter uma opinião, por mais firme que seja, não deve levar a

aceitação da mesma como se fosse um fato evidente. O sucesso de alguém, leigo ou cientista, dependerá do grau em que ele desenvolverá sua forma de pensar e apresentar suas ideias.

Quando se apresenta e defende ideias diante dos outros se está fazendo *argumentação*. Argumento é o conjunto de afirmações que inclua, pelo menos, uma conclusão. Assim, usa-se premissas, às vezes chamadas de evidências, para defender ou fundamentar a conclusão. As conclusões são justamente as ideias que o investigador julga justificadas pelos dados colhidos e pelo conhecimento existente no campo de estudo.

Toda formulação de argumentos pressupõe a comunicação com outras pessoas. Argumentos neste sentido ajudam a receber vantagens materiais, passar em provas, iludir um freguês, racionalizar os erros, ridicularizar o oponente, etc. Pode-se chamar este tipo de atividades de *pragmáticos*, no sentido de que a comunicação é instrumental. A pragmática trata das funções e dos significados da linguagem no contexto social. Por isso, o *significado social* das afirmativas não é o conteúdo literal das frases, mas, sim, a interpretação que os participantes irão oferecer às expressões. O significado depende da *função social* que a afirmativa tem no momento, pois pode assumir diversas funções, dependendo do contexto em que for emitida e da maneira que for apresentada.

Quando um argumento é especialmente elaborado para apelar ao ouvinte, a argumentação resultante é chamada de “psicológica”. Esta argumentação psicológica tem um *comprometimento forte*, pois o importante é defender a conclusão mesmo que implique numa distorção dos fatos, e *emocionalidade*, pois a evidência escolhida é normalmente emocional ou psicológica. A finalidade desta argumentação psicológica é vencer, conquistar ou provocar o ouvinte, e a evidência constitui a arma de ataque.

Há certas diferenças entre o leigo e o cientista. Uma delas é a *experiência*. Todo cientista precisa de experiência e convivência. Há também os *fatos*, pois são requisito para quem quiser atuar numa determinada área. Como isto não é suficiente, há ainda a *observação*, já que o cientista social tende a fazer uma grande distinção entre suas observações e aquilo que foi inferido a partir delas. E, finalmente, há o *senso crítico*, que é a característica essencial do cientista bem preparado. Assim, ele é produtor e não apenas consumidor do conhecimento, não aceitando passivamente as ideias dos outros.

O pensador crítico precisa, além de clareza e rigor no seu pensamento, da coragem de adotar uma perspectiva ampla dos problemas que ele está estudando. Para fazer ciência é preciso duas mentes. Por um lado precisa estabelecer associações, usar sua intuição,

formular ideias novas, ver semelhanças entre eventos e áreas de conhecimento aparentemente não relacionadas, explorar implicações, sugerir novas investigações, olhar os fenômenos de novas maneiras – em uma palavra: *criar*. Por outro lado, precisa desenvolver rigor na comunicação de suas ideias e em seu próprio raciocínio, desenvolvendo a capacidade de refletir sobre suas próprias ideias e observações, controlando o impulso de aceitar sua intuição ou primeira avaliação de modo pouco crítico. Ser cientista e pensador envolve manter em equilíbrio duas mentes – uma para análise e reflexão e outra criadora e artística.

No segundo capítulo, o autor trata das falácias. **Falácia** é um erro de raciocínio que contamina a argumentação, tornando-a sem fundamento apropriado. Estas podem ser formais ou informais. As *falácias formais* são raciocínios considerados incorretos em virtude do modo pelo qual o autor passa das evidências ou premissas à conclusão. As *falácias informais* podem ser de ambiguidade (gerando mal entendidos e erros devido ao uso de termos vagos, com significados múltiplos ou inconsistentes) e de relevância (quando o proponente apresenta evidências que não são apropriadas para avaliar as conclusões propostas).

Todos têm a **tendência** de proteger as suas opiniões. O indivíduo usa e salienta aquilo que apoia as suas ideias, esquecendo e desprezando aquilo que não as apoia. Essa *desatenção a casos desfavoráveis* caracteriza o modo de ser do indivíduo, quando ele tem maior apego a certas opiniões. Outra forma de proteger as opiniões próprias é a *ignorância da questão*, quando alguém levanta uma questão e se responde outra. Há também a *falácia da petição do princípio*, em que o autor pressupõe diretamente nas premissas, ideias apresentadas como conclusões no mesmo argumento.

A forma de apresentação de uma ideia muitas vezes é crucial para a sua aceitação ou rejeição. Quando em dada circunstância uma pessoa aceita as ideias alheias por razões que nem ela mesma entende, o processo de influência se chama **sugestão**. A sugestionabilidade do indivíduo desempenha uma função importante no desenvolvimento de sua identidade como membro de um grupo. Ao pensar como os outros, o indivíduo desenvolve afinidade com eles e se sente como um membro do grupo. O que se perde em seu senso crítico, em sua identidade pessoal, será compensado, até certo ponto, pelos benefícios que ele recebe como membro do grupo.

Sobre receber **influência social** o autor afirma que não é fácil questionar ideias dos outros, especialmente quando o outro for uma autoridade intelectual ou uma pessoa muito

estimada. Algumas vezes, culpa e vergonha são utilizados como meios eficientes para influenciar outras pessoas. Mas o ideal é influenciar o outro recorrendo às convicções e opiniões pessoais dele. O problema não é uma questão de ser influenciado ou não pelos outros, de ser dependente ou independente. O problema é saber em quais situações e sobre quais assuntos é importante manter um senso crítico aprimorado.

Carraher alista ainda algumas falácias. A *falácia emocional* é aquela cuja influência reside no grau em que distraem a atenção do ouvinte dos aspectos mais racionais das questões, em favor de aspectos emocionais. A *falácia do apelo popular* consiste na defesa de certas ideias através da associação entre as mesmas e crenças comumente aceitas. A *falácia do apelo à autoridade* consiste em aceitar como verdadeira uma ideia porque uma autoridade ou especialista renomado a defende. Semelhante a esta é a *falácia do argumento ad hominem* que consiste na rejeição de uma ideia devido a características negativas da origem da mesma. Assim, quando não se tem condições de avaliar as evidências de argumentos apresentados por outros, é natural e justificável concordar com a pessoa considerada mais eficiente no campo. A *falácia da falsa causa* refere-se à designação de um fenômeno como causa de outro, sendo que, na realidade, não constitui uma causa. O *apelo à ignorância* ao invés de ser um exemplo de falácia baseada na sugestão, é uma recusa do sujeito de acreditar na possibilidade de um fenômeno devido à falta de comprovação anterior. A não comprovação é tratada como prova conclusiva da não existência do fenômeno em questão. Grande parte destas falácias mencionadas tem efeito devido ao estado de passividade evocado no indivíduo pelas tentativas de influência. A melhor proteção contra estas tentativas impróprias de influência é um estado de alerta. O pensador crítico questiona as informações quando elas são apresentadas.

No capítulo três, Carraher trata da questão do **pensamento lógico**. A *lógica* refere-se aos procedimentos utilizados para tirar conclusões de premissas e ao estudo de tais procedimentos. Usando a lógica e averiguação da verdade dos argumentos é que o indivíduo pode começar a avaliar quando alguém está raciocinando bem ou não, especialmente em casos difíceis. Há duas vantagens principais conferidas pelo estudo da lógica. Primeiro, o indivíduo com conhecimento da lógica tem mais facilidade em organizar e apresentar suas ideias. Ele distingue entre o essencial e o não essencial. Segundo, a lógica facilita a análise das ideias apresentadas por outros.

A *lógica dedutiva* refere-se ao estudo de argumentos cujas conclusões são presumivelmente necessárias, no sentido de que, se aceitarmos as premissas como

verdadeiras, as conclusões teriam que ser verdadeiras. A *lógica indutiva* envolve argumentos cujas conclusões são consideradas plausíveis, prováveis ou razoáveis, mas não necessárias. Quem não entende a noção de necessidade, por exemplo, dificilmente notará a falta de rigor em argumentos com a mesma facilidade de pessoas familiarizadas com a lógica formal.

Geralmente utiliza-se o ***silogismo***: um argumento padrão com duas premissas e uma conclusão. Num argumento lógico, o raciocínio envolve apenas a elucidação de informações, às vezes veladamente, nas premissas: não há um pulo na lógica, uma inferência baseada na intuição ou na fé. Dizer que a conclusão é logicamente necessária significa que o raciocínio, se não houve erros lógicos ou de ambiguidade, é rigoroso, não deixando margem para discussão, para interpretações alternativas que contradiriam a conclusão proposta.

Tanto argumentos válidos como argumentos não válidos podem ser compostos de premissas e conclusões verdadeiras ou falsas. Se as premissas são verdadeiras e a lógica válida, a conclusão será tanto lógica como verdadeira, ou seja, sólida. Assim a conclusão pode ser: tanto válida como verdadeira; válida sem ser verdadeira; verdadeira mas não válida; e nem válida nem verdadeira.

No capítulo seguinte o autor trata da questão de **ler nas entrelinhas**. A lógica permite organizar as ideias e ver com maior clareza se pode chegar às conclusões às quais se acredita poder chegar, a partir das ideias. A lógica ajuda a colocar as ideias em ordem de tal forma que os outros teriam que aceitar as conclusões se aceitarem as premissas e se o raciocínio for rigoroso. O pensador crítico exige a coerência que a lógica fornece, mas reconhece seus limites.

É necessário ser *perspicaz*, enxergando além da superfície, questionando onde não há perguntas já formuladas, vendo facetas que os outros não estão considerando. O pensador sensato não pode restringir sua atenção apenas àquilo que é dito; ele penetrará além da superfície das ideias, à procura de pressupostos implícitos, refletirá sobre a plausibilidade das posições em vista destas informações adicionais descobertas e trará à luz as ideias de tal modo que os problemas diante dele serão iluminados.

Há três níveis em que pode haver ideias implícitas: pressupostos semânticos, ideias subentendidas e premissas subjacentes. *Pressupostos semânticos* são ideias expressas explicitamente, mas, de alguma forma, contidas no próprio significado das palavras. Uma análise do significado das palavras revela a ideia pressuposta na frase. *Ideias subentendidas* de comunicações referem-se àquelas não faladas explicitamente que, por uma questão de costumes sobre o uso de linguagem, fazem parte integral das afirmativas em questão. Não se

deve, portanto, interpretar as expressões literalmente, mas, sim, em termos do seu significado social, isto é, em termos de interpretações que os usuários dariam a tais expressões. O leitor “preenche” estas informações com base em suas experiências anteriores e competência comunicativa. As *premissas subjacentes* são ideias necessárias para se compreender o significado das comunicações e cuja descoberta exige uma análise daquilo em que o autor baseou seu raciocínio. Elas normalmente passam despercebidas, sendo captadas apenas pelo indivíduo extremamente perspicaz.

Em todas as analogias há um princípio subjacente (ou vários) que constitui a razão ou base da comparação, mesmo que este não seja expresso abertamente. A questão da validade da analogia vai além da presença ou não de uma base subjacente para a comparação, englobando também as conotações e associações feitas em relação aos elementos da comparação. Devido a estes efeitos associativos e conotativos, a analogia age como ferramenta muito importante no favorecimento ou desfavorecimento de ideias e pontos de vista.

Normalmente, quando se discorda de uma opinião apresentada, descobre-se que a base da divergência não repousa sobre aquilo que foi dito, mas, sim, sobre aquilo presumido como verdade, mas deixado num plano subjacente. Apenas depois de procurar estas premissas implícitas é que se torna possível compreender a origem da discórdia.

Quando um fenômeno é complexo, é possível desenvolver argumentos sólidos a seu respeito que levem a conclusões opostas, cada argumento tendo sua própria perspectiva. Uma lógica é aberta na medida em que não leva em consideração as múltiplas facetas dos fenômenos em estudo e é fechada na medida em que não considera aspectos importantes dos fenômenos. Por isso é importante usar o bom senso e juízo ao raciocinar sobre um fenômeno que tem muitas facetas.

No capítulo cinco, Carraher trata do **uso e abuso de conceitos**. O mundo sem conceitos seria um mundo sem linguagem, sem comunicação e sem explicações dos fenômenos que nele ocorrem. Os conceitos são ingredientes indispensáveis para o pensamento reflexivo, para a ciência e para todas as outras expressões da inteligência humana, na arte, na cultura popular e nas interações sociais. É natural usarmos conceitos e justamente essa naturalidade nos predispõe a não refletirmos sobre nossas ideias e as dos outros. Muitos conceitos são abstrações que precisam ser analisadas para ser devidamente compreendidas. Também, ao aplicarmos conceitos a casos particulares, estamos fazendo interpretações.

O homem confia em seus sentidos. Ele acha que o que percebe através dos sentidos é a realidade. Ele imagina que o que vê é a realidade. Ele acha que não interpretou nada; ele viu. Mas nossas ideias não são percepções. Ideias podem ocorrer na ausência de objetos. Podemos pensar sobre a Justiça, a Matemática, eventos abstratos e do passado. Portanto, as ideias são mais afastadas da realidade física do que as percepções. O *realismo ingênuo* leva o indivíduo a encarar os conceitos como se fossem características reais dos objetos e eventos. Por isso, tende a ignorar a possibilidade de conceber os fenômenos de outras maneiras e a partir de outras perspectivas. Essa tendência restringe sua habilidade de analisar o mundo de modo flexível e inteligente.

A solidez de nossas ideias depende dos conceitos que escolhemos para organizá-las. Infelizmente a realidade é complexa e nossos conceitos refletem essa complexidade. Conceitos não se referem necessariamente a objetos, eventos ou situações concretas. Podem referir-se a aspectos, a estados, a relações, de tal modo que não haja necessariamente uma relação de um a um entre o termo conceitual e um objeto ou característica isolável no ambiente, ou seja, entre o conceito e um determinado tipo de observação.

Há dois tipos de definições. As *definições conceituais* referem-se ao significado de termos enquanto representações dos conceitos, e o processo pelo qual estas definições são estabelecidas chama-se conceituação ou teorização. As *definições operacionais* referem-se aos procedimentos adotados em determinados estudos ou pesquisas para avaliar e testar ideias na realidade. Lembramos que definições não são conceitos, mas apenas descrições rápidas deles. Conceitos simples podem ser adequadamente definidos por meio de verbetes num dicionário, enquanto os conceitos complexos apenas são vagamente descritos por meio de definições.

Termos e expressões frequentemente denotam. Mas as conotações dos termos e conceitos podem ser também extremamente importantes. Precisamos reconhecer estas conotações dos termos, ou seja, aquilo que é transmitido além das informações presumivelmente inerentes ao significado literal.

O capítulo seguinte é reservado à questão da **análise crítica**. O senso crítico exige o reconhecimento de que nossas ideias não são fatos. Fatos não são considerados problemáticos. Não são questionados. São aquilo que se afirma, sem dúvida. Todas as afirmativas são construções humanas e, portanto, não são a realidade a que se referem, porém há certas afirmativas que são tão evidentes e aceitas, mesmo entre pessoas críticas,

que não são problemáticas. Essas afirmativas correspondem, em geral, a fatos específicos. *Fatos* são respostas certas a questões de fato. Podemos errar na determinação dos fatos acerca de uma questão, mas tais erros não transformam as questões de fato em outros tipos de questão.

Algumas afirmativas, por mais razoáveis que pareçam, são expressões de valores ao invés de fatos. Eu posso defender, talvez com muita clareza e inteligência, o valor da democracia, mas a clareza de minha exposição não transforma a questão do valor da democracia em questão de fato. Fatos não são valores e valores não são fatos. Os valores envolvem tomadas de posição sobre o que é considerado bom ou mau, desejável ou condenável, digno de elogios ou críticas, positivo ou negativo. São tomadas de posição porque o locutor, ao expressar seus valores, defende aquilo que ele acha bom, o modo pelo qual certas coisas *deveriam ser*. A possibilidade de confundir os valores com os fatos aumenta em casos em que a linguagem esconde os aspectos avaliativos de nossas afirmativas.

Por mais que se tente justificar valores e sistemas éticos com base apenas em fatos, os fatos não são suficientes para justificar os valores. Quem tenta pular dos fatos aos valores está cometendo a “falácia naturalista”. Os valores envolvem tomadas de posição sobre o que é bom, desejável, correto ou incorreto. Os fatos não provam que nossos valores sejam corretos. Aceitar como válidos certos valores implica em decisões que não podem ser defendidas totalmente com base em fatos. Podemos derivar, logicamente, alguns valores de outros. Mas os valores não são logicamente derivados dos fatos. Fatos não são valores e, como argumentos, fatos não nos deixam provar a validade de nossos juízos de valores, mas os fatos podem ter implicações para os valores.

Também problemáticas para os leigos são as questões conceituais. *Questões conceituais* são aquelas cuja resolução depende de reflexões sobre a natureza das ideias e dos conceitos, levando-se em consideração as evidências disponíveis. Quando tratamos de problemas conceituais, questionamos as definições e concepções dos fenômenos. Portanto, não há maneiras automáticas para se resolver questões desta ordem. E, certamente, os dicionários não nos fornecem resposta porque a validade das próprias definições do dicionário deve ser questionada. Precisamos de esforços especiais para lidar com questões conceituais, pois somos treinados a ignorá-las. Além do mais, as questões conceituais são menos visíveis, isto é, menos evidentes.

Os valores influenciam as ideias. É raro estudarmos um problema apenas porque

ele existe. O pensador precisa estar ciente de como os valores se relacionam às ideias. O fato de que os valores contribuem na seleção de tópicos investigados na ciência não implica em que as análises científicas sejam necessariamente tendenciosas e sem valor.

Se quisermos que nossos valores sejam flexíveis e não dogmáticos, é imprescindível que o submetamos a análise. A **análise crítica** é o processo segundo o qual questões são esclarecidas. Salientamos a palavra *crítica* pois quem faz tal análise exige que suas ideias sejam examinadas e questionadas. As dúvidas ajudam-nos a formular perguntas. O pensador crítico, ao avaliar os argumentos de si próprio e dos outros, levanta muitas questões. Se não questionar as suas ideias e as dos outros, é bem provável que encontrará dificuldade em saber quais são as opiniões mais válidas num debate sobre o assunto.

No último capítulo, Carraher trata da **pesquisa crítica**. Hoje em dia muitas pessoas têm adotado uma perspectiva metodológica de natureza positivista. Deve-se reconhecer que a posição positivista estimula o desenvolvimento de várias características plenamente desejáveis em pesquisa: a preocupação com o rigor no registro de dados, a verificação de conclusões e a investigação de ideias em contextos especialmente elaborados para oferecer respostas claras. Positivismo ou *positivismo lógico* refere-se à linha de pensamento filosófico que se iniciou no princípio do século como uma tentativa de fornecer uma base inteiramente nova à investigação filosófica, sendo, posteriormente, adotada como modelo para as investigações científicas. O cerne do sistema positivista de suposições encontra-se numa teoria de significação denominada *verificacionismo*.

Termos, conceitos e expressões têm significado, segundo os positivistas, se, e apenas se, puderem ser relacionadas a eventos reais através de operações de mensuração; isto é, se forem *operacionalizados*, a definição operacional constituindo o seu significado. Uma justificativa da posição positivista consistiria na eliminação da imprecisão e da ambiguidade das palavras. O positivista não deseja desperdiçar seu tempo falando sobre teoria, conceitos teóricos e outras noções desta ordem.

Enquanto os positivistas pretenderem substituir as definições conceituais por definições operacionais, os *neopositivistas* tranquilamente aceitam ambos os tipos de definição, demonstrando, porém, preferência desproporcional pelas questões de mensuração e verificação.

Temos uma grande capacidade de nos iludir e acreditar que descobrimos algo quando, na verdade, nada foi esclarecido. Pesquisas sem uma forte base conceitual tendem a receber respostas sem sentido ou sem utilidade porque tendem a levantar as questões

erradas em primeiro lugar. O problema maior que se apresenta a futuros pesquisadores é o de saber que aspectos da problemática deveriam ser efetivamente estudados ou, em suma, quais as questões reais numa dada área de conhecimento.

JOSEMAR VALDIR MODES

DA NECESSIDADE COTIDIANA DO PENSAMENTO CRÍTICO

Resenha apresentada para cumprir as exigências da disciplina de Metodologia da Pesquisa do Curso de Bacharelado em Teologia, ministrada pelo professor Claiton André Kunz.

DA NECESSIDADE COTIDIANA DO PENSAMENTO CRÍTICO

CARRAHER, David W. **Senso crítico**: do dia-a-dia às ciências humanas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. 163 p.

A Editora Pioneira Thompson Learning, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento e aprimoramento do senso crítico, traz à luz a obra de David William Carraher: **Senso Crítico – do dia-a-dia às ciências humanas**. O autor, professor do Curso de Mestrado em Psicologia da universidade Federal de Pernambuco, trata neste livro de questões relativas ao pensamento crítico e sua função no cotidiano das pessoas e também na pesquisa científica.

Para o autor, ter senso crítico significa possuir “a capacidade de analisar e discutir problemas, inteligente e racionalmente, sem aceitar, de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias” (p. xix). Significa ter: curiosidade intelectual e questionamento; habilidade de pensar logicamente; habilidade de perceber a estrutura de argumentos; a tendência de perceber além do que é dito explicitamente; uma consciência pragmática para reconhecer e apreciar os usos práticos da linguagem como meio de realizar objetivos e influir sobre os outros; uma distinção entre questões de fato, de valor e questões conceituais; e a habilidade de penetrar até o cerne de um debate, avaliando a coerência de posições e levantando questões que possam esclarecer a problemática.

Carraher, após uma breve introdução sobre a *curiosidade intelectual*, desenvolve sua obra em sete capítulos. No primeiro deles, trata da questão da argumentação na vida diária e nas ciências humanas. Lembra a forma de raciocinar é muito diferente entre leigos e cientistas. Não obstante, o sucesso de alguém, seja leigo ou cientista, dependerá do grau em que ele desenvolverá sua forma de pensar e apresentar suas ideias.

No segundo capítulo, intitulado “*o pau de chuva e outras falácias*”, o autor demonstra que uma falácia é um erro de raciocínio que contamina a argumentação, tornando-a sem fundamento apropriado. Existem muitas formas de falácias, formais e informais, intencionais ou inconscientes. Mas, todas com o objetivo de proteger opiniões próprias. A pessoa sempre usa e salienta aquilo que apoia suas ideias, esquecendo e desprezando aquilo que não as apoia.

No capítulo seguinte, Carraher trata do *pensamento lógico*. A *lógica* refere-se aos procedimentos utilizados para tirar conclusões de premissas e ao estudo de tais

procedimentos. Com o estudo da lógica, tem-se mais facilidade em organizar e apresentar suas ideias, bem como de analisar as ideias apresentadas por outros. É tratado ainda sobre a lógica indutiva, lógica dedutiva e silogismos, com vários exemplos de aplicabilidade.

Seguindo sua obra, o autor fala da questão de *ler nas entrelinhas*. Mostra que é necessário ser *perspicaz*, enxergando além da superfície, questionando onde não há perguntas já formuladas, vendo facetas que os outros não estão considerando. O pensador sensato não pode restringir sua atenção apenas àquilo que é dito; ele penetrará além da superfície das ideias, à procura de pressupostos implícitos, refletirá sobre a plausibilidade das posições em vista destas informações adicionais e trará à luz as ideias para que os problemas sejam iluminados.

No capítulo cinco, Carraher trata do *uso e abuso de conceitos*. Afirma que é natural o indivíduo usar conceitos e justamente esta naturalidade o predispõe a não refletir sobre suas ideias e as dos outros. Mas, muitos conceitos são abstrações que precisam ser analisadas para ser devidamente compreendidas. Também, ao se aplicar conceitos a casos particulares, estará se fazendo interpretações. Daí a necessidade de se reconhecer conotações de termos usados, pois transmitem informações além daquelas presumivelmente inerentes ao significado literal.

O capítulo seguinte é reservado à questão da *análise crítica*. A **análise crítica** é o processo segundo o qual questões são esclarecidas. Quem faz tal análise exige que suas ideias sejam examinadas e questionadas. As dúvidas ajudam a formular perguntas. O pensador crítico, ao avaliar os argumentos de si próprio e dos outros, levanta muitas questões. Se não questionar as suas ideias e as dos outros, é bem provável que encontrará dificuldade em saber quais são as opiniões mais válidas num debate sobre o assunto.

Finalmente, o autor trata da *pesquisa crítica*. Pesquisas sem boa base conceitual tendem a receber respostas sem sentido ou sem utilidade porque tendem a levantar as questões erradas por primeiro. A questão é saber que aspectos da problemática deveriam ser efetivamente estudados ou quais as questões reais numa dada área de conhecimento.

Carraher consegue, em sua obra, de uma forma magistral, demonstrar a necessidade de o indivíduo, seja leigo ou cientista, fazer uso do seu senso crítico. Foi muito feliz na distribuição e forma de abordagem do assunto. Sugere-se, apenas, que todos os exercícios do livro tenham respostas ao final do mesmo. A obra é altamente recomendável a qualquer indivíduo que queira aprofundar-se no assunto, especialmente para classes de metodologia da pesquisa científica.

JOSEMAR VALDIR MODES

**A SALVAÇÃO NO ANTIGO TESTAMENTO:
Fé, e nada além dela, é que torna a mesma uma realidade!**

Artigo apresentado para cumprir as exigências da disciplina de Metodologia da Pesquisa do Curso de Bacharelado em Teologia, ministrada pelo professor Claiton André Kunz.

FACULDADE BATISTA PIONEIRA
IJUÍ
2016

A SALVAÇÃO NO ANTIGO TESTAMENTO:

Fé, e nada além dela, é que torna a mesma uma realidade!

Josemar Valdir Modes¹

RESUMO

O presente estudo analisa a salvação no contexto do Antigo Testamento. O plano salvífico não se constitui de um remendo no plano de Deus para a humanidade, mas é o plano traçado desde a eternidade. A compreensão da manifestação e dos conceitos da salvação; o amor, justiça e expansão do Reino como as motivações de Deus em salvar; e os agentes e meios envolvidos no processo de salvação na dimensão da Antiga Aliança são cruciais para a compreensão da salvação manifesta na Nova Aliança.

Palavras-chave: Salvação. Fé. Sacrifícios.

ABSTRACT

The present study analyzes the salvation in the context of the Old Testament. The salvific plan is not a patch on God's plan for humanity, but the plan is tracing from eternity. The understanding of manifestation and concepts of salvation; the love, justice, and expansion of the Kingdom how the motivations of God to save; and agents, and resources involved in the process of salvation in the dimension of the Old Covenant are crucial to the understanding of salvation manifested in the New Covenant.

Key-words: Salvation. Faith. Sacrifice.

INTRODUÇÃO

A Bíblia é um manual para todas as horas, momentos e situações. Tem uma vasta gama de assuntos relacionados a Deus como também com o ser humano. Mas não se pode negar o fato de que um de seus principais assuntos é a salvação do ser humano. Em toda a Escritura percebe-se Deus agindo, trabalhando para dar ao ser humano caído a chance de novamente se reconciliar com o Criador.

A salvação é um assunto que antecede até mesmo a criação do ser humano. Deus já havia planejado tudo. O plano já estava traçado. Logo na queda do homem percebe-se esta providência divina e já se consegue notar o ápice do plano de Deus: salvar a humanidade através do sacrifício de Seu Filho Jesus Cristo.

O Antigo Testamento está cheio de referências que tratam sobre o tema salvação. Mas será que as pessoas que viveram nesta época conseguiam entender a salvação como ela é compreendida na atualidade? Se não entendiam e se a salvação representava algo

¹ O autor é formado em Teologia pela Faculdade Batista Pioneira. Tem uma especialização na área de Liderança e Gestão de Pessoas pela Faculdade Teológica Batista do Paraná e um mestrado livre na área de Missão Integral da Igreja pelo Seminário Teológico Batista Independente. É mestrando em Teologia Pastoral pela Faculdade Teológica Batista do Paraná. Trabalha como Pastor na Igreja Batista Emanuel e como Coordenador de Graduação na Faculdade Batista Pioneira.

diferente para eles, pode-se concluir que o tema salvação no Antigo Testamento não fez e não faz diferença nenhuma à vida dos leitores da época de Jesus e aos da atualidade?

Essas são algumas dúvidas que precisam ser esclarecidas, principalmente pelo fato de o Novo Testamento ser a continuação do Antigo Testamento. Nesta forma de pensar, o que aconteceu lá na antiguidade precisa ter alguma relação com o que aconteceu na época de Jesus. O que aconteceu no passado antigo precisa explicar o que ocorreu no passado recente.

Destaca-se de antemão que a grande quantidade de textos que falam sobre a salvação em toda a Bíblia sobressalta o grande amor de Deus para com o ser humano criado. Uma definição prévia de salvação evidencia este fato. A salvação é:

1) Ato pelo qual Deus livra a pessoa de situações de perigo (Is 26.1), opressão (Lm 3.26; Ml 4.2), sofrimento (2Co 1.6), etc. 2) Ato e processo pelo qual Deus livra a pessoa da culpa e do poder do pecado e a introduz numa vida nova, cheia de bênçãos espirituais, por meio de Cristo Jesus (Lc 19.9-10; Ef 1.3,13). A salvação deve ser desenvolvida pelo crente (Fp 2.12), até que seja completada no fim dos tempos (Rm 13.11; 1Pe 1.5; 2.2).²

A salvação é um presente de Deus ao seu povo, que o recebe não por merecimento, mas pela graça de Deus mediante a fé!

1. CONCEITO DE SALVAÇÃO

1.1 Conceitos gerais

A idéia (sic) básica de salvação na Bíblia é de *livramento* ou *libertação* de alguma coisa. No Antigo Testamento, a salvação de Deus era o livramento de uma doença, da morte, do cativo do inimigo, e o escapar de toda a espécie de males. Tinha mais sentido de livramento das coisas desta vida e do mundo temporal e visível do que sentido espiritual.³

Desta forma pode-se afirmar que, quando o Antigo Testamento fala sobre salvação, refere-se a um termo que “abrange todas as qualidades de socorro que os israelitas recebem do seu Deus”. Destaca-se que qualquer líder que pudesse de alguma forma libertar o povo de alguma ameaça estrangeira era designado “**salvador do seu povo**”. Ao mesmo tempo, a Bíblia deixa sempre claro que era Deus agindo por meio deste salvador, sendo desta forma o verdadeiro salvador o próprio Deus.⁴

O Antigo Testamento... tem em vista uma sucessão de atos salvadores que reclamam por expressões verbais ou ativas. Salvar é “arrancar” (*natzal*) de

² ILÚMINA Gold. São Paulo: SBB, 2003. 4 CDs-ROM.

³ SEVERA, Zacarias de Aguiar. **Manual de teologia sistemática**. Curitiba: A. D. Santos, 1999, p. 269-270.

⁴ CRABTREE, A. R. **Teologia do Velho Testamento**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1960, p. 182-185.

perigo mortal, resultando daí a recuperação da vida normal enriquecida, agora, pela experiência da salvação e da união com o salvador divino.⁵

Há várias referências bíblicas onde Deus é colocado como o salvador do povo. “A salvação pertence ao Senhor” (Sl 3.8) é um exemplo destas referências, o que reforça a ideia de que o grande salvador é Deus, que age por meio dos seus agentes escolhidos para libertar o Seu povo.⁶

O pacto, concerto, ou a aliança estabelecida entre Deus e seu povo tem grande influência na ideia de salvação. Neste pacto, Deus estabelece as regras, e cabe a Israel aceitar o que Deus propôs ou rejeitar. No momento em que o povo aceita a aliança, Deus se compromete a abençoar o seu povo, e nesta bênção está incluída a sua salvação.⁷

A eleição, ou então a chamada do povo de Israel é também fator fundamental no que diz respeito à salvação. Através da eleição, Deus conclama o povo de Israel a ser Sua possessão, Seu reino, e por isso deveria seguir o padrão de vida estabelecido por seu Rei (Deus) e como consequência deste ato receberia a salvação.⁸

O conceito que Israel tem de salvação foi enraizada em Êxodo - quando Deus libertou o seu povo do Egito e os guiou à terra prometida. Em Êxodo, Israel testemunhou a salvação do Senhor em primeira mão. Poetas e profetas freqüentemente (sic) falavam da salvação de Deus em relação à experiência em Êxodo. Outros eventos históricos ajudaram a moldar o entendimento de Israel sobre salvação.

Quando os Israelitas clamaram a Deus, eles esperavam e acreditavam que Deus os salvaria (Salmos 35:9; 65:5). Isso foi um ato de fé e abriu espaço para o ensinamento do Novo Testamento de aceitar a obra de Cristo na cruz pela fé (Efésios 2:8-9). Nós nunca merecemos o favor de Deus, a salvação é o seu presente para nós.⁹

Embora a salvação com freqüência (sic) apareça ali apenas como algo no tempo, como da ira de algum inimigo... há passagens, como Isa. 45:17, Dan. 7:13ss. E Isa. 53, que entram no nível espiritual da salvação. Mas, a salvação, nas páginas do Antigo Testamento, jamais tomou alguns aspectos revelados no Novo Testamento, especialmente no tocante à plenitude da filiação.¹⁰

Um aspecto interessante observado ao se analisar o Antigo Testamento é que os atos salvadores de Deus implicam em um processo: “necessidade, clamor por ajuda, declaração de que foram ouvidos, livramento divino e reação dos salvos.” Esta estrutura

⁵ WESTERMANN, Claus. **Fundamentos da teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Academia Cristã, 1987, p. 40.

⁶ SMITH, Ralph L. **Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem**. Tradução de Hans Udo Fuchs; Lucy Yamakami. São Paulo: Vida Nova, 2001, p. 159.

⁷ CRABTREE, 1960, p. 182-185.

⁸ WESTERMANN, 1987, p. 36-37

⁹ ILÚMINA 2003, CD-ROM.

¹⁰ CHAMPLIN, Russel Norman. **O Antigo Testamento interpretado**. 2.ed. São Paulo: Hagnos, 2001, v. 6, p. 54.

pode ser observada de forma especial nos livros de Êxodo e Juízes.

Este processo indica que “a salvação deve estar ligada a uma necessidade consciente. Sem uma necessidade, não haveria salvação. Para ser salvo, é preciso reconhecer o desespero pessoal e clamar a Deus. Deus ouve os clamores dos necessitados e os livra.”¹¹

O processo de salvação inicia-se com uma real compreensão de quem Deus é e de quem o ser humano é. O grande problema do ser humano é que ele tem uma visão muito inferior sobre Deus e muito superior sobre a humanidade. O profeta Isaías tem essa descoberta dolorosa quando tem seu encontro com Deus (Is 6.5). Quando o homem realmente descobre a Deus, sua autoimagem fica abalada, o ego fica reduzido a pó, o que prepara o homem para aceitar a salvação. Belsazar é outro exemplo vívido desta realidade (Dn 5.5-8).¹²

O Antigo Testamento também oferece recursos suficientes que já de antemão destacam o significado da cruz para a salvação. O texto de Isaías 53 relata claramente o que deveria acontecer com Cristo, indicando desta forma como ocorreria a salvação do homem. Desta forma consegue-se entender que:

a cruz é um assunto que antecede a criação. Ela faz parte dos planos originais e dos decretos eternos de Deus. Ela não é um incidente de percurso. Não se trata de um paliativo¹³ com o fim de reparar um desastre inesperado. Deus não faz improvisações. Ele tem calculado todos os seus atos. A cruz não é imprevidência do Criador, tampouco é um fenômeno humano. A cruz faz parte da prancheta divina, antes que houvesse qualquer iniciativa criadora.¹⁴

Logo nos primeiros capítulos de Gênesis, após a queda do homem, os dois (homem e mulher) tentam se esconder do Criador, confeccionando roupas com folhas. Mas aí entra a providência divina: Deus usa a pele de animais para cobrir o ser humano. É como que se a morte daqueles animais servisse pelo pagamento do pecado cometido.

A partir daquele momento, em toda a história da Bíblica, percebe-se a utilização de sacrifícios para se obter a justificação de Deus pelos pecados cometidos. Consegue-se, portanto, ter evidências claras que apontam para a cruz e compreender que já os primeiros

¹¹ SMITH, 2001, p. 159.

¹² SPROUL, R. C. **Salvo de quê?**: compreendendo o significado da salvação. Tradução de Fabiani Medeiros. São Paulo: Vida, 2006, p. 28-34.

¹³ PALIATIVO: que ou o que tem a qualidade de acalmar, de abrandar temporariamente um mal (diz-se de medicamento ou tratamento); que ou que serve para atenuar um mal ou protelar uma crise. In.: KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. São Paulo: Estadão, 1998, CD-ROM

¹⁴ PARANAGUÁ, Glenio Fonseca. **Cruz-credo! O credo da cruz**. Londrina: IDE, 2002, p. 22.

habitantes do planeta terra tinham consciência de que a salvação só é possível mediante um pagamento, que tem preço de sangue, o qual outro entrega em resgate da pessoa. Estes atos não apenas apontam para a cruz, como também expressam a fé destes pecadores no Deus que traria a salvação.¹⁵

1.2 Termos originais

“Nossa palavra ‘salvação’ vem do latim *salvare*, que significa ‘salvar’, e de *salus*, que significa ‘saúde’ ou ‘ajuda’. A palavra hebraica traduzida em português por ‘salvação’ indica segurança.”¹⁶ No Antigo Testamento, o termo mais usado para se referir a salvação é *yasha*. Este termo denota originalmente algo “amplo” ou “aberto”, “contrastando com o estreitamento e a opressão.” Desta forma o termo representa a libertação de algo que amarra, restringe.

Destaca-se que a fé era condição fundamental para a salvação no Antigo Testamento, da mesma forma como é na atualidade. Um exemplo disso é Abraão, que “creu no Senhor, e ‘isso lhe foi imputado para justiça’ (Gn 15.6).” A aliança estabelecida por Deus com o seu povo também era baseada na fé, e esta, garantia ao povo a salvação.¹⁷

O termo *yasha*, e seus derivados, aparece cerca de 353 vezes no Antigo Testamento. O próprio termo também refere-se a um livramento que vem de fora, de algum ponto externo ao da parte atingida.¹⁸

1.3 Referências bíblicas

Em várias ocasiões Deus livrou o seu povo de opressões exercidas por outros povos. O ponto central da salvação no Antigo Testamento foi o livramento de Israel da escravidão egípcia (Êx 14.30).¹⁹ O texto deixa claro a intervenção direta de Deus. Ele se opôs veementemente ao exército egípcio, que em meio ao Mar tem clara noção deste fato, e por isso resolve recuar. Houve um milagre neste momento. O que aconteceu não foi algo natural, mas Deus, estando presente no local, intervém de forma poderosa e repentina, e todo o povo é salvo dos seus inimigos.²⁰

¹⁵ PARANAGUÁ, 2002, p. 29-35.

¹⁶ CHAMPLIN, 2001, v. 6, p. 54.

¹⁷ RYRIE, Charles Caldwell. **Teologia básica ao alcance de todos**. Tradução de Jarbas Aragão. São Paulo: Mundo Cristão, 2004, p. 323.

¹⁸ HARRIS, R. Laird; ARCHER, Gleason L. Jr.; WALTKE, Bruce K. **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão e Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998, p. 680.

¹⁹ HARRIS, 1998, p. 680.

²⁰ CHAMPLIN, 2001, v. 1, p. 364.

Os feitos poderosos do Senhor tornaram Israel conhecido como o povo salvo por Deus (Dt 33.29).²¹ Esta realidade deveria ser encarada pelo povo como um enorme motivo de alegria. Percebe-se claramente que um dos resultados da salvação é a alegria expressa pela pessoa ou pela nação.²²

Mais tarde, quando o povo estava para entrar na Terra Prometida, Deus novamente lhe promete a sua salvação (Dt 20.4), promessa essa que é plenamente cumprida por Deus.²³ Mas Deus requer do seu povo a confiança, a fé, requisito essencial para que a nação recebesse do Senhor a salvação tão esperada. Quando a nação não confiou em Deus, negligenciou a Sua salvação e pereceu no deserto.²⁴

Quando o povo estava habitando a terra, e algum inimigo se aproximava, Deus levantava um juiz (um salvador), que era instrumento para a libertação do povo (Jz 2.16).²⁵ A graça de Deus é manifesta a cada novo juiz levantado por Deus. O povo não merecia a sua salvação, mas Deus a concedia. Os juízes nada mais eram do que instrumentos, mediadores da salvação a qual Deus queria dar ao seu povo.²⁶

Também na época do império pode-se ver Deus salvando o seu povo (1Sm 9.16; Sl 20.6-7).²⁷ A escolha dos reis cabia ao Senhor. Estes funcionavam como os juízes, ou seja, eram mediadores dos propósitos de Deus. Esses homens eram também um presente de Deus para o povo.²⁸ Ao mesmo tempo, cabia a eles expressarem a sua plena confiança em Deus, pois “Ele daria ao rei... a sabedoria e o poder de que necessitava. Ele também interviria diretamente na batalha, se necessário fosse.” Com a fé necessária, nada poderia impedir o povo de Deus de receber dEle a salvação esperada, nem o mais forte armamento, pois o rei contava com a o auxílio da mão de Deus.²⁹

O Antigo Testamento também revela o lado passivo desta salvação, ou seja, ela não é apenas um ataque, mas também uma forma de defesa. Com base nesta perspectiva, diversos autores relataram sobre a sua confiança em Deus (Sl 62.7-8; 18.35-36; Is 59.17; 61.10). O fato de estarem seguros representava a nítida e ativa salvação de Deus.³⁰

²¹ HARRIS, 1998, p. 680.

²² CHAMPLIN, 2001, v. 2, p. 889.

²³ HARRIS, 1998, p. 680.

²⁴ CHAMPLIN, 2001, v. 2, p. 831.

²⁵ HARRIS, 1998, p. 680.

²⁶ CHAMPLIN, 2001, v. 2, p. 1004.

²⁷ HARRIS, 1998, p. 680.

²⁸ CHAMPLIN, 2001, v. 2, p. 1155.

²⁹ CHAMPLIN, 2001, v. 4, p. 2111.

³⁰ HARRIS, 1998, p. 680.

1.4 Visão javista³¹ da salvação

O escritor javista via a história de Israel como uma pré-história da salvação que deveria alcançar toda a humanidade (Gn 12.1-3). Através de Israel Deus iria estender a sua salvação ao mundo inteiro.

Para ele a história da salvação se inicia na criação da humanidade, e ele observa isso ao analisar a história. Ao ser criado, o homem tinha a certeza da sua salvação. Devido à sua desobediência, perdeu-a. Mas aí, através da escolha de Abraão, Deus novamente inicia um plano que permitirá à humanidade a possibilidade da salvação. A obediência de Abraão fez com que este simples homem se tornasse pai de uma grande nação, a qual herda do Senhor a Terra Prometida.

Canaã passa a representar um segundo jardim do Éden. Participar desta nação, habitar nesta terra representava a garantia da salvação de Deus.

O javista também deixa claro que tudo o que o povo recebeu de Deus vem da Sua graça. Inúmeros deslizes relatados pela história mostram que o povo deveria receber o castigo de Deus. Mas Deus, em Sua graça, sempre recebeu o povo de volta, isso quando novamente se submetia a seguir as Suas ordens em obediência.³²

2. A MOTIVAÇÃO DE DEUS EM SALVAR

O Antigo Testamento apresenta o Deus Salvador, “que reage diante das dificuldades experimentadas por suas criaturas.” Essa realidade é evidente em toda a história de Israel, de forma especial na saída do Egito. Quando o homem é salvo, é porque ele teve um encontro com esse Deus salvador.

A ação salvadora de Deus já mostra claros sinais de que quer alcançar a

³¹ **JAVISTA** é uma das tradições que se compõe o Pentateuco, sendo as três demais: a Eloísta, a Sacerdotal e a Deuteronomica. A tradição Javista, designada pela letra J, é assim chamada porque desde o começo dá a Deus o nome de lahweh. Ela se originou provavelmente no tempo de Salomão, em torno de 950 a.C., nos meios reais de Jerusalém. O rei ocupa nela um lugar de proeminência; é ele que faz a unidade da fé. Ainda não se tem uma unanimidade quanto aos limites do documento Javista, mas pode-se supor, com numerosos estudiosos, que ele começa em Gn 2, 4b e termine com a narração de Balaão em Nm 22, incluindo a narração da falta de Israel em Baal-Fegor Nm 25, 1-5. As narrativas da tradição Javista caracterizam-se por um vigoroso estilo de conto popular e uma pitoresca descrição de personagens. Para o Javista, Deus envolve-se ativamente na história da humanidade e, em especial, na de Israel. O Javista começa a narrativa com a criação (Gn 2, 4b-31), apresentando a história da humanidade como o pano de fundo contra o qual o Senhor chama Abraão e lhe faz uma promessa que só o Êxodo e a conquista de Canaã realizam plenamente. O tema da promessa e concretização predomina na apresentação javista da história patriarcal. RENDTORFF, Rorf. **A formação do Antigo Testamento**. Tradução de Bertholdo Weber. 6.ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998, p. 13-17.

³² SCHREINER, Josef. **Palavra e mensagem do Antigo Testamento**. Tradução de Benôni Lemos. 2.ed. São Paulo: Teológica, 2004, p. 131-152.

humanidade inteira. O próprio dilúvio anuncia isso: enquanto de um lado Deus exterminou todas as criaturas, de outro lado, Deus, ao prometer que a humanidade nunca mais experimentará um mal como este, está salvando todo o resto das águas.³³

Os atos salvíficos de Deus são vistos no Antigo Testamento como um milagre, ou seja, algo que vai além do habitual, do comum. Este fato sempre provoca no povo a admiração e a alegria (Sl 118.23; 77). Estes atos salvíficos também revelam a proximidade de Deus ao Seu povo (Jz 5.4-5). É Deus presente no meio do povo, proporcionando a sua salvação. Ao mesmo tempo, quando o povo passava por dificuldades, tinha uma nítida noção do afastamento de Deus. Sentiam-se sozinhos.³⁴

Em momento algum da história Deus se viu obrigado a salvar e perdoar o ser humano. Mas assim o fez baseado na Sua própria natureza. Desde a queda do homem pode-se ver Deus atuando em benefício da salvação do ser humano, oferecendo-lhe uma nova chance de reconciliação, e isso movido por diversos fatores, dentre os quais se destaca:

2.1 Seu imenso amor

“O motivo do perdão sempre se acha no Senhor: no seu amor eletivo (**‘ahaba**), e no seu amor imutável (**hesed**).”³⁵ A expressão do Seu amor é através do fato de Deus se importar com o seu povo, e não no merecimento dos mesmos, o que constitui o conceito de graça, e é literalmente expresso em Deuteronômio 7.7-8:³⁶

O Senhor não se afeiçoou a vocês nem os escolheu por serem mais numerosos do que os outros povos, pois vocês eram o menor de todos os povos. Mas foi porque o Senhor os amou e por causa do juramento que fez aos seus antepassados. Por isso ele os tirou com mão poderosa e os redimiu da terra da escravidão, do poder do faraó, rei do Egito.³⁷

2.2 Sua imutável justiça

Todos os feitos salvadores de Yahweh fundamentam-se na justiça, refletidos no fato de que “justiça” e “salvação” são muitas vezes paralelos (*e.g.*, Is 51.8). Embora cada ato de livramento contenha um elemento de juízo, aqueles que são julgados são culpados e, por isso, merecem essa justiça. (*cf.* Sl 76.8 s. [9 s.]). De outro lado, sendo fiel à aliança e à criação do homem à sua própria imagem, Deus age de modo a proporcionar ao homem um meio para livrar-se de sua desobediência original. Nesse aspecto Deus cumpre sua responsabilidade de Redentor ao ser um

³³ WESTERMANN, 1987, p. 31-36.

³⁴ WESTERMANN, 1987, p. 48-53.

³⁵ CRABTREE, 1960, p. 193-195.

³⁶ HARRIS, 1998, p. 682.

³⁷ SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL. **Bíblia Sagrada**: nova versão internacional. São Paulo: Geográfica, 2000, p. 140.

Salvador.³⁸

2.3 Seu propósito de expandir o Seu reinado

Quando Deus salva o seu povo, ele revela às demais nações que só Ele tem todo o poder e que só Ele é digno de toda a adoração, visto que só um Deus que é capaz de salvar é que é digno de ser adorado. E para demonstrar que Seus atos salvíficos não são apenas um acidente na história, Deus os revela antecipadamente (Is 43.12).

Ao mesmo tempo em que as outras nações veem o poder de Deus, elas percebem também o Seu cuidado para com o povo, demonstrando ao mesmo tempo que os seus falsos deuses não alimentam a mínima consideração por aquela nação.

Como se não bastasse, ao salvar o seu povo, Deus revela que está no meio dele, ou seja, é um Deus presente, ativo, que não está restrito a lugares. Essas marcas eram e são visíveis, servindo de testemunho para os demais povos que não acreditavam em Deus. Quando Deus salva o seu povo, os demais povos sentem-se atraídos a Sua presença.³⁹

3. O SISTEMA SACRIFICIAL DE ISRAEL

Deus já tinha em mente que Israel não iria permanecer fiel ao pacto com Ele firmado. Este pacto era a garantia de salvação do povo. Para que o povo permanecesse na graça de Deus, Ele instituiu um sistema de sacrifícios, que nada mais era do que um ritual “para tratar de pecados cometidos dentro do concerto”. Os sacrifícios eram um símbolo de arrependimento expresso pelo pecador. Há neles uma íntima ligação entre o sistema sacrificial de Israel e a salvação do povo que seria providenciada por Deus.⁴⁰ O que precisa ser ressaltado é que o sistema sacrificial do Velho Testamento não tirava o pecado, como claramente ensina Hebreus 9.1-10; 10.4, mas apontava para o dia em que o Filho de Deus verteria Seu sangue pela pecaminosa raça humana. Compreender os sacrifícios ajuda a compreender o conceito de salvação na Antiga Aliança.

3.1 O significado dos sacrifícios

“Sacrifício era um ato de culto em que alguém oferecia a Deus um animal para conseguir perdão de seus pecados ou para comemorar e conservar suas boas relações com Deus.” Os sacrifícios envolviam um ritual característico e simbólico, importante no que se refere à salvação: a pessoa que levava o animal para ser sacrificado, colocava sobre a cabeça

³⁸ HARRIS, 1998, p. 682.

³⁹ HARRIS, 1998, p. 682-683.

⁴⁰ CRABTREE, 1960, p. 193-195.

deste a sua mão, em sinal, o que representava uma transferência dos pecados. A partir daquele momento o animal carregava sobre si os pecados da pessoa. Quando morria cumpria a pena imposta ao homem: o pecado gera a morte! Este é um ato de fé, que sem ela perde o seu real significado.⁴¹

Este ato simbólico fazia o pecador perceber do horror do seu pecado. Compreende-se melhor este fato quando se analisa o sistema agropastoril comum entre os hebreus. Geralmente o número de animais que um pastor possuía não era tão grande ao ponto do dono não ter algum vínculo pessoal com a sua criação. Para o sacrifício a pessoa deveria oferecer *o melhor animal* que havia criado. Isso implicava em *um preço* (cuidado) e *um valor sentimental* (apego). Ele conhecia aquele animal pelo nome. Então, quando a pessoa ia oferecer o sacrifício, sentia o peso de seus pecados: aquele animal custou algo e era completamente inocente. Isso gerava um coração quebrantado. Aqui consegue-se compreender também a veemência de Jesus ao expulsar os mercadores do Templo. O comércio que estavam exercendo não era ilegal, pois era autorizado pelos Fariseus e autoridades, e, portanto, não se tratava de um roubo material, mas de um roubo *espiritual*. Estavam roubando era esta preparação para o culto. O cultuador, ao comprar um animal na hora, não tinha a mínima noção do que estava fazendo: oferecia um animal completamente desconhecido, e geralmente deficiente (Mt 1.6-8).

Os sacrifícios do Velho Testamento proviam, contudo, muito mais do que apenas uma sensação de perdão. Aqueles sacrifícios também proviam a instrução de que o povo de Deus necessitava vitalmente, para que ele entendesse a solução real quando seu tempo chegasse e as implicações desta solução (Isaías 53.5-7).

A questão da eficácia dos sacrifícios mosaicos tem sido por longo tempo discutida. Pode-se destacar alguns efeitos dos mesmos sobre o povo:

1. Os sacrifícios foram meios suficientes e necessários dados por Deus para que Israel mantivesse comunhão com Ele. Sua significância eterna está além de seu próprio escopo, dependendo da provisão maior feita por Deus em Cristo.
2. Os sacrifícios tinham uma natureza dupla, pois operavam tanto em nível pactual nacional quanto em nível individual.
3. Os sacrifícios mosaicos eram válidos em nível pessoal apenas quando motivados por fé em Yahweh como o Perdoador de pecados, numa atitude de obediência a Sua revelação.
4. Os sacrifícios eram limitados em seu alcance e eficácia a atos pecaminosos assim como a culpa por este até a ocasião em que eram oferecidos os sacrifícios. Mas os sacrifícios não tinham qualquer eficácia contra a culpa imputada ou a natureza pecaminosa.
5. Pecados premeditados ou violações deliberadas das estipulações pactuais não

⁴¹ REYNOLDS, Gary. **Teologia do Velho Testamento**. São Paulo: Instituto Teológico Batista, 1972, p. 130-146.

podiam ser expiados por sacrifícios regulares, e seu perdão era questão exclusiva da graça divina em resposta ao arrependimento, operando por meio da provisão do Dia da Expição. 6. A eficácia dos sacrifícios era derivativa, sendo confirmada por Deus na base do sacrifício perfeito que viria a ser oferecido na cruz do Calvário.⁴²

Às vezes afirma-se que a salvação sob a antiga aliança era adquirida pela realização de obras da lei, enquanto sob a nova aliança, as pessoas são salvas somente pela fé em Cristo. Essa concepção é baseada em grande parte numa compreensão um tanto distorcida dos ensinamentos de Paulo. Um estudo cuidadoso da Torá, bem como do restante do Antigo Testamento, mostra que as pessoas nunca são salvas por seus próprios esforços – mas apenas pela graça de Deus. Todos merecem condenação e morte por haverem pecado. Deus, por sua graça, dispõe-se a aceitar a pessoa na base da fé, provendo o meio de redenção. Paulo compreendia a aliança com Abraão dessa maneira e declarou que ela não foi anulada pela lei de Moisés (Gl 3.6-18). O autor de Hebreus, discutindo os atos de culto do Antigo Testamento, afirmou sucintamente. “porque é impossível que sangue de touros e de bodes remova pecados” (10.4)⁴³

A lei de Moisés dava sim aos israelitas uma solução temporária para o problema do pecado. Deus tinha uma solução para o problema do pecado, que ele anunciou a Abraão, dizendo, "Em tua semente todas as nações da terra serão abençoadas." Mas o cumprimento desta promessa levaria tempo, e muita preparação seria necessária. Assim, Deus deu aos filhos de Israel a lei de Moisés como solução temporária, que pode ser explicada mediante a seguinte ilustração:

Pode-se fazer uma comparação com o perdão alcançado pelo cumprimento da Lei com o costume moderno de emitir cheques. Ao vender algo para uma pessoa, e esta, como forma de pagamento dá um cheque, o vendedor foi pago? Muitos certamente responderiam sim à esta pergunta. Mas, sabe-se que o pagamento só será efetivo dentro de alguns dias, quando o cheque for compensado pelo banco. Entretanto, ainda assim afirma-se que o preço foi pago no ato do recebimento do cheque. O pagador poderá ainda exigir alguns dias até que o cheque seja depositado. Isso envolverá a confiança do vendedor que subjetivamente poderá afirmar que foi pago, ainda que objetivamente isso não ocorreu. Interessante destacar que tudo depende de quanta fé se tem na pessoa que emitiu o

⁴² PINTO, Carlos Osvaldo. **Teologia bíblica do Antigo Testamento**. Atibaia: Seminário Bíblico Palavra da Vida, 2000, p. 31.

⁴³ LASOR, William; HUBBARD, David; BUSH, Frederic. **Introdução ao Antigo Testamento**, São Paulo: Vida Nova, 2003, p. 105.

cheque. Esta ilustração, embora grosseira, mostra o que aconteceu quando Deus "perdoou" os pecados de Israel. Objetivamente, legalmente, nenhum perdão real poderia acontecer até que o preço do pecado fosse realmente pago pela morte de Jesus na cruz, até que o pagamento do preço fosse depositado "no banco". Mas subjetivamente, os pecados ficavam como "perdoados". Uma promessa de perdão de Deus, que não pode mentir, é tão boa como o próprio perdão, mas somente se a pessoa verdadeiramente crê em Deus.

3.2 A pessoa e função do sacerdote

“Deus queria que todos os sacerdotes fossem santos”, e por isso atribuiu a eles algumas regras que precisavam ser seguidas:

O homem teria que ser descendente de Arão para ser sacerdote... Ele não poderia ser casado a uma mulher divorciada ou uma ex-prostituta (sic) (Levíticos 21:7). Se ele tivesse algum tipo de doença ou defeito de nascença, ele não poderia se tornar um sacerdote. Isso incluía cegueira, deficiência física, mutilação, ou ser corcunda ou anão (Levítico 21:16-23). Os princípios para escolher um sacerdote eram parecidos com os princípios para escolher um animal que seria sacrificado. Somente animais (e sacerdotes) que estivessem livres de defeitos ou falhas serviam para o serviço divino.

As tarefas sacerdotais abrangiam diversas funções (Deuteronômio 33:8-10), dentre as quais se destacam a três seguintes:

eram responsáveis, juntamente com o sumo sacerdote, por declarar a vontade de Deus ao povo...; eles tinham que ensinar as ordenanças e as leis de Deus ao povo de Israel (Deuteronômio 33:10); e... eles tinham que ser servos do tabernáculo e participar nos sacrifícios e adorações de Israel.⁴⁴

Percebe-se que sua vida influenciava o povo a ter uma vida santa, separada, sendo eles próprios um tipo da salvação. Além disso, os sacerdotes oficiavam os sacrifícios, meio pelo qual o povo buscava o perdão de Deus para a sua salvação, sendo eles os mediadores deste perdão. Através dos sacerdotes Deus abençoava o povo (Nm 6.24-26). Eles eram os mediadores entre Deus e o povo.⁴⁵

Alguns teólogos e comentaristas vão também defender que o sacerdócio é um *tipo de Cristo*.⁴⁶ Fazendo um comparativo entre o sacerdócio de Arão e o de Cristo, chega-se às seguintes conclusões que provam a tipologia, a começar por Arão: ele foi chamado por Deus dentre os homens de Israel; devia ser capaz de condoer-se dos que erram e dos ignorantes

⁴⁴ ILÚMINA, 2003, CD-ROM.

⁴⁵ WESTERMANN, 1987, p. 168-169.

⁴⁶ **TIPO** é uma realidade especial do Antigo Testamento que, apoiada numa promessa preordenada por Deus, serve como ilustração específica de uma verdade revelada no Novo Testamento.

(Hb 5.2); exibia vestes imaculadas; entrava anualmente no Santo dos Santos, não sem sangue; fazia expiação completa oferecendo o sangue de um bode; sacrificava pela nação de Israel e por si mesmo; fazia ofertas anuais, repetidas. Olhando para Jesus percebe-se que: Ele foi chamado por Deus dentre os homens de Israel (Hb 5.4, 10); orou derramando lágrimas por outros e por si (Hb 5.7); exibia caráter imaculado; entrou no próprio céu (Hb 9.24); fez expiação definitiva oferecendo o próprio sangue; sacrificou-se pelo mundo inteiro (1Jo 2.2), não por si mesmo; apresentou-se como oferta única e eterna (Hb 9.25).⁴⁷ O sacerdócio e a vida do sacerdote foram importantes para a compreensão do povo de Israel acerca da salvação de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se estudar o Antigo Testamento percebe-se claramente que as pessoas que viviam nesta época ainda não tinham uma compreensão completa do que a salvação de Deus realmente representa para o ser humano. Viam-na muito mais como um livramento de inimigos e perigos, do que algo espiritual.

Mas, ao mesmo tempo, percebe-se já no começo da história a existência de princípios concernentes a salvação que estão presentes na atualidade: a necessidade de fé para a salvação; o sacrifício de um inocente em favor do pecador; a visão de que a salvação provém de Deus somente; o reconhecimento da necessidade humana e da pessoa de Deus como parte do processo de salvação, e a obediência a Deus como um dos resultados desta salvação, entre outros, são alguns exemplos que mostram que os alicerces da compreensão do que se sabe hoje já foram lançados há muitos anos atrás.

O destaque que se dá ao papel de Deus na salvação e a Sua motivação é a mesma que ainda motiva Deus em salvar o ser humano na presente época. A forma de agir de Deus também é a mesma: através de um sacrifício (o de Jesus na cruz) em favor do ser humano pecador é que Deus salva o seu povo. Jesus Cristo é o grande mediador nesta salvação que Deus estendeu ao ser humano (1Tm 2.5; Hb 8.6), cumprindo o papel do Sumo Sacerdote.

Com base nestas conclusões percebe-se a importância que o conceito de salvação do Antigo Testamento teve e tem para a compreensão do mesmo no Novo Testamento. O que aconteceu no passado distante serve para explicar o que ocorreu no passado próximo. Por isso os primeiros cristãos compreenderam rapidamente o significado do sacrifício vicário de Jesus Cristo. Estas verdades ajudam também na compreensão do fato de que Deus já

⁴⁷ PINTO, 2000, p. 33.

planejou a salvação do ser humano muito antes da criação, pois em toda a história Deus foi introduzindo conceitos e figuras que ajudariam muito no entendimento do grande momento da salvação proporcionada por Deus: a morte e ressurreição de Seu Filho.

Em síntese pode-se afirmar o que o teólogo Hassel afirma sobre o tema salvação no Antigo Testamento:

Em cada etapa do AT Deus mostra-se ativo... a operação de salvação de Deus em favor de Israel vem-se manifestando desde a misericordiosa redenção da escravidão no Egito, passando pelo tempo dos juízes e reis e ganhando novo ímpeto na libertação do exílio na Babilônia. Contudo, a salvação de Deus não se restringe apenas à entidade nacional de Israel, pois nos Salmos o que predomina é a salvação pessoal... Deus salvou Noé do dilúvio. O intento divino de salvação estende-se a todas as nações e a todos os homens (Jon...). O “Eu” divino ressurge no julgamento e na salvação... como autodesvendamento e a revelação do próprio Deus, que conduz e guia os homens na História a um futuro promissor... A fé em Deus conduz a atitudes corretas no presente e à confiança no futuro, uma vez que se confie na expressão do poder de Deus no passado. Os profundos testemunhos do AT atestam a preocupação de Deus com o homem, atestam suas palavras e atos relativos a Israel e às nações, o seu propósito de concertar a brecha entre ele e o homem após a queda, a restauração de sua comunhão e harmonia com o homem e entre o homem e seu semelhante.⁴⁸

REFERÊNCIAS

CHAMPLIN, Russel Norman. **O Antigo Testamento interpretado**. 2.ed. São Paulo: Hagnos, 2001. Vol. 1, 2 e 6.

CRABTREE, A. R. **Teologia do Velho Testamento**. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1960. 307 p.

HARRIS, R. Laird; ARCHER Jr, Gleason L.; WALTKE, Bruce K. **Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento**. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão e Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. 1789 p.

HASEL, Gerhard F. **Teologia do Antigo Testamento: questões fundamentais no debate atual**. Tradução de Cesar Bueno Vieira. 2.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1992. 121 p.

ILÚMINA Gold. São Paulo: SBB, 2003. 4 CDs-ROM.

KOOGAN, André; HOUAISS, Antonio (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. São Paulo: Estadão, 1998. CD-ROM.

LASOR, William; HUBBARD, David; BUSH, Frederic. **Introdução ao Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2003.

⁴⁸ HASEL, Gerhard F. **Teologia do Antigo Testamento: questões fundamentais no debate atual**. Tradução de Cesar Bueno Vieira. 2.ed. Rio de Janeiro: JUERP, 1992, p. 74-75.

PARANAGUÁ, Glenio Fonseca. **Cruz-credo! O credo da cruz**. Londrina: IDE, 2002. 192 p.

PINTO, Carlos Osvaldo. **Teologia bíblica do Antigo Testamento**. Atibaia: Seminário Bíblico Palavra da Vida, 2000.

RENDTORFF, Rolf. **A formação do Antigo Testamento**. Tradução de Bertholdo Weber. 6.ed. São Leopoldo: Sinodal, 1998. 44 p.

REYNOLDS, Gary. **Teologia do Velho Testamento**. São Paulo: Instituto Teológico Batista, 1972. 195 p.

RYRIE, Charles Caldwell. **Teologia básica ao alcance de todos**. Tradução de Jarbas Aragão. São Paulo: Mundo Cristão, 2004. 659 p.

SCHREINER, Josef. **Palavra e mensagem do Antigo Testamento**. Tradução de Benôni Lemos. 2.ed. São Paulo: Teológica, 2004. 560 p.

SEVERA, Zacarias de Aguiar. **Manual de teologia sistemática**. Curitiba: ADSantos, 1999. 490 p.

SMITH, Ralph L. **Teologia do Antigo Testamento: história, método e mensagem**. Tradução de Hans Udo Fuchs e Lucy Yamakami. São Paulo: Vida Nova, 2001. 448 p.

SOCIEDADE BÍBLICA INTERNACIONAL. **Bíblia Sagrada: Nova Versão Internacional**. São Paulo: Geográfica, 2000. 970 p.

SPROUL, R. C. **Salvo de quê?: compreendendo o significado da salvação**. Tradução de Fabiani Medeiros. São Paulo: Vida, 2006. 119 p.

WESTERMANN, Claus. **Fundamentos da teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Academia Cristã, 1987. 279 p.

ANDRÉ LUIZ SOUZA SILVA

CAPELANIA AO IDOSO: Perspectiva bíblica, teórica e prática

Projeto de pesquisa apresentado para cumprir às exigências da disciplina de TCC I do curso de Bacharelado em Teologia.

Orientador: Josemar Valdir Modes

FACULDADE BATISTA PIONEIRA

IJUÍ

2015

SUMÁRIO

1. ASSUNTO	
1.1 Introdução/delimitação	
1.2 Justificativa	
1.2.1 Relevância.....	
1.2.1.1 Relevância Teológica	
1.2.1.2 Relevância Social	
1.2.2 Interesse	
1.2.3 Viabilidade	
2. AS FONTES	
2.1 Natureza	
2.2 Classificação.....	
2.3 Localização.....	
3. O MÉTODO	
3.1 Procedimentos.....	
3.2 Problemas.....	
3.2.1 Problema Central	
3.2.2 Problemas Corolários	
3.3 Objetivo.....	
3.3.1 Objetivo Geral	
3.3.2 Objetivos Específicos	
3.4 Hipóteses.....	
3.4.1 Hipótese Central.....	
3.4.2 Hipóteses Corolárias	
3.5 Abordagem	
3.6 Pesquisa de Campo	
3.6.1 Objetivos.....	
3.6.2 Público alvo.....	
3.6.3 Questões éticas	
3.6.4 Desenho de Pesquisa	
3.6.5 Riscos.....	
3.6.6 Benefícios.....	
4. LIMITAÇÕES	
5. CRONOGRAMA	
6. PLANO PRELIMINAR	
7. REVISÃO DE LITERATURA	
8. ORÇAMENTO	
9. GLOSSÁRIO	
10. REFERÊNCIAS ADICIONAIS PARA O TCC	
ANEXOS	

PROJETO DE PESQUISA

1. ASSUNTO

CAPELANIA AO IDOSO: Perspectiva bíblica, teórica e prática

1.1 Introdução/delimitação

A pesquisa será na área de Capelania, atendo-se a importância da atenção e cuidado integral aos idosos, considerando a faixa etária superior aos 60 anos, que por vezes são marginalizados na sociedade pós-moderna. Este conceito será baseado em textos bíblicos do Antigo e Novo Testamento que tratam do dever dos cristãos em relação ao cuidado do próximo, no caso específico aos idosos, alinhando a conceitos teóricos que abordam peculiaridades recorrentes a este grupo. Para avaliar a relação do cristão diante da missão de Capelania ao Idoso será realizada uma Pesquisa de Campo, no contexto de uma igreja Batista localizada na região central do Rio Grande do Sul, no ano de 2016, visando identificar se os cristãos reconhecem a relevância de realizar um trabalho que atenda ao idoso em suas diversas necessidades. Também busca propor maneiras diferentes de exercer esse ministério, levando em consideração a carência de pessoas envolvidas e interessadas no cuidado dos mesmos.

1.2 Justificativa

1.2.1 Relevância

1.2.1.1 Relevância Teológica

A Capelania não é um assunto totalmente novo dentro da Teologia. Ela é praticada há séculos e de diversos modos. A Bíblia também demonstra seu cuidado e interesse em relação aos idosos, além de ensinar o dever de cuidar deles e como tratá-los. Por isso esse estudo irá tratar de unir o conceito bíblico com formas práticas, afim de demonstrar a importância de realizar Capelania ao Idoso no contexto social atual.

1.2.1.2 Relevância Social

A sociedade pós-moderna tende a desvalorizar a velhice e o objetivo deste estudo é contribuir com o movimento contrário, incentivando a atenção e o cuidado com os idosos. A formulação de um conceito de Capelania ao Idoso poderá auxiliar os cristãos a compreenderem-na como uma diferente forma de demonstração de amor ao próximo. Ao mesmo tempo, dá a oportunidade ao cristão de se envolver em um ministério que faça a diferença na sociedade local.

1.2.2 Interesse

O assunto despertou interesse a partir do Lar de Idosos TABEA em Panambi, onde um projeto de Capelania tem-se desenvolvido. Há ali grande oportunidade de demonstrar amor a cada idoso residente, através de ações simples e com grande receptividade por parte deles. Notou-se a carência de materiais na área e a necessidade de uma pesquisa aprofundada para a construção de um conceito que abrangesse a capelania dedicada aos idosos.

1.2.3 Viabilidade

A pesquisa será viável tendo em vista, que apesar de pouco material cristão tratar sobre cuidado com idosos, a Bíblia traz embasamento suficiente para fundamentar a capelania ao idoso. Há também publicações sobre amor ao próximo, ação social, cuidado pastoral e psicologia que auxiliam e agregam informações ao assunto. A Pesquisa de Campo é viável, visto que a Igreja demonstrou abertura para sua realização, porém, pode encontrar dificuldades uma vez que as perguntas podem gerar algum tipo de constrangimento.

2. AS FONTES

2.1 Natureza

A pesquisa será feita a partir de fontes bibliográficas, sites relacionados e através de uma Pesquisa de Campo realizada na Igreja Batista Emanuel de Panambi sobre o assunto.

2.2 Classificação

Os dados da pesquisa serão obtidos a partir dos seguintes materiais:

- Livros e artigos sobre Capelania.
- Livros sobre idosos e velhice.
- Textos Bíblicos.
- Comentários Bíblicos de textos bíblicos relacionados com o tema.
- Livros na área da Teologia da Missão Integral.
- Legislações a cerca de direitos e deveres dos idosos.
- Manuais de ministério com idosos.

2.3 Localização

As fontes de pesquisa serão encontradas:

- Biblioteca da Faculdade Batista Pioneira de Ijuí/RS.
- Biblioteca particular.
- Biblioteca virtual da Escola Superior de Teologia – São Leopoldo / RS.
- Sites relacionados com o tema.
- Pesquisa de campo na Igreja Batista Emanuel em Panambi.

3. O MÉTODO

3.1 Procedimentos

O primeiro capítulo da pesquisa tratará sobre o conceito de capelania e suas bases bíblicas, fazendo também uma retrospectiva histórica, para então elaborar um conceito e uma delimitação específica de Capelania ao Idoso. No capítulo seguinte, será abordada a importância e relevância da capelania, trazendo também suas questões legais e uma definição do campo de atuação. Por fim, para redação do terceiro capítulo, será realizada uma pesquisa de campo a fim identificar o envolvimento dos cristãos e como eles podem contribuir para a capelania. A análise dessa pesquisa auxiliará na elaboração de uma visão prática de como os cristãos e as pessoas em geral podem fazer a diferença através deste ministério.

3.2 Problemas

3.2.1 Problema Central

A velhice é um tema marginalizado em muitos contextos da atualidade, entretanto, a postura para com estes que já viveram tanto deveria ser diferente por tudo o que são e fizeram para a sociedade atual. Muitos ainda não se atentaram para a necessidade de um ministério que atenda aos idosos com um cuidado integral, como reposta à postura de muitos segmentos de nossa sociedade. É preciso fazer mais pelos idosos. Surge então a pergunta: *Qual a contribuição da Capelania ao Idoso para a sociedade e qual o papel do cristão dentro dessa missão?*

3.2.2 Problemas Corolários

Alguns problemas a serem abordados:

- a) Qual a definição de capelania ao idoso?
- b) O que a Bíblia diz sobre os conceitos propostos?
- c) A sociedade pós-moderna tem consciência de que está envelhecendo?
- d) O que os cristãos podem fazer para atender e cuidar dos idosos?

3.3 Objetivo

3.3.1 Objetivo Geral

Apresentar um conceito de Capelania ao Idoso que seja correspondente com a perspectiva bíblica, ao mesmo tempo, despertar o cristão para a necessidade de se fazer algo, propondo atividades práticas para essa faixa etária especial e ao mesmo tempo desafiadora.

3.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar os conceitos de capelania associando também com os idosos.
- b) Verificar textos bíblicos que apontem para esse cuidado como dever do cristão.
- c) Destacar a importância da capelania ao idoso dentro da sociedade.
- d) Avaliar a posição e a ação dos cristãos em relação à capelania.
- e) Propor maneiras de se envolver e a realizar este ministério.

3.4 Hipóteses

3.4.1 Hipótese Central

A Bíblia apresenta muitos versículos que tratam sobre o cuidado que o indivíduo deve ter com o próximo, especialmente com aqueles que carecem de alguma necessidade especial. Assim, a Capelania ao Idoso encontra seu fundamento na própria Palavra de Deus, quando a Bíblia fala também sobre a valorização do idoso. Ela mostra para a sociedade como o cristianismo pode ajudar a responder às necessidades do outro, e, para isso, é preciso do envolvimento dos cristãos neste ministério.

3.4.2 Hipóteses Corolárias

Para os problemas corolários propõe-se:

- a) A capelania ao Idoso é uma assistência espiritual e um cuidado integral destinado ao idoso, de forma a ser realizada como um ministério.
- b) Há diversas passagens bíblicas que exortam o cristão a cuidar do seu próximo, ao mesmo tempo há muitas passagens que declaram o valor da velhice. O conceito de capelania então une o cuidado com o próximo com a valorização da velhice, apontando para a necessidade do atendimento específico aos idosos na forma de capelania.
- c) Estudos comprovam que com o desenvolvimento da medicina a expectativa de vida do ser humano aumentou. Em contraponto, a taxa de natalidade tende a diminuir cada vez mais. Um cálculo básico é suficiente para perceber que em alguns anos a sociedade será predominantemente idosa. Isso mostra a necessidade de repensar o ideal de velhice e as ações para com esta faixa etária.
- d) As necessidades dos idosos são desde as mais simples, como atravessar a rua, até a mais comum ao ser humano: necessidade de conhecer a Deus. Cada cristão pode utilizar de suas habilidades e capacidades das diversas maneiras possíveis, assim servindo aos idosos de maneira integral.

3.5 Abordagem

Ir-se-á destacar na pesquisa a base bíblica e teórica para depois propor maneiras práticas para realização da Capelania ao Idoso. Assim, buscar-se-á textos bíblicos que falam do cuidado com o próximo, especialmente com os idosos, contrapondo a postura moderna, de alguns contextos, em relação à velhice. Com esta análise poderão ser elaborados conceitos e fundamentação teórica suficiente para a Capelania ao Idoso. Depois da fundamentação, a pesquisa se deterá a delimitar a atuação da capelania em âmbitos gerais incluindo até mesmo os parâmetros legais. Após estes esclarecimentos, irá-se verificar o envolvimento do cristão com a Capelania ao Idoso através de uma Pesquisa de Campo quali-quantitativa realizada na Igreja Batista Emanuel em Panambi. Esta pesquisa, através de perguntas objetivas, avaliará o interesse e a forma como os cristãos podem auxiliar na capelania. Como fechamento da pesquisa irá-se explorar formas práticas possíveis e já existentes dentro deste ministério.

3.6 Pesquisa de Campo

3.6.1 Objetivos

A Pesquisa de Campo será feita buscando avaliar o envolvimento dos membros da Igreja Batista Emanuel na missão de Capelania ao Idoso e as perspectivas que tem para este tipo de atividade, levando em consideração a possibilidade que estes membros têm de realizar um trabalho com esta faixa etária específica por terem o Lar de Idosos Tabea no pátio da própria igreja. Para isso irá-se pesquisar inicialmente se os membros da Igreja reconhecem a necessidade de um cuidado específico com os idosos, se algumas dessas necessidades podem ser supridas pela capelania e ainda qual envolvimento de cada um no cuidado com os idosos. Esta pesquisa ajudará a identificar o nível de interesse sobre o assunto e também as ações dos cristãos em prol dos idosos (Instrumento de Coleta de Dados no final como ANEXO I). Quando terminada a pesquisa, todos os entrevistados receberão um relatório, por e-mail, com o resultados e ações práticas que podem ser desenvolvidas na capelania.

3.6.2 Público alvo

Serão entrevistados 50 membros da Igreja Batista Emanuel, igreja situada à Rua Barão do Rio Branco, 1242, no centro de Panambi/RS. Os entrevistados terão entre 18 e 60 anos, de ambos os sexos e diversas raças, atingindo desta forma grande parte do público que faz parte da igreja, igreja esta que possui um Lar de Idosos e realiza diversas ações de capelania. A entrevista será realizada com a autorização da igreja, no espaço da Escola Bíblia Dominical (que é uma classe de estudo não formal), numa manhã de domingo, conforme agendamento prévio com a Igreja.

Os 50 participantes serão escolhidos levando em consideração dois critérios: tempo de membresia na igreja (ou participação das programações) e a diversidade de faixas etárias seguindo o seguinte esquema: 10 jovens, 30 adultos e 10 idosos. O excedente não poderá participar da pesquisa, mesmo havendo mais pessoas na reunião.

Após realizada a pesquisa, será elaborado um relatório contendo os resultados obtidos. O relatório apresentará gráficos contendo os percentuais das respostas e também as sugestões apresentadas pelos entrevistados. Após a conclusão do trabalho, as pessoas entrevistadas receberão o relatório final por e-mail, sintetizando os resultados e contendo também práticas que podem ser desenvolvidas na Capelania ao Idoso. Esta divulgação se dará contendo apenas a análise dos dados, sem especificar os nomes de quem participou da mesma, a fim de evitar qualquer constrangimento e comprometimento da dimensão ética.

Os envolvidos na pesquisa receberão em mãos, de forma impressa, o Termo de Sigilo dos Pesquisadores preenchido e assinado, cópia da autorização da Igreja Batista Emanuel para a realização da Pesquisa, o Termos de Consentimento Livre e Esclarecido para ser preenchido e assinado e ainda o Instrumento de Coleta de Dados com 8 (oito) questões com escala tipo likert onde os pesquisados especificam seu nível de concordância com uma afirmação e uma questão descritiva. Este questionário foi produzido pelo Pesquisador, André Luiz Souza Silva, e será manuseado por ele. Devido aos prazos de entrega do TCC, o questionário não pôde ser avaliado previamente em uma pesquisa piloto.

Antes de efetuarem a pesquisa, o TCLE será apresentado pelo pesquisador e as possíveis dúvidas serão esclarecidas pelos pesquisadores. Ao longo da Pesquisa todos os entrevistados terão acesso ao pesquisador através de seu e-mail e telefone descrito no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Terão assegurado o direito de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e os dados repassados são mantidos em absoluto sigilo, preservando a privacidade de cada participante.

A divulgação final da pesquisa se dará mediante a apresentação em Banca do TCC do Pesquisador responsável pelas entrevistas. Todos os entrevistados terão acesso ao material na Biblioteca da Faculdade Batista Pioneira e receberão uma síntese por e-mail.

Mediante parecer da Faculdade Batista Pioneira, se não forem respeitados os compromissos firmados com os pesquisados, a pesquisa poderá ser suspensa.

3.6.3 Questões éticas

Irá se respeitar na Pesquisa de campo questões éticas conforme exigências da Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, com destaque às seguintes questões:

III.1 - A eticidade da pesquisa implica em:

- a) respeito ao participante da pesquisa em sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa, por intermédio de manifestação expressa, livre e esclarecida;
- b) ponderação entre riscos e benefícios, tanto conhecidos como potenciais, individuais ou coletivos, comprometendo-se com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos;
- c) garantia de que danos previsíveis serão evitados; e
- d) relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração dos interesses envolvidos, não perdendo o sentido de sua destinação sócio-humanitária.

III.2 - As pesquisas, em qualquer área do conhecimento envolvendo seres humanos, deverão observar as seguintes exigências:

- d) buscar sempre que prevaleçam os benefícios esperados sobre os riscos e/ou desconfortos previsíveis;
- e) utilizar os métodos adequados para responder às questões estudadas, especificando-os, seja a pesquisa qualitativa, quantitativa ou qualiquantitativa;
- g) obter consentimento livre e esclarecido do participante da pesquisa e/ou seu representante legal, inclusive nos casos das pesquisas que, por sua natureza, impliquem justificadamente, em consentimento a posteriori;
- i) prever procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros;
- k) respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como também os hábitos e costumes, quando as pesquisas envolverem comunidades;
- l) garantir que as pesquisas em comunidades, sempre que possível, traduzir-se-ão em benefícios cujos efeitos continuem a se fazer sentir após sua conclusão. Quando, no interesse da comunidade, houver benefício real em incentivar ou estimular mudanças de costumes ou comportamentos, o protocolo de pesquisa deve incluir, sempre que possível, disposições para comunicar tal benefício às pessoas e/ou comunidades;
- n) assegurar aos participantes da pesquisa os benefícios resultantes do projeto, seja em termos de retorno social, acesso aos procedimentos, produtos ou agentes da pesquisa;
- q) utilizar o material e os dados obtidos na pesquisa exclusivamente para a finalidade prevista no seu protocolo, ou conforme o consentimento do participante;¹

O pesquisado terá seu anonimato assegurado pelo entrevistador, o aluno André Luiz Souza Silva; poderá se recusar a responder o questionário; não terá nenhuma despesa financeira com a entrevista; e as cópias escritas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente Projeto de Pesquisa, ficando os documentos sob a responsabilidade do pesquisador principal, por um período de cinco anos, arquivados na Biblioteca da Faculdade Batista Pioneira como arquivo morto, sendo após este período incineradas.

¹ MINISTÉRIO DA SAÚDE: Conselho Nacional da Saúde. *Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012*. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 04 abr. 2016.

6. PLANO PRELIMINAR

1. FUNDAMENTAÇÃO DA CAPELANIA

- 1.1 Definições e conceitos
- 1.2 Bases bíblicas
- 1.3 Uma retrospectiva histórica
- 1.4 Abordagem da Capelania ao Idoso

2. CAPELANIA AO IDOSO

- 2.1 Postura moderna em relação à velhice
- 2.2 Necessidade e relevância da Capelania ao Idoso
- 2.3 Legislação e direitos
- 2.4 Campo de atuação

3. O CRISTÃO E A CAPELANIA AO IDOSO

- 3.1 Análise da pesquisa de campo
- 3.2 Envolvimento da igreja na capelania
- 3.3 Maneiras práticas de exercer este ministério
- 3.4 Projetos e parcerias existentes

CONCLUSÃO

REFERÊNCIAS

7. REVISÃO DE LITERATURA

I – FUNDAMENTAÇÃO DA CAPELANIA

A Capelania ao Idoso não é um termo cotidiano na sociedade moderna. Para defini-la então, é preciso retomar conceitos a respeito da capelania e também sobre os idosos. A capelania é historicamente exercida de diversas maneiras e a Bíblia apresenta sua fundamentação destacando o cuidado e atenção necessária aos idosos. A partir daí, é possível tratar sobre a Capelania ao Idoso como uma assistência religiosa e social prestada a idosos, de forma institucionalizada ou não, com o objetivo de atendê-los de maneira integral.

ALVES, Gorgônio Barbosa. **O caminho da vida**. Rio de Janeiro: JUERP, 2004. 240 p.

CARMO, Caleb Elias do. **Preparando-se para uma velhice saudável**. Rio de Janeiro: junta de Educação Religiosa e Publicações, 1986. 101 p.

CÉSAR, Kléos Magalhães Lenz. **Fui moço, agora sou velho... e daí?**. Viçosa: Ultimato, 1999. 112 p.

FERREIRA, Sérgio Rodrigues. **Despertando a Igreja para a missão da capelania escolar**. São Paulo: Rádio Trans Mundial, 2012. 96 p.

GRAHAM, Billy. **A caminho de casa: vida, fé e como terminar bem**. Tradução de Melina dos Santos Revuelta. São Paulo: Editora Europa, 2012. 184 p.

PALMER, Nate. **Serviço como adoração**: o privilégio de servir na igreja local. Tradução de Flávia Lopes. São Paulo: Vida Nova, 2014. 104 p

II – CAPELANIA AO IDOSO

A capelania é uma maneira eficaz de demonstração de amor cristão e compaixão dentro da sociedade. A Capelania ao Idoso se faz necessária no contexto moderno individualista em que muitas vezes a velhice é desprezada ou considerada como inutilidade. A própria legislação assegura legalmente o direito de assistência social e religiosa prestada através da capelania a indivíduos ou grupos. Resta então delimitar a atuação da Capelania ao Idoso para que ela seja relevante não apenas para os idosos, mas para toda a sociedade.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso**: repertórios e implicações de um processo democrático. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. 538 p.

GRAHAM, Billy. **Minha resposta**. Tradução de Waldemar W. Wey. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962. 340 p.

SOUZA, Samuel Rodrigues de. **3ª idade dinâmica**: como organizar um grupo de trabalho com idosos. Rio de Janeiro: União Feminina Missionária Batista do Brasil, 2006. 176 p.

III – O CRISTÃO E A CAPELANIA AO IDOSO

Apesar de a Capelania ao Idoso possuir fundamentação teórica e também bíblica, muitos cristãos ainda não se envolvem e esta falta de envolvimento pode ser por não compreenderem a relevância desta iniciativa. Por isso, o capítulo final se dedica a analisar o envolvimento dos cristãos, mas também construir maneiras práticas de realizar um ministério de capelania direcionado aos idosos. Já existem diversos projetos e parcerias na área que podem ser destacados como modelo para a Igreja local que deseja se envolver com a missão de Capelania ao Idoso.

CASSIANO, Janine Gomes. **Ministério da Terceira Idade**. Belo Horizonte: Convenção Batista Mineira, 2009. 48 p.

HOFFMANN, Arzemiro. **Envelhecer e viver**: auxílios para trabalhar com a terceira idade - I. São Leopoldo: Região Eclesiástica IV, 1996. 51 p.

HOFFMANN, Arzemiro. **Envelhecer e viver**: auxílios para trabalhar com a terceira idade - III. São Leopoldo: Região Eclesiástica IV, 1997. 49 p.

HOFFMANN, Arzemiro. **Envelhecer e viver**: auxílios para trabalhar com a terceira idade - IV. São Leopoldo: Região Eclesiástica IV, 1997. 55 p.

SOUZA, Samuel Rodrigues de. **3ª idade dinâmica**: como organizar um grupo de trabalho com idosos. Rio de Janeiro: União Feminina Missionária Batista do Brasil, 2006. 176 p.

CONCLUSÃO

A Capelania ao Idoso vai à contramão de muitos conceitos que a sociedade moderna destaca sobre a velhice. Como imitadores de Cristo é fundamental que cada cristão demonstre amor ao próximo de forma prática, nesse aspecto a capelania se mostra como um instrumento facilitador de serviço e compaixão aos idosos. A Bíblia demonstra a importância do cuidado com os idosos, cabe então ao cristão se despertar para a missão da capelania. É dever de cada um se atentar para a relevância disso e se envolver em projetos que prestem esta assistência ao idoso, visto que este é um direito assistido a eles por lei e um desafio deixado ao cristão na própria Palavra de Deus.

GRAHAM, Billy. **A caminho de casa**: vida, fé e como terminar bem. Tradução de Melina dos Santos Revuelta. São Paulo: Editora Europa, 2012. 184 p.

8. ORÇAMENTO

RUBRICAS	Unidade	Quantidades	Valores em \$1,00	
			Unitário	TOTAL
MATERIAL CONSUMO				
-Papel A4	Folhas	1000	0,03	30,00
-Outros materiais de consumo (lápiz, caneta, envelopes,...)	40,00
-Combustível e Transporte - gasolina: (carro particular)	Litros	20	3,50	70,00
			Subtotal	140,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS				
-Impressão	Folhas	1000	0,15	150,00
-Encadernação	Capas	03	2,00	6,00
-Transporte coletivo	Passagens	04	12,00	48,00
			Subtotal	204,00
MATERIAL PERMANENTE				
-Computador	Unidade	01	1.200,00	1.200,00
			Subtotal	1.200,00
			TOTAL	1.544,00

O pagamento do Orientador fica sob a responsabilidade da instituição Faculdade Batista Pioneira, o qual dedicará quantas horas forem necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, desde que não ultrapasse sua carga horária de 24h/semanais.

9. GLOSSÁRIO

- **Capelania** – Capelania é uma assistência religiosa e social desenvolvida por um Capelão e prestada geralmente em hospitais, presídios, asilos, escolas dentre outras instituições.
- **Ministério** – É simplesmente o exercício do dom de uma pessoa, como profissão ou não, dentro de uma determinada comunidade.
- **Teologia da Missão Integral** – A Teologia da Missão Integral preocupa-se com a integralidade do ser humano e da comunidade assistida pela igreja através da proclamação do Evangelho. O objetivo da mesma é promover a dignidade humana individual e coletiva nas áreas físico, emocional, espiritual bem como social.
- **Palavra de Deus** – Termo frequentemente usado em referência à Bíblia. Também atribuída como a mensagem que veio de Deus. A Bíblia em sua totalidade é citada como a Palavra de Deus.
- **Assistência Espiritual** – Assistência voluntária que visa o bem estar espiritual da pessoa, buscando ajudar e compreender as questões do outro.
- **Cuidado integral** – É o cuidado relacionado com a Teologia da Missão Integral, onde a preocupação é com todas as dimensões a vida humana.

10. REFERÊNCIAS ADICIONAIS PARA O TCC

ALVES, Gorgônio Barbosa. **O caminho da vida**. Rio de Janeiro: JUERP, 2004. 240 p.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso**: repertórios e implicações de um processo democrático. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. 538 p.

CARMO, Caleb Elias do. **Preparando-se para uma velhice saudável**. Rio de Janeiro: JUERP, 1986. 101 p.

CASSIANO, Janine Gomes. **Ministério da Terceira Idade**. Belo Horizonte: Convenção Batista Mineira, 2009. 48 p.

CÉSAR, Kléos Magalhães Lenz. **Fui moço, agora sou velho... e daí?**. Viçosa: Ultimato, 1999. 112 p.

GRAHAM, Billy. **A caminho de casa**: vida, fé e como terminar bem. Tradução de Melina dos Santos Revuelta. São Paulo: Europa, 2012. 184 p.

GRAHAM, Billy. **Minha resposta**. Tradução de Waldemar W. Wey. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1962. 340 p.

HOFFMANN, Arzemiro. **Envelhecer e viver: auxílios para trabalhar com a terceira idade - I.** São Leopoldo: Região Eclesiástica IV, 1996. 51 p.

HOFFMANN, Arzemiro. **Envelhecer e viver: auxílios para trabalhar com a terceira idade - III.** São Leopoldo: Região Eclesiástica IV, 1997. 49 p.

HOFFMANN, Arzemiro. **Envelhecer e viver: auxílios para trabalhar com a terceira idade - IV.** São Leopoldo: Região Eclesiástica IV, 1997. 55 p.

HOFFMANN, Arzemiro. **Envelhecer e viver: auxílios para trabalhar com a terceira idade - V.** São Leopoldo: Região Eclesiástica IV, 1997. 53 p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Conselho Nacional da Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res_0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 04 abr. 2016.

PALMER, Nate. **Serviço como adoração: o privilégio de servir na igreja local.** Tradução de Flávia Lopes. São Paulo: Vida Nova, 2014. 104 p.

SCAZZERO, Peter. **Espiritualidade emocionalmente saudável: desencadeie uma revolução em sua vida com Cristo.** Tradução de Onofre Muniz. São Paulo: Hagnos, 2013. 284 p.

SOUZA, Samuel Rodrigues de. **3ª idade dinâmica: como organizar um grupo de trabalho com idosos.** Rio de Janeiro: União Feminina Missionária Batista do Brasil, 2006. 176 p.

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Neste questionário não há a necessidade de você se identificar. Ele servirá como a base de estudo para as conclusões às quais se quer chegar. Leia o mesmo com atenção e responda o máximo de questões possíveis de forma espontânea e sem constrangimento:

Perguntas Gerais

1 – Você acha que os idosos necessitam de cuidados específicos à sua faixa etária?

() Sim () Às vezes () Não

2 – De modo geral, você acha que os cristãos têm se preocupado em cuidar dos idosos?

() Sim () Às vezes () Não

3 – Você já ouviu falar a respeito de Capelania ao Idoso?

() Sim () Às vezes () Não

4 – Você acha que um projeto de Capelania ao Idoso é relevante para a sociedade?

() Sim () Talvez () Não

5 – Quais você considera as maiores necessidades dos idosos? Liste pelo menos duas:

Perguntas pessoais

6 – Você se envolve em algum projeto que atende idosos?

() Sim () Às vezes () Não

7 – Você sente a necessidade de fazer algo a mais por este grupo?

() Sim () Às vezes () Não

8 – Você acha que tem condições de ajudar a suprir necessidades dos idosos?

() Sim () Talvez () Não

Agradeço muito as suas respostas. Elas serão usadas para a Pesquisa proposta, guardadas por um período de 5 (cinco) anos e depois serão incineradas. Você receberá a conclusão desta pesquisa de forma impressa para conhecer os dados conclusivos da mesma.

TERMO DE SIGILO DOS PESQUISADORES

1. **Título da Pesquisa:** **Capelania ao Idoso:** perspectiva bíblica, teórica e prática.
2. **Objetivos da Investigação e Justificativa:** A velhice é um tema marginalizado em muitos contextos da sociedade atual, por isso a Igreja precisa fazer mais por estes. O objetivo da pesquisa é apresentar um conceito de Capelania ao Idoso que seja correspondente com a perspectiva bíblica, ao mesmo tempo, despertar o cristão para a necessidade de se fazer algo, propondo atividades práticas para essa faixa etária especial e ao mesmo tempo desafiadora.
3. **Procedimentos de Pesquisa:** Será uma abordagem em que as pessoas irão assinalar a opção que corresponde a sua opinião e responder descritivamente uma questão para sugestões a respeito do tema.

Declaração

Eu, _____ declaro que fui informado(a) de maneira clara e detalhada sobre os objetivos da pesquisa “**Capelania ao Idoso:** Perspectiva bíblica, teórica e prática”; que recebi informações a respeito dos procedimentos empregados e esclareci minhas dúvidas. Declaro que fui suficientemente informado(a) de que os dados solicitados não permitem aos pesquisadores a identificação dos indivíduos envolvidos, preservando esses indivíduos de qualquer tipo de constrangimento de ordem física, moral, social, intelectual, psíquica, espiritual e/ou financeira, além de impossibilitar a obtenção de seu consentimento explícito. Asseguro, ainda, que a coleta dos dados requeridos foi aprovada pela Instituição depositária dos mesmos; que o acesso aos dados solicitados é totalmente gratuita; que os resultados gerados a partir do uso dos dados repassados são de exclusiva responsabilidade dos pesquisadores constituindo-se, portanto, em propriedade intelectual dos mesmos, e que não há qualquer tipo de restrição quanto à divulgação pública desses resultados.

_____, ____/____/____.

Nome do responsável pelos dados - Cargo: _____ CPF: _____

Josemar Valdir Modes – orientador - CPF: 008.854.500-50

André Luiz Souza Silva - CPF: 114.669.556-00

Contato para Esclarecimentos Adicionais:

Josemar Valdir Modes - Coordenador de Graduação da Faculdade Batista Pioneira
Fone: (55) 3332-2205 - E-mail: faculdade@batistapioneira.edu.br
Endereço do CEP: Rua do Comércio 3.000 – Bairro Universitario – Ijuí/RS
Fone/ramal: (55) 3332-0301 - E-mail: cep@unijui.edu.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Estamos desenvolvendo uma pesquisa cujo título é “**Capelania ao Idoso: Perspectiva bíblica, teórica e prática**”. Este trabalho é fruto de estudos da graduação em Teologia na Faculdade Batista Pioneira e tem como objetivo levantar dados para verificar qual a contribuição da Capelania ao Idoso para a sociedade e qual o papel do cristão dentro dessa missão.

Este é um convite para você participar desta pesquisa e cabe a você decidir se quer participar. Se estiver interessado em participar, você deve ler este termo. Se você decidir participar desta pesquisa, você deve rubricar (fazer uma assinatura abreviada) em todas as páginas e assinar a última para mostrar que concorda em participar da pesquisa. Você e os pesquisadores deverão rubricar e assinar as duas vias deste documento e você ficará com uma via. A outra via ficará com o pesquisador responsável por um período de cinco anos e após será incinerada.

Esta pesquisa se justifica pela real marginalização do tema velhice em alguns contextos de nossa sociedade, apesar de a Bíblia demonstrar seu cuidado e interesse em relação aos idosos, além de ensinar o dever de cuidar dos mesmos e como tratá-los.

O objetivo desta pesquisa é apresentar um conceito de Capelania ao Idoso que seja correspondente com a perspectiva bíblica, ao mesmo tempo, despertar o cristão para a necessidade de se fazer algo, propondo atividades práticas para essa faixa etária especial e ao mesmo tempo desafiadora.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa será através de um instrumento de coleta de dados do tipo likert que contém 7 (sete) perguntas diretas nas quais você irá assinalar a opção que corresponde a sua visão, e apenas uma dissertativa para sugestões. Os dados serão quantificados para que se possa tecer as conclusões acerca do tema pesquisado.

A pesquisa será realizada através perguntas objetivas e uma dissertativa, cujos dados, posteriormente, serão transcritos e analisados. A mesma não foi previamente testada, sendo inédito seu uso. Como entrevistado, você poderá expor a sua opinião acerca do assunto. As cópias serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente Projeto de Pesquisa, podendo você ter acesso às suas informações e realizar qualquer modificação no seu conteúdo, se julgar necessário. Todos os documentos ficarão sob a responsabilidade do pesquisador principal, André Luiz Souza Silva, por um período de cinco anos e após serão incineradas. Este mesmo pesquisador será o responsável por todas as entrevistas.

Como a própria Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 acerca das questões éticas prevê em seu V (quinto) artigo que *toda a Pesquisa de Campo com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados*, destaca-se como risco para esta pesquisa o risco de constrangimento, visto que as perguntas envolvem questões pessoais sobre o envolvimento da pessoa com a capelania. Há ainda o risco da pessoa não conhecer muito o assunto e com isso se sentir desconfortável em apresentar sugestões para a realização das atividades de capelania.

Já sobre os benefícios, de forma direta, se dão por meio da conscientização da relevância do projeto de capelania, ao mesmo tempo demonstrando a carência de envolvidos nesse ministério. Já para a comunidade em geral, a pesquisa poderá servir de

incentivo para a realização de trabalhos sociais voltados para atender os idosos em suas principais necessidades. Assim, a pesquisa contribui também para a descaracterização da velhice como algo ruim, propondo a reflexão do que cada um pode fazer para cooperar com a capelania.

Nós pesquisadores garantimos que seu anonimato está assegurado e as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados a este projeto de pesquisa. Irá se respeitar todos os padrões estabelecidos pela Resolução 466/2012 do MS (cópia impressa em anexo) para o cumprimento de todos os aspectos éticos de uma pesquisa que envolve seres humanos.

Você tem liberdade para recusar-se a participar da pesquisa, ou desistir dela a qualquer momento sem que haja constrangimento, podendo solicitar que as informações sejam desconsideradas no estudo.

Mesmo participando da pesquisa poderá recusar-se a responder as perguntas ou a quaisquer outros procedimentos que ocasionem constrangimento de qualquer natureza.

Está garantido que você não terá nenhum tipo de despesa financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, como também, não será disponibilizada nenhuma compensação financeira. Eu, Josemar Valdir Modes, (orientador) bem como André Luiz Souza Silva (orientando), assumimos toda e qualquer responsabilidade no decorrer da investigação e garantimos que as informações somente serão utilizadas para esta pesquisa, podendo os resultados vir a ser publicados.

Se houver dúvidas quanto à sua participação poderá pedir esclarecimento a qualquer um de nós, nos endereços e telefones abaixo:

JOSEMAR VALDIR MODES (orientador): Rua Benjamim Constant, 166, centro, Apto 702, Panambi/RS, 98280-000; Cel: (55) 8133-9035.

André Luiz Souza Silva (orientando): Rua Dr. Pestana 1021, centro, Apto 203, Ijuí/RS; (55) 81369738.

Ou ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIJUI - Rua do Comércio, 3.000 - Prédio da Biblioteca - Caixa Postal 560 - Bairro Universitário - Ijuí/RS - 98700-000. Fone (55) 3332-0301, e-mail: cep@unijui.edu.br.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou responsável legal e a outra com os pesquisadores.

Eu, _____, CPF _____, ciente das informações recebidas concordo em participar da pesquisa, autorizando-os a utilizarem as informações por mim concedidas e/ou os resultados alcançados.

Assinatura do entrevistado

Josemar Valdir Modes
CPF: 007.854.500-50

André Luiz Souza Silva
CPF: 114.669.556-00

_____, ____/____/____/

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Estamos desenvolvendo uma pesquisa cujo título é “**Capelania ao Idoso: Perspectiva bíblica, teórica e prática**”. Este trabalho é fruto de estudos da graduação em Teologia na Faculdade Batista Pioneira e tem como objetivo levantar dados para verificar qual a contribuição da Capelania ao Idoso para a sociedade e qual o papel do cristão dentro dessa missão.

Este é um convite para seu(sua) filho(a) participar desta pesquisa e cabe a você decidir se ele poderá participar. Nós pesquisadores garantimos que o anonimato de seu(sua) filho(a) está assegurado e as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados a este projeto de pesquisa.

Seu(sua) filho(a) tem liberdade para recusar-se a participar da pesquisa, ou desistir dela a qualquer momento sem que haja constrangimento, podendo você solicitar que as informações sejam desconsideradas no estudo.

Mesmo participando da pesquisa ele(a) poderá recusar-se a responder as perguntas ou a quaisquer outros procedimentos que ocasionem constrangimento de qualquer natureza.

Está garantido que seu(sua) filho(a) não terá nenhum tipo de despesa financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, como também, não será disponibilizada nenhuma compensação financeira.

Se lhe for permitido participar, você deve ler este termo e rubricar (fazer uma assinatura abreviada) em todas as páginas e assinar a última para mostrar que concorda em participar da pesquisa. Você e os pesquisadores deverão rubricar e assinar as duas vias deste documento e você ficará com uma via. A outra via ficará com o pesquisador responsável por um período de cinco anos e após será incinerada.

Esta pesquisa se justifica pela real marginalização do tema velhice em alguns contextos de nossa sociedade, apesar de a Bíblia demonstrar seu cuidado e interesse em relação aos idosos, além de ensinar o dever de cuidar dos mesmos e como tratá-los.

O objetivo desta pesquisa é apresentar um conceito de Capelania ao Idoso que seja correspondente com a perspectiva bíblica, ao mesmo tempo, despertar o cristão para a necessidade de se fazer algo, propondo atividades práticas para essa faixa etária especial e ao mesmo tempo desafiadora.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa será através de um instrumento de coleta de dados do tipo likert que contém 7 (sete) perguntas diretas nas quais seu filho irá assinalar a opção que corresponde a sua visão, e apenas uma dissertativa para sugestões. Os dados serão quantificados para que se possa tecer as conclusões acerca do tema pesquisado.

A pesquisa será realizada através perguntas objetivas e uma dissertativa, cujos dados, posteriormente, serão transcritos e analisados. A mesma não foi previamente testada, sendo inédito seu uso. Como entrevistado, seu filho poderá expor a sua opinião acerca do assunto. As cópias serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente Projeto de Pesquisa, podendo você ter acesso às suas informações e realizar qualquer modificação no seu conteúdo, se julgar necessário. Todos os documentos ficarão sob a responsabilidade do pesquisador principal, André Luiz Souza Silva, por um período de

cinco anos e após serão incineradas. Este mesmo pesquisador será o responsável por todas as entrevistas.

Como a própria Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012 acerca das questões éticas prevê em seu V (quinto) artigo que *toda a Pesquisa de Campo com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados*, destaca-se como risco para esta pesquisa o risco de constrangimento, visto que as perguntas envolvem questões pessoais sobre o envolvimento da pessoa com a capelania. Há ainda o risco da pessoa não conhecer muito o assunto e com isso se sentir desconfortável em apresentar sugestões para a realização das atividades de capelania.

Já sobre os benefícios, de forma direta, se dão por meio da conscientização da relevância do projeto de capelania, ao mesmo tempo demonstrando a carência de envolvidos nesse ministério. Já para a comunidade em geral, a pesquisa poderá servir de incentivo para a realização de trabalhos sociais voltados para atender os idosos em suas principais necessidades. Assim, a pesquisa contribui também para a descaracterização da velhice como algo ruim, propondo a reflexão do que cada um pode fazer para cooperar com a capelania.

Nós pesquisadores garantimos que irá se respeitar todos os padrões estabelecidos pela Resolução 466/2012 do MS (cópia impressa em anexo) para o cumprimento de todos os aspectos éticos de uma pesquisa que envolve seres humanos.

Eu, Josemar Valdir Modes, (orientador) bem como André Luiz Souza Silva (orientando), assumimos toda e qualquer responsabilidade no decorrer da investigação e garantimos que as informações somente serão utilizadas para esta pesquisa, podendo os resultados vir a ser publicados.

Se houver dúvidas quanto à sua participação poderá pedir esclarecimento a qualquer um de nós, nos endereços e telefones abaixo:

JOSEMAR VALDIR MODES (orientador): Rua Benjamim Constant, 166, centro, Apto 702, Panambi/RS, 98280-000; Cel: (55) 8133-9035.

André Luiz Souza Silva (orientando): Rua Dr. Pestana 1021, centro, Apto 203, Ijuí/RS; (55) 81369738.

Ou ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIJUI - Rua do Comércio, 3.000 - Prédio da Biblioteca - Caixa Postal 560 - Bairro Universitário - Ijuí/RS - 98700-000. Fone (55) 3332-0301, e-mail: cep@unijui.edu.br.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou responsável legal e a outra com os pesquisadores.

Eu, _____, CPF _____, ciente das informações recebidas concordo com a participação de meu(minha) filho(a) na pesquisa, autorizando-os a utilizarem as informações por ele (a) concedidas e/ou os resultados alcançados.

Assinatura do pai ou responsável

Josemar Valdir Modes
CPF: 007.854.500-50

André Luiz Souza Silva
CPF: 114.669.556-00

_____, ____/____/____

TERMO DE CIÊNCIA DO ORIENTADOR

Natureza da pesquisa:

- Projeto de trabalho de conclusão de curso de graduação
 Projeto de trabalho de conclusão de curso de especialização

Eu, **Josemar Valdir Modes** na condição de professor orientador declaro estar ciente do projeto de pesquisa apresentado pelo aluno **André Luiz Souza Silva** regularmente matriculada no curso de Bacharelado em Teologia na Faculdade Batista Pioneira para elaboração do seu trabalho de encerramento de curso.

Declaro que o projeto intitulado **Capelania ao Idoso: Perspectiva bíblica, teórica e prática**, ora submetido à apreciação ética pelo CEP/UNIJUI, está de acordo com a Resolução CNS 466/2012, segue a metodologia científica, atende as exigências normativas da ABNT, bem como o Regulamento da Normalização de Trabalhos Acadêmicos da Instituição proponente.

_____, ____ de _____ de ____.

André Luiz Souza Silva
Aluno

Josemar Valdir Modes
Professor Orientador

NOME DO ESTUDANTE

TÍTULO DO TRABALHO
Subtítulo do Trabalho (se houver)

[Tipo de trabalho] apresentado para cumprir as exigências da disciplina de [nome da disciplina] do curso de Bacharelado em Teologia, ministrada pelo professor [nome do professor].

NOME DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

LOCAL

ANO

NOME DA INSTITUIÇÃO

TÍTULO DA MONOGRAFIA
Subtítulo da Monografia (se houver)

Autor(a): **Nome do(a) Estudante**

Orientador(a) de Conteúdo: **Título** (Esp. Me. Ma. Dr. Dra.) **Nome do(a) Professor(a)**

Avaliador(a) de Forma: **Título** (Esp. Me. Ma. Dr. Dra.) **Nome do(a) Professor(a)**

Avaliador(a) de Português: **Título** (Esp. Me. Ma. Dr. Dra.) **Nome do(a) Professor(a)**

Avaliador(a) Final: **Título** (Esp. Me. Ma. Dr. Dra.) **Nome do(a) Professor(a)**

Aprovada em ___/___/___

Local
Data

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS	2
1.1 Capa	2
1.2 Folha de Rosto	3
1.3 Folha de Aprovação.....	4
1.4 Folhas Opcionais	5
1.4.1 Epígrafe	5
1.4.2 Dedicatória	6
1.4.3 Agradecimentos	7
1.5 Resumo na Língua Vernácula.....	8
1.6 Resumo em Língua Estrangeira	9
1.7 Listas	10
1.7.1 Lista de ilustrações	10
1.7.2 Lista de tabelas	11
1.7.3 Lista de siglas e abreviaturas	12
1.8 Sumário	13
2. ELEMENTOS TEXTUAIS	14
2.1 Introdução	14
2.2 Texto	15
2.2.1 Títulos	16
2.2.2 Parágrafo padrão	17
2.2.3 Citações	18
2.2.4 Notas de rodapé	19
2.3 Conclusão	20
3. ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS	21
3.1 Referências.....	22
3.2 Apêndices	23
3.3 Anexos	24
3.4 Glossário	25
3.5 Índices	26
CONCLUSÃO	27
REFERÊNCIAS.....	28

1. O MISTÉRIO DO REINO

1.1 Conceito de Parábola

Jesus usou parábolas. Definir o termo grego *παραβολή* é parte integrante para uma boa hermenêutica das mesmas. William C. Taylor, dá um sentido lato de parábola. Ele descreve o termo grego como “parábola, comparação, alegoria; provérbio, aforismo, figura. Uma narrativa, fictícia mas concorde com as leis e costumes da vida, na qual ou os deveres humanos ou as coisas de Deus, especialmente a natureza e história do reino de Deus, estão figuradas”.² Neste sentido é a explicação de algo desconhecido através de figuras conhecidas.³ Mediante a comparação entre o conhecido e o desconhecido, na qual o próprio ouvinte deve descobrir a semelhança (geralmente não mencionada, a fim de colocar em ação os processos mentais do ouvinte, de compreender, comparar e considerar), chega-se ao ponto essencial da analogia.⁴ Segundo Martínez

parábola é uma narração, mais ou menos extensa, de um acontecimento imaginário do qual, por comparação, se deduz uma lição moral ou religiosa. Etimologicamente, o nome *parabolê* corresponde ao verbo *paraballô*, que literalmente significa por ao lado, comparar. Em efeito, a parábola se caracteriza porque implica na comparação de objetos, situações ou atos bem conhecidos - tomados da natureza ou da experiência - com objetos ou atos análogos de tipo moral desconhecidos. Daqueles (a imagem) se deduzem estes (a realidade que se pretende ensinar). Imagem e realidade se encontram no *tertium comparationis* o ponto de comparação, comum a ambas.⁵

Zuck complementa, afirmando que a parábola é um tipo de linguagem figurada em que se fazem comparações; mas, em vez de usar uma só palavra ou expressão para a comparação ou analogia, como ocorre num símile, numa metáfora ou numa hipocatástase, a parábola faz uma ampla analogia em forma de história. Apesar de ter base plausível, ela pode não ter realmente ocorrido com todos os detalhes como foi apresentada.⁶

² TAYLOR, W. Carey. **Dicionário do Novo Testamento grego**. 4.ed. Rio de Janeiro: CPB, 1998, p. 159-160.

³ HOOVER, Richard L. **Os Evangelhos: o que Jesus fez e ensinou**. 2.ed. Campinas: EETAD, 1990, p. 34

⁴ PEISKER, C. H. Parábolas. In: BROWN, Colin (edit.). **O novo dicionário internacional de teologia do Novo Testamento**. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 1993, v. 3, p. 449.

⁵ MARTÍNEZ, José M. **Hermenêutica bíblica**. Terrassa: CLIE, 2000, p. 451.

⁶ ZUCK, Roy B. **A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia**. Tradução de César Bueno Vieira. São Paulo: Vida Nova, 1994, p. 225. Manson, faz a seguinte definição: “A parábola é um quadro em palavras de algum trecho da experiência humana, concreto ou imaginado. Mas além disso, o quadro retrata ou um tipo ético para a nossa admiração ou reprovação, ou algum princípio da maneira de Deus dirigir o mundo, ou ainda ambas as coisas” (apud ZABATIERO, In: BROWN, 1993, p. 452).